

VIRGÍLIO ANTÓNIO PEDROSA DE VASCONCELOS RIBEIRO

(Aluno 20090230)

AS MEMÓRIAS DE BELISÁRIO PIMENTA
PERCURSOS DE UM REPUBLICANO COIMBRÃO

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do
Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2011

Introdução

Em texto de 6 e 7 de Setembro de 1963, Belisário Pimenta, à beira dos seus oitenta e quatro anos, anunciava o desejo de pôr fim ao *embrechado* em que se metera quando resolveu deixar *memórias* e de entregar tudo na Biblioteca da Universidade, *com desinfectantes modernos para conservação do papel*, dando-se finalmente ao comodismo de quem, por não ter mais que fazer, *nada espera para além da chamada para o desconhecido*.

Poucos anos antes, em Outubro de 1958, no dia exacto em que completara oitenta anos de idade, encerrara já o *Diário*.

Ficava um hiato entre as *Memórias*, que vinham desde a sua mais remota infância até ao ano de 1921, e o *Diário*, cujo primeiro registo está datado de 23 de Abril de 1928.

Dividido entre o gosto de não deixar em vão alguns episódios da sua vida e a vontade de se libertar do encargo – acalentada pelo cansaço e pela ausência em si da *boa alegria dos velhos em recordar os tempos idos* –, acabou, naquele texto de Setembro de 1963, por manter entreaberta a possibilidade de regressar às *Memórias*, ao propor-se vir a fazer, ainda que sumariando apenas os factos, a ligação entre as datas que balizavam as duas obras.¹

Regressou dois anos mais tarde, em Novembro de 1965.

Com o recato que sempre usou nas referências à vida familiar, deixou-nos, então, perceber que passara esses dois anos a acompanhar a doença de sua Mulher e a recompor-se do vazio que o invadiu, após a morte dela.

Já não pôde encontrar forças para cumprir a prometida tarefa. Limitou-se a aludir a quatro ou cinco acontecimentos, sobre os quais queria ter deixado o seu testemunho, sublinhando, de entre eles, *“os ocorridos em fins de Maio de 1926, que na guarnição de Coimbra foram vergonhosos”*.²

E citava, da *Praça da Canção*, Manuel Alegre: *“Tinha grandes coisas para vos dizer/ Porém, não tenho tempo.”* E, do *Diário IX*, Torga: *“Deixa o texto arquivado na lembrança,/ [...] Há laudas de silêncio em todos nós.”*

Mas não encerrou este último volume das *Memórias* sem ceder, justificadamente, a uma pequena vaidade pessoal – como ele próprio confessa. Escreveu mais duas páginas para deixar exarado que os da Academia Portuguesa de História, finalmente, quando já chegara aos 86 anos, iam fazê-lo académico.

E voltou ainda às *Memórias* nos primeiros dias de Fevereiro de 1966. Desta vez, para relatar as impressões que colheu da sessão em que a Academia o admitiu e para reproduzir o discurso de apresentação que, na ocasião, proferiu.

¹ Belisário Pimenta, *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, VII, pp. 282 a 287.

² *Idem, ibidem*, p. 289.

Foi este o momento derradeiro das *Memórias*. Depois destas duas recidivas, encerrou-as definitivamente, por se "*sentir velho e cansado e aborrecido*."³

É fácil imaginar como terá sido dolorosa para Belisário Pimenta esta longa despedida dos trabalhos de fixação das suas memórias.

Em muitas passagens dos seus escritos, surpreende-se a razão mais íntima que o levou a abalar-se a *tal trabalho persistente e surdo*, que lhe roubou tantas horas, tantos meses, tantos anos, e a prosseguir nele sem desfalecimento, até quase ao fim da vida.

Emocionava-se até às lágrimas ao ouvir a *Pastoral* de Beethoven ou a ler os versos de Torga. Num e noutra caso, era a veemência da luta contra o destino adverso que o comovia.⁴

Também para ele – que não se cansava de fazer referências aos *erros* da sua vida e que a classificava, no seu todo, como *une longue erreur*⁵ – era crucial bater-se com o destino adverso.

A esforçada construção do edifício memorialista foi o indispensável contraponto que encontrou para a sua vida vivida.

Nas *Palavras Prévias* de *Memórias I (1879-1902)*, redigidas em Maio de 1949, Belisário Pimenta revela que cerca de vinte anos antes, quando se aproximava dos cinquenta anos de idade, num tempo de balanço da sua vida, sentiu *certa vontade de escrever* as suas memórias. Não, por ter sido notável a sua vida ou porque entendesse que a Posteridade não poderia passar sem o seu depoimento. As suas razões eram outras, assim explicadas:

"[...] *desde que as circunstâncias me desviaram, infelizmente, do caminho que imaginei poder seguir, é consolador, pelo menos, ir reviver os anos que passaram, recordar as passagens da existência e ver se, de tudo isso contado com verdade e franqueza, se poderá tirar alguma moralidade.*"⁶

E trazia para o seu lado um rol de escritores que o vinham lembrando desse "*quasi dever*".

Aí está o *desgraçado* Camilo Castelo Branco: "*Começo agora a fazer escavações nas ruínas do grande mundo que fiz e desbaratei.*"

Também o *romântico* Bulhão Pato: "*A quem estiver na vazante da vida [...] aconselho a que faça os seus apontamentos. [...] não terão valor para os outros; são preciosos para mim!*"

E até Teófilo Braga: "*[...] é um verdadeiro prazer, ao cabo de anos, inventariar as ideias e sentir por elas, ainda, o mesmo grau de convicção.*"⁷

³ *Idem, ibidem*, p. 292.

⁴ *Idem, Memórias II (1902-1908)*, pp. 276 a 278.

⁵ *Idem, Memórias – Diário ao Correr da Pena*, V, p. 2.

⁶ *Idem, Memórias I (1879-1902)*, pp. 1 e 2.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 6 a 8.

Durante as seis décadas por que se estendeu a sua escrita memorialista, Belisário Pimenta manteve sempre a preocupação de justificar, logo perante si próprio, o esforço enorme que lhe impunha tal tarefa.

Em 31 de Dezembro de 1908, no encerramento do volume II do *Diário ao Correr da Pena* (pp. 384 e 385), perguntava-se: “*Não valerá a pena escrever isto? Não terá interesse futuro esta série de volumes manuscritos?*”.

Nas primeiras linhas de *Memórias IV – 1910*, escreveria: “*Aqui começo um outro ano, um outro volume de memórias, indeciso se isto servirá para alguma coisa... Servirá? Eu sei!*”.

E em Setembro de 1963, em *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, VII (p. 284), quando se preparava para colocar o ponto final na pesada tarefa, mantinha ainda a dúvida inicial: “*Valeria a pena tanto trabalho, tanto cuidado, tanto tempo perdido, tanto papel e tinta gastos?*”

“*Não sei, francamente*” – respondia ele, então. O que ele não sabia era tão-só se o seu empenhamento seria ou não desproporcionado em relação à utilidade que o Futuro viria a reconhecer às *memórias*. Do seu valor objectivo, documental, esteve sempre certo.

Repetiu várias vezes reflexões como esta, que fez no final do ano de 1908: “*se alguma coisa valerem, esse alguma coisa vem da verdade e da imparcialidade com que descrevo os factos. E apesar do ar cáustico, irónico às vezes fortemente, que eu dou às coisas, fica no fundo um fundo de verdade inalterável. [...] Sempre são documentos.*”⁸

O seu intento era deixar “*elementos sérios e seguros para a História [...] com sentido documental*”. Mas o que decisivamente o motivava era “*a moralidade proveitosa e discreta*” que se havia de tirar dos factos que relatava.⁹

Era nesta outra dimensão da sua narrativa de memórias que Belisário Pimenta situava o campo de batalha contra o destino adverso. Residia aí a sua esperança em “*uma sentença de história séria*”.¹⁰

Em Junho de 1958, ao preparar-se para descrever os sucessos ocorridos em Coimbra nos primeiros dois meses e meio da revolução republicana, valendo-se das notas que “*amargamente*” coligira em Janeiro e Fevereiro de 1911, a sua intenção declarada era “*armazenar uma defesa metódica – uma defesa!*”¹¹.

Não era outra a intenção que se revelava já na *dedicatória*, datada de 31 de Dezembro de 1907, com que abriu o volume I de *Memórias – Diário ao Correr da Pena*. Aí, oferecia “*este e os subsequentes volumes [das Memórias]*” aos netos que viesse a ter, usando os termos seguintes: “[...] *para que possam avaliar bem o meio em que vivi e a coerência e honestidade que sempre procurei ter na minha vida.*”

Foi sempre do juízo das gerações futuras que Belisário Pimenta esperou a sua redenção.

⁸ *Idem, Diário ao Correr da Pena, II*, p. 385.

⁹ *Idem, Memórias I (1879-1902)*, pp. 8 e 9.

¹⁰ *Idem, Diário ao Correr da Pena, V (1910-1911)*, p. 4.

¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 2 a 5.

Quando, em Maio de 1949, tomou a decisão de pôr em prática o projecto, que há muito deixara a germinar, de escrever as suas *memórias*, Belisário Pimenta tinha à disposição uma grande quantidade de material, composto, tanto por diários, rascunhos e apontamentos breves que fora elaborando desde muito novo, como por um arquivo extenso de documentos, coleccionados desde há décadas.

Refere-se a esse acervo, que lhe seria precioso, nas primeiras páginas do volume que, cronologicamente, inicia as *memórias* e nas últimas do volume que as encerra:

"Desde criança, senti o prazer de arquivar coisas, de deixar escrito ou apontado 'o que vi e andei', com sentido sério de fixar para o futuro [...]"¹²;

"Desde novo, preocupei-me sempre em fixar os sucessos que ia observando ou aqueles em que me via envolvido; [...] ao longo dos meus quase setenta anos de escrevinhador, fui deixando notas e rascunhos que, de certa altura em diante, constituíram material razoável para me encontrar em condições, com a ajuda da memória ainda felizmente mais ou menos fresca, de reconstituir a minha vida desde o infeliz dia do mês de Outubro de 1879 em que saí do ventre materno para as agruras deste mundo desgraçado."¹³

Só sete anos mais tarde, em meados de 1956, começou a trabalhar nas *Memórias*.

De então, até Junho de 1958, deixou completos os dois volumes a que deu os títulos de *Memórias I (1879-1902)* e *Memórias II (1902-1908)*.

De Junho de 1958 a Abril de 1959, organizou o volume V de *Memórias – Diário ao Correr da Pena*: reescreveu o capítulo dedicado aos primeiros dias, em Coimbra, da revolução republicana, utilizando como base os seus apontamentos de Janeiro e Fevereiro de 1911; escreveu de raiz dois novos capítulos; e juntou-lhe o texto que escrevera em Junho de 1911 sobre a sua candidatura às constituintes.

Mantivera intocados os diários de 1907 a 1909: *A Questão Académica de 1907*, que escrevera de Abril a Agosto desse ano e os três primeiros volumes de *Memórias – Diário ao Correr da Pena*.

A produção diarística de Belisário Pimenta fora interrompida em Janeiro de 1910. O volume IV – que respeita aos meses de Janeiro a Setembro de 1910 –, para além do diário do mês de Janeiro, contém vários textos escritos avulsamente entre Dezembro de 1910 e Abril de 1911, em Outubro de 1911 e em Julho de 1912. Esse volume "*saiu uma verdadeira trapalhada*" – diria o próprio autor na *Nota* final que lhe apôs em 1912. E, referindo-se ainda ao volume IV, explicaria em 1958, na abertura do volume seguinte: "*Quando, em 1911, [...] eu quis recomençar com método estas memórias, alguma coisa ainda deixei em notas, mas não acabei. A vida complicou-se. [...] Reuni vários assuntos e liguei-os conforme nessa altura entendi. E assim ficou.*"¹⁴

¹² *Idem, Memórias I (1879-1902)*, p. 8.

¹³ *Idem, Memórias – Diário ao Correr da Pena*, VII, p. 283.

¹⁴ *Idem, Memórias – Diário ao Correr da Pena*, V, p. 1.

Depois de Julho de 1912, abriu-se um longo intervalo em que Belisário Pimenta não escreveu *memórias*. Ter-se-á limitado a organizar, em 1921 e 1922, os volumes com documentação e apontamentos relativos à sua actividade maçónica.¹⁵

Só em 23 de Abril de 1928, retomaria o *Diário*, que levaria até 3 de Outubro de 1958 (volumes VIII a XV de *Memórias – Diário ao Correr da Pena*).

De Abril de 1959 a Novembro de 1962 escreveu o volume VI, que se reporta aos anos de 1911 a 1918. O último volume de memórias em que trabalhou – o volume VII do *Diário ao Correr da Pena* (que vai da *Traulitânia* à *Noite Sangrenta* de 19 de Outubro de 1921) – ficou datado de Novembro de 1962 a Fevereiro de 1966.¹⁶

Belisário Pimenta escolheu para epígrafe de *Memórias I* duas frases. A primeira é de D. Pedro de Almeida e recolheu-a do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende:

“Mil cousas v’ contarey/ de las quentes de las frias/ que passey.”

A outra é de Ramón y Cajal:

“Si quieres dejar algo fuerte, justo y loable, ten la bizzarria de escribir como si ningún contemporáneo te hubiera de ler.”

Adoptou-as, na sua obra memorialista, como normas programáticas.

Falou sobre tudo e sobre todos, sempre sem cálculo. Nunca se deixou inibir pela delicadeza das circunstâncias, nem hesitou perante o melindre que poderia comportar o tipo de abordagens que não raras vezes elegia. Deu-nos acesso pleno aos seus *estados de alma*, que, sem disfarce algum, influenciaram com frequência a narrativa. Com impiedade, revelou-nos as suas análises de carácter das personagens que com ele se iam cruzando.

Apenas de duas coisas não falou, por evidente opção: da sua vida íntima e da sua ligação à Carbonária.

Nas últimas páginas do volume XV do *Diário ao Correr da Pena* entendeu justificar a primeira *lacuna* – como lhe chama:

“[Sobre] o tema natural, tão banalizado e, diga-se, eterno da Mulher [...], em 80 anos de vida, alguma coisa se terá para dizer; mas eu, propositadamente, omiti nestes desabaços toda e qualquer interferência que a Mulher teve na minha vida ou qualquer intrometimento que eu tivesse na vida delas. [...] era de boa consciência não trazer para o papel assuntos íntimos que, evidentemente, não deixam em regra documentação [...] Acerca desse tema eterno, só direi que a Mulher é um verdadeiro enigma e parvo será aquele que o queira decifrar.”

Sobre a segunda, não há uma palavra de justificação. As referências à Carbonária são esparsas e aparecem em curtas notas, salpicadas especialmente pelo volume V do *Diário ao Correr da*

¹⁵ Cfr. *Memórias II*, p. 380.

¹⁶ Seguindo o critério usado no Catálogo das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, utilizo a denominação “*Memórias – Diário ao Correr da Pena*” para todos os quinze volumes desta obra, ainda que o autor não tenha titulado assim senão os volumes I a III e VIII a XV, que são os que têm a forma de diário. Belisário Pimenta deu ao volume IV o título “*Memórias IV – 1910: Janeiro a Dezembro*” e não deu título nem numerou os volumes V, VI e VII. Os volumes VIII a XV também não foram numerados pelo autor.

Penas – aquele que trata do período que vai do 5 de Outubro até Junho de 1911. Belisário Pimenta nunca se refere ao seu papel na organização, a cujo “comité militar” pertenceu, pelo menos, desde Fevereiro de 1910.

Manteve sempre uma disciplina rigorosa quanto às referências à sua vida familiar. As alusões à família quase se esgotam no período da sua infância e juventude. Só ao tio materno Albino Caetano da Silva, referente absoluto da sua educação, faz referências extensas. Todas as demais são breves e quase sempre resultam de inevitabilidades funcionais da narrativa. Conhecemos-lhe o pai, os tios paternos e até a Mulher, que foi a companheira da sua vida durante mais de cinquenta anos, pouco mais do que das trocas epistolares relacionadas com as perseguições de que era alvo, por razões de índole política, nos seus primeiros tempos no Exército. Da filha, Maria Helena, para além de uma curta nota escrita no dia do seu nascimento, só temos notícia a propósito da decisão paterna de a registar civilmente, acontecimento que teve relevância bastante para abrir celeuma na família, provocar falatório na cidade e ser notícia de *O Século* e de *O Mundo*.

Ainda assim, Belisário Pimenta deixa-nos respirar o ar dos lugares da família da sua infância – da “Cerrada da Nora”, no vale de Miranda de Corvo, sua raiz telúrica; da casa da Praça do Comércio, em Coimbra, com a tipografia do avô nos dois pisos inferiores; da quinta da Guarda Inglesa, do tio João Caetano da Silva.

É inestimável o valor historiográfico das *memórias* de Belisário Pimenta.

O objectivo que ele se propôs e que enfaticamente repetiu nas *Palavras Prévias* de *Memórias I* – “o meu mais sincero intento [é deixar] elementos sérios e seguros para a História” – ficou cumprido.

Escrupulosamente, não deixou, porém, de advertir para eventuais “erros de visão ou apreciações precipitadas” que tenham ficado intercaladas com as verdades factuais, cuja possibilidade de terem ocorrido explicou assim: “Mas ... que Diabo! Não se pode ser infalível no meio de tanta barafunda como foi a dos anos em que vivi. [...] Nem sempre o espírito poderia ter a serenidade exigida para boa avaliação dos sucessos [...]”.¹⁷

Quanto à *moralidade proveitosa e discreta* a retirar da narrativa, declarara já no encerramento do *Diário*, em Outubro de 1958, que desistira de ajudar os seus eventuais leitores a encontrá-la. Muito judiciosamente, entendeu que só a estes competiria tal tarefa:

“Nesta altura da vida, ao chegar, como cheguei, aos oitenta, seria tempo de parar e rever toda ela e concluir alguma coisa. Mas concluir o quê? Que errei o caminho? [...] E que só andei ao desencontro [...]? Deixar lá o Passado entregue ao esquecimento. ‘C’est une partie perdue – voilà tout’. [...] Que o que escrevi fique já agora sossegado e se houver quem leia que ajuíze se for capaz disso.”¹⁸

¹⁷ Belisário Pimenta, *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, XV, pp. 245 e 246.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 241 e 242.

Belisário Pimenta legou à Biblioteca Geral da Universidade Coimbra – “*a sua outra Casa*”, como lhe chamava – a sua livraria, os arquivos pessoais e a colecção dos seus originais autógrafos.

Em cumprimento da disposição testamentária, o arquivo foi aberto em Novembro de 1989, vinte anos após a sua morte, e disponibilizado ao público em 1993.

Actualmente, o Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra oferece uma plataforma de informação digital – *República Digital*¹⁹ –, de que se destaca o *Fundo Belisário Pimenta*.

Aí, está disponibilizado, para além de um conjunto de 67 fotografias obtidas a partir da colecção de negativos de vidro que faz parte do legado, o acervo de originais manuscritos, que inclui cinco volumes com estudos históricos e literários (*Peccados Velhos* e *Novo Anno Histórico ou Novo Diário Portuguez*), dois volumes com descrição de viagens (*Passeios e Viajatas: notas ligeiras*) e os vinte volumes de cunho memorialístico sobre os quais agora trabalho: *Memórias I (1879-1902)*; *Memórias II (1902-1908)*; *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, volumes I a XV; *A Questão Académica de 1907*; dois volumes com documentos, correspondência e cadernos de apontamentos, relativos à vida maçónica de Belisário Pimenta.

•

¹⁹ Acessível em <http://www.uc.pt/sibuc/republicadigital>

Da tipografia da Praça do Comércio ao Regimento de Infantaria n.º 23

Na sessão em que ingressou na Academia Portuguesa de História, em 28 de Janeiro de 1966, Belisário Pimenta apresentou-se como “*homem do Século Dezanove*”:

“[...] *a minha mentalidade foi moldada, bem ou mal, nas duas décadas finais [do século], repletas de sucessos contraditórios [...] Veio comigo, desse século tão malquistado, grande dose de inconformismo – eivado porém de grande dose de tolerância, ligada a calma e consciente dedicação pelos Princípios.*”²⁰

Com estas palavras, escritas à luz clara dos seus oitenta e seis anos, ter-nos-á legado a chave que permite decifrar a sua complexa personalidade.

Belisário Pimenta nasceu em 3 de Outubro de 1879 – “*a uma sexta-feira, dia aziago*”, como fazia questão de repetir –, no quarto com duas janelas viradas a Norte do 2º andar do prédio com o número 11 da Praça do Comércio, a velha praça burguesa da Baixa coimbrã.

A sua primeira canção de embalar foi o ronronar cadenciado das máquinas da tipografia do avô materno, instalada nos dois andares de baixo.

Este avô, Manuel Caetano da Silva, lograra, um dia, romper o cerco das serranias que envolvem os campos de Miranda de Corvo e abalar para Coimbra. Aí, com a *Tipografia Auxiliar de Escritório*, alcançou abastança e nome respeitado.

Uma das suas filhas haveria de casar com um funcionário dos Correios e Telégrafos, vindo do Barreiro. Deste casamento, nasceram Belisário Pimenta e as suas duas irmãs.

O tio Albino Caetano da Silva, então ainda novo, dirigia, na prática, a casa tipográfica e impunha-se com naturalidade na família pelo seu “*carácter de uma só face [...] e pelo seu porte impecável de cidadão, de filho e irmão dedicado e de amigo generoso.*”²¹

As primeiras bases da instrução de Belisário Pimenta, ainda antes de começar a frequentar a escola da *mestra Senhora Nicolau*, num 2º andar da Rua da Moeda, foram-lhe inculcadas na oficina, onde, vestido de bibe riscado, ouvia atentamente as conversas dos tipógrafos.

Ecoavam, então, entre os tipógrafos de Coimbra, as novas ideias que corriam pela Europa, depois da Comuna e da Primeira Internacional. O operariado tipográfico era o mais ilustrado e politizado.

Os operários da casa eram um escol, em que se contavam jornalistas, como José Pereira da Cruz ou o renomado Augusto Veiga (que acabara de sair para a Figueira da Foz), ou poetas, como Delfim Gomes.

²⁰ Belisário Pimenta, *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, VII, pp. 301, 302 e 311.

²¹ *Idem*, *Memórias I (1879-1902)*, pp. 20 e 21. O poeta Alberto de Oliveira evocaria assim, em 1930, a memória do seu amigo Albino Caetano da Silva: “*Desde a inteligência à bondade, nada lhe faltou para merecer a estima dos seus semelhantes, nem sequer a irredutível modéstia com que sinceramente se empenhou a desvalorizar-se aos próprios olhos e a apagar-se perante os estranhos*” – in *Coimbra Amada (Últimos Versos)*, Porto, Maranus, pp. 98 a 100, *apud* António de Oliveira, in *Belisário Pimenta, Historiador*, p. 4.

Na época, passava pela oficina um mestre serralheiro italiano que trabalhava na construção da ponte férrea da Portela, chamado Esquilário. De cabeleira revolta, gravata à La Vallière, olhos brilhantes e falas cativantes, expunha com entusiasmo aos tipógrafos as doutrinas anarquistas. O pequeno Belisário ouvia-o extasiado. De tudo o que lhe ouvia, da convivência com o operariado da tipografia e da propaganda das ideias libertárias ficou-lhe “*sinal bastante fundo para toda a vida*”.²²

Juntamente com a compreensão das desigualdades sociais e da justiça das reivindicações operárias, veio-lhe a repulsa pelo ultramontanismo. A aversão à Companhia de Jesus, que, de resto, se generalizara, não só entre os *avançados*, mas até nos *simples burgueses liberais*, havia de lhe chegar não muito mais tarde.

Esta cultura revolucionária, adquirida na meninice, acompanhou-o sempre, pela vida fora. “*A vida atenuou certas asperezas, mas a ideia principal felizmente ficou-me e ... ainda bem! Ainda cá está.*” – escreveria mais de sessenta anos depois.²³

Acompanhou, nesse tempo, o entusiasmo que se viveu na tipografia com a proclamação da República no Brasil e as esperanças que aí se alimentavam acerca da repercussão favorável que tal acontecimento teria entre nós. Não mais esqueceu a comoção provocada pelo *Ultimatum* inglês e o aparecimento do hino *A Portuguesa*, cantado e assobiado por todo o lado. Testemunhou as manifestações de estudantes, que, entre “*morras à Inglaterra*”, partiam da Praça do Comércio. Nelas, sobressaía, no meio de um magote de rapazes republicanos, a figura romântica de António José de Almeida (frequentador da tipografia e amigo do tio Albino). Assistiu com excitação à composição das folhas soltas, impressas em papel pintado com as cores de França, como protesto anti-monárquico. Frequentou festas populares e as récitas no Teatro D. Luís, de apoio à Subscrição Nacional. E fez até um suplemento ao seu jornalzinho manuscrito, *O Marítimo*, em que se referia indignadamente à ocupação do Chire pelos ingleses, dava “*morras*” a D. Carlos e terminava com um “*viva*” à República com letras garrafais.²⁴

Em 31 de Janeiro de 1891, ao ouvir o tio Albino, que regressava a casa e subia as escadas com passo apressado, dizer que no Porto estava implantada a República, não se conteve, correu ao patamar e gritou para baixo, para os da tipografia, por duas vezes: “*Viva a República!*” Do primeiro andar, apareceu, atrapalhado, o chefe da oficina, que o advertiu: “*Oh menino! esteja calado! Olhe a polícia.*” Depois, quando se soube da derrota dos revolucionários, caiu a consternação lá em casa e na oficina.²⁵

Frequentavam a casa da Praça do Comércio, por amizade com o tio Albino ou por serem clientes da tipografia, muitas das figuras que se destacaram na vida literária e que pertenceram à muito celebrada “geração de 90”. Ora em casa, ora no vizinho Café Marques Pinto, o jovem

²² Belisário Pimenta, *Memórias I (1879-1902)*, pp. 21 a 23.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 24.

²⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 46 a 48.

²⁵ *Idem, Diário ao Correr da Pena, XII*, pp. 287 e 288.

Belisário convivía diariamente e beneficiava da atenção de Eugénio de Castro, Alberto de Oliveira, Agostinho de Campos, Manuel da Silva Gaio, Carlos Mesquita e outros.

Coeva desta era a *geração inconformista e revolucionária*, de que saíram muitos dos primeiros quadros do regime republicano. Também estes jovens não eram estranhos ao universo de Belisário, pelas suas ligações ao tio Albino da Silva: António José de Almeida (sempre grato ao pai de Belisário, que se recusara a denunciá-lo, após a derrota da revolta de 31 de Janeiro, quando a polícia quis identificar os estudantes que, em Coimbra, haviam feito, então, a requisição permanente do telégrafo), João de Meneses, Silvestre Falcão, Augusto Barreto.

Entre todos esses jovens, então com pouco mais de vinte anos de idade, não havia, na época, uma barreira que os separasse intransponivelmente. Belisário Pimenta, muitos anos mais tarde, opinava que o grupo dos jovens revolucionários não deixara de exercer influência sobre os do grupo de poetas e homens de letras. João Meneses estava na Direcção da revista literária *Os Insubmissos* de Eugénio de Castro, em que também escrevia Silvestre Falcão. Alberto de Oliveira, depois monárquico e católico, afirmava, então, o seu republicanismo. E até Eugénio de Castro, inegavelmente conservador e *com prosápias de fidalgo*, manifestava, em privado, o inconformismo e a liberdade de espírito, que, depois, veio a desmentir aparatosamente.

Eugénio de Castro era um dos próceres do simbolismo e conquistara já, aos 26 anos, um lugar na Academia das Ciências. Alberto de Oliveira foi uma das figuras da afirmação do *neogarrettismo* (movimento de que estaria, todavia, ausente “*a coragem cívica de Garrett*”, como diria, mordaz, Agostinho da Silva, citado por Belisário Pimenta).²⁶

Foi desse grupo, conhecido pela “geração de 90”, que saiu a corrente tradicionalista e nacionalista da literatura do princípio do século XX, em que viria a inscrever-se também Afonso Lopes Vieira – que “*passou pela portela anarquista [...] como toda a gente que se preza*” e que foi, na juventude, o tradutor da carta *À Gente Nova*, a cartilha anarquista do príncipe Kropotkin²⁷ –, que manteria, pela vida fora, uma polida relação de cordialidade com Belisário Pimenta.²⁸

Outras figuras ainda o marcaram na infância e na adolescência.

Tinha uma relação afectuosa com Trindade Coelho. Recorda o espírito alegre e o vozeirão do autor de *Os meus Amores*, “*que, lá em casa, era sempre sinal de bom agoiro*”. Durante dois anos, Trindade Coelho, em homenagem ao jovem adolescente que lhe gravara o timbre para o papel de carta, assinou as suas obras sob o pseudónimo de *Belisário*.²⁹

Fez também a gravura da capa da obra sobre a Rainha Santa que o Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, lente de Teologia e antigo condiscípulo do tio Albino, tinha a imprimir³⁰. No momento da leitura da obra e da descoberta do espírito de investigação minucioso do autor

²⁶ *Idem, Memórias I (1879-1902)*, pp. 52 a 62; *Diário ao Correr da Pena, VII*, pp. 302 e 303 (Discurso na Academia Portuguesa de História).

²⁷ Aquilino Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais*, p. 303, *apud* Belisário Pimenta, *Memórias I*, p. 78.

²⁸ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, X*, pp. 24 a 34.

²⁹ *Idem, Memórias I*, p. 37.

³⁰ O tio Albino da Silva ensinara-o a gravar em madeira.

pode situar-se o início do gosto de Belisário Pimenta, que teria então 13 anos, pelos estudos históricos. Belisário Pimenta reconheceu sempre a influência metodológica do Dr. António de Vasconcelos, de que só muito tarde, “*quasi só na velhice*”, se libertou.³¹

Desse tempo, refere ainda a influência do Dr. Simões de Castro, “*a proibidade em pessoa*”, cujo conselho, pela vida fora, sempre lhe serviu de estímulo.

Mas, para além de seu tio Albino, a figura que dominou a sua infância e adolescência foi a de António Augusto Gonçalves, grande amigo de sua família e homem de prestígio na cidade. Fundara a Escola Livre das Artes do Desenho e veio a ser vice-presidente da primeira vereação republicana de Coimbra (a que pertenceu também o tio Albino Caetano da Silva³²), aclamada em 6 de Outubro, e presidente da Câmara Municipal, a partir do abandono de Sidónio Pais, em Dezembro de 1910.

Mais de seis décadas passadas, Belisário Pimenta continuava a manter a *impressão de grandeza* inspirada pelo professor António Augusto Gonçalves e escrevia:

“*Ficou-me para a vida a influência da sua intransigência política, do seu anti-clericalismo, do seu aprumo, da sua dura honradez e até um pouco, se não bastante, das suas atitudes perante certas imposições de consciência. Grande homem!*”³³

Foi neste ambiente, povoado de anarquistas, de republicanos, de anti-ultramontanos e de homens de letras e artistas que correu a infância e o início da adolescência de Belisário Pimenta. Forjaram-se aqui os traços mais perenes da sua personalidade: a firmeza de princípios, o republicanismo, o anti-clericalismo, mas também o gosto pela escrita e a sensibilidade artística.

Em Maio de 1893, com os pais e as irmãs, Belisário Pimenta mudou-se para a nova casa, que o pai mandara construir na Rua de Tomar, um dos novos arruamentos que então se abriam na Quinta de Santa Cruz, urbanizada segundo o plano de Lourenço de Almeida Azevedo.³⁴

Já tinha feito, na idade própria, o seu *exame da Câmara* – como se chamavam, por serem prestadas no edifício da Câmara Municipal, as provas finais da instrução primária – e a admissão ao liceu. Frequentou o ensino liceal em estabelecimentos particulares, primeiro na Rua da Calçada, depois no Colégio do Padre Ricardo Simões dos Reis, no lado norte e quase ao cimo da Avenida Sá da Bandeira. Só mais tarde, transitou para o liceu oficial, instalado ainda no Colégio de São Bento.

Na época, aprendia violino com o regente da Banda do Regimento de Infantaria n.º 23, Ribeiro Alves, que se queixava da falta de aplicação do discípulo ao tio e padrinho de Belisário, João Caetano, que era quem lhe pagava as lições.³⁵

³¹ Belisário Pimenta, *Memórias I*, pp. 64 a 66.

³² Cfr. Arquivo Histórico do Município de Coimbra, acessível em <http://www.cm-coimbra.pt>

³³ Belisário Pimenta, *Memórias I*, pp. 75 e 76.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 94.

³⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 43, 85 e 90 e *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 5 e 6.

A mudança para a Rua de Tomar modificou-lhe a vida e os hábitos. Belisário perdeu o ambiente especial que se vivia na casa da Praça Velha e a convivência com os amigos do tio Albino e os clientes da tipografia.

Passou a fechar-se em casa e a ler muito. Interessava-se sobretudo por Alexandre Herculano, de que o pai tinha os romances e a *História da Inquisição*, e cuja leitura ia entremeando com a de Júlio Verne.

Foi nessa fase que se lhe revelou, descoberto num dos romances históricos de Cunha e Sá³⁶, a figura do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, sobre a qual trabalhou, muito anos mais tarde, publicando-lhe as cartas à Câmara de Coimbra.³⁷ O período revolucionário de 1383 a 1385 apaixonava-o e suscitou-lhe vários projectos de estudos históricos. Adoptou como modelo, nesse tempo de juventude, a figura de Nun'Álvares, que acabaria por segui-lo toda a vida, necessariamente afeiçoada às suas próprias preocupações espirituais e intelectuais.

Mas era Alexandre Herculano quem mais o impressionava. Erigiu-o no "*Deus tutelar*" da sua vida inteira. O tio Albino, conhecendo-lhe os gostos e as inclinações, oferecera-lhe, como presente de aniversário, as obras completas de Herculano.³⁸

Escrevia Belisário Pimenta, em 1956:

*"Este autor, até pelo notável poder de evocação histórica e também por natural inclinação minha, teve tal influência no meu espírito, que ficou sendo sempre, para mim, o verdadeiro 'Deus tutelar'; e dado o seu feitio rude e cheio de autoridade e ainda o seu anti-clericalismo, passou a ser quase modelo para a minha fácil imaginação de rapaz."*³⁹

Um dia, encontrou um retrato de Herculano, "*numa bela gravura de João Pedroso*". Emoldurou-o e pendurou-o na parede do seu quarto de estudante, na casa da Rua de Tomar. Quando casou e mudou para a Rua Venâncio Rodrigues, pô-lo em lugar de honra no seu gabinete de trabalho, onde ficou até ao fim da vida.

Foi também por essa altura que, com 14 ou 15 anos de idade, o jovem Belisário, inspirado na coluna, titulada *Datas Memoráveis*, que o tio José Augusto Pimenta mantinha num jornal, começou a anotar, metodicamente e com indicação das fontes, as datas que ia recolhendo dos sucessos históricos e os elementos biográficos respeitantes a homens que se haviam notabilizado. Acabou por juntar assim alguns milhares de fichas, a que chamava, por se terem tornado elementos indispensáveis de trabalho, os seus "*muito queridos verbetes*".⁴⁰

Os seus trabalhos de carácter histórico dos primeiros anos – os artigos e crónicas de 1903 a 1906, publicados em jornais regionais de antigos colegas da Universidade, como o *Jornal*

³⁶ *O Último Cavaleiro – Romance Histórico*, Coimbra, 1877.

³⁷ *As Cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)* foram publicadas pela Imprensa da Universidade, em Separata do "Arquivo de História e Bibliografia", em 1924 (Cfr. *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 44); e, em 2ª edição, em 1958, no volume XXIII do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*.

³⁸ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 9.

³⁹ Belisário Pimenta, *Memórias I*, p. 99.

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 7 e 101.

Torrejano ou *O Jornal da Lousã* – foram escritos a partir dessa base de dados.⁴¹ E, ao longo da vida, sempre ela lhe foi preciosa, como recurso para procurar documentação.

Coincidindo com a sua transferência para o Colégio de São Bento, o liceu oficial, em 1895-1896, sobreveio a Belisário Pimenta uma prolongada crise de *melancolia*, que chegou a preocupar os seus pais. Mergulhava, então, numa torrencial produção literária, que percorria todos os géneros – teatro, novela, ensaio histórico, romance histórico, poesia épica e até a opereta de costumes. Como não havia fôlego que aguentasse tal insaciabilidade, quase tudo ficava pelos primeiros capítulos ou pelas primeiras páginas.⁴²

Deixou crescer o cabelo, procurando imitar a cabeleira de Garrett, e usava saliente o laço da gravata, como o vira a António Nobre, cujo olhar nostálgico sobre a curva do Mondego a montante da ponte recordava sempre.

Em Setembro de 1898, de férias na Figueira da Foz e sob o efeito das primeiras comoções amorosas experimentadas, escreveu um soneto “*de forma mais ou menos camonianiana, mas com intuitos de simbolismo (tudo podia ser naqueles meus dezoito anos)*”, a que deu o nome de *Narciso*. Viria a ser publicado, em Abril seguinte, graças à bonomia do director da *Gazeta da Figueira*, o antigo tipógrafo na casa de Manuel Caetano da Silva, Augusto Veiga. Foi esta a primeira obra impressa de Belisário Pimenta.⁴³

No ano lectivo de 1898-1899, estava matriculado no 1º ano da Faculdade de Matemática, prosseguindo na sua sina de *mau estudante*.

Para se furtar à *praxe*, ora saía pela Porta de Minerva, ora, beneficiando do favor de um bedel, se esgueirava pelo portão da Rua do Norte. O refúgio mais seguro contra os *praxistas* encontrava-o, porém, na Biblioteca da Universidade. Foi essa a sua primeira motivação para passar a frequentá-la. Não podia adivinhar, então, que a Biblioteca Geral da Universidade viria a ser para si um refúgio para toda a vida e visitá-la, um hábito vital.

Submetido a inspecção militar e apurado para Infantaria, foi feito soldado. Mandou fazer farda e sacrificou a cabeleira à Garrett. De cabelo à escovinha, assentou praça no quartel do Regimento de Infantaria n.º 23, na Rua da Sofia. Foi só por um dia, que logo lhe foi concedida licença para estar mais um ano na Universidade.

Nesse ano lectivo, matriculou-se nas cadeiras que lhe dariam acesso à Escola do Exército. Traçou o seu destino.

Em 11 de Novembro de 1899, Belisário Pimenta foi iniciado nos mistérios da Maçonaria na Loja Academia Livre.⁴⁴

⁴¹ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 11 a 29.

⁴² Belisário Pimenta, sem coragem para os rasgar, reuniu, em 1909 e 1910, alguns destes escritos da adolescência (essas “*tentativas*” ou “*atentados*”, como mais tarde lhes chamaria), juntamente com cartas e dissertações escolares feitas até 1903, no volume a que deu o título *Peccados Velhos*.

⁴³ Belisário Pimenta, *Memórias I (1879-1902)*, pp. 197 a 199; *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 10.

⁴⁴ A Loja Academia Livre trabalhava sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido e praticava o Rito Francês. Levantou colunas em 1898 e abateu-as em 1903. (Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, I, col. 15.)

Fora proposto pelo Mário Duque, seu antigo colega no liceu, e pelo José Maria Dias Ferrão, quatro ou cinco anos mais velho, que abandonara o Seminário e era um socialista da escola de Benoît Malon, ambos estudantes de Direito.

Dizia-lhe o Mário Duque, nas conversas preparatórias: “ – *Naquela Loja só se admitem de republicanos para cima. Mas tu, como és anarquista...*”. E respondia-lhe o candidato: “ – *Sim, menino, trata disso.*”⁴⁵

A Loja tinha as suas sessões em “*uma esplêndida sala, lajeada, com azulejos em painéis até meia parede, com duas amplas portas que deitavam para um terraço de onde se via correr o Mondego numa grande extensão*”, que era a sala de jantar da *república* de estudantes da Rua das Esteirinhas, n.º 11, perto do Teatro D. Luiz.

Belisário Pimenta conhecia já a *república*, que frequentava há largos meses com regularidade, por terem ali abrigo os ensaios de uma pequena tuna e os actos da “Academia” de intuítos culturais por si impulsionada e acarinhada por vários estudantes da casa.

A convivência com o numeroso grupo de rapazes republicanos que se juntava na Rua das Esteirinhas, muitos dos quais se mantinham ainda inspirados pelo espírito da revolução de 31 de Janeiro, já vinha dando, desde o ano lectivo anterior, novos estímulos a Belisário.

O ingresso na Maçonaria abriu-lhe um novo espaço de relacionamento com estudantes e com *futricas*, em ambiente que o rodeava de simpatia. As suas novas *obrigações de consciência* e as tarefas que se lhe impunham no seio da Loja contribuíram eficazmente para amenizar as suas crónicas propensões para a misantropia.

Belisário Pimenta tinha então vinte anos. Mais de cinquenta anos depois, haveria de se referir àquele Outono de 1899, nos seguintes termos: “*Com o assentamento de praça no regimento de Infantaria n.º 23 e o ingresso na Maçonaria, eu entrava [...] em nova fase da minha vida.*”⁴⁶

No Verão de 1900, concluídos os *preparatórios* na Universidade, foi admitido na Escola do Exército, que frequentou, a partir de Novembro seguinte, graduado em 1º Sargento-Cadete.

Logo desde os primeiros dias, deplorou o ambiente entre os alunos. Ingenuamente, acreditava que o Exército fosse constituído por gente de bom nível intelectual e de aprumo moral. Em vez disso, encontrou um ambiente mau e intelectualmente inferior:

“*[...] a rapaziada, em que havia de tudo, desde meninos bonitos dos paços reais a pobres diabos de origem muito modesta e sem educação, mostrava-se, de modo geral, ordinária, grosseira, egoísta.*”⁴⁷

Ainda o internato não ia num mês, já as suas peças literárias exprimiam o arrependimento pela escolha da carreira. Um soneto que então compôs acabava desta maneira pitoresca:

“*Antes ser a maior cavalgadura/ Antes ser bacharel sem formatura/ Que um 1º sargento graduado!*”⁴⁸

⁴⁵ Belisário Pimenta, *Memórias I (1879-1902)*, pp. 250 e seguintes.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 283.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 325.

Com tempo, acabou por distinguir alguns alunos do curso pelas suas qualidades intelectuais e morais. Para além do seu colega de quarto e antigo companheiro de Coimbra, Artur Hintze Ribeiro Nunes, sobrinho do Presidente do Ministério, fez amizade com Hélder Ribeiro e Eurico Saturio Pires, por serem republicanos. Álvaro de Castro, Henrique Pires Monteiro e Ferreira Lima, com quem pouco se relacionou então, vieram a tornar-se mais tarde seus amigos.

Não lhe merecendo grande atenção as matérias ensinadas nas aulas, refugiava-se, de novo, nos seus projectos literários.

Seduzido pela obra de Eça, que lera quase toda, e inspirado no modo de vida e relacionamentos de seu tio José Augusto Pimenta, cuja casa frequentava, que lhe pareciam inscrever-se no quadro típico da vida burguesa lisboeta, aventurou-se a escrever uma novela realista. Animava-o, nessa empresa, uma frase que respigara do prefácio de *Eusébio Macário*, em que Camilo, referindo-se à escola realista, dizia: "*Ora a coisa em si era tão fácil, que até eu a fiz...*". A tentativa, porém, ficou-se pelo terceiro capítulo.

Veio depois um *conto romântico* e um *drama histórico*, que não passaram da fase de esboço.⁴⁹

Terminado o curso, ficou-lhe gravado na memória o momento em que saiu pelo portão da Rua Gomes Freire pela última vez, direito ao Campo de Santana, a caminho da Estação do Rossio. O galego, atrás, carregava as bagagens; ele, Belisário, carregava o peso de uma estranha sensação, que não sabia se era de alívio, se era de tristeza. Talvez fosse um sinal de conformismo perante o que não era ainda mais do que um pressentimento – "*como se fosse possível que a criança que ouviu um anarquista autêntico evangelizar a igualdade e fraternidade universais coubesse, sem resistência, dentro de uma farda de oficial do exército e, ainda mais, dum exército mesquinho, sem qualquer espírito elevado, incapaz de atitudes dignificantes e humanas.*"⁵⁰

A partir de então, iria abraçar uma profissão que o "*entalaria em moldes para que não fora feito*".

Meio século depois, Belisário Pimenta, referindo-se a esse passo decisivo da sua vida, escreveria: "[Ia] *ingressar numa classe em que afinal (e felizmente!) eu nunca me integrei e em que fui sempre elemento, não direi quase estranho, mas simplesmente oposto [...]*".⁵¹

Passou quase um ano na Escola Prática de Infantaria, a cumprir o seu tirocínio.

Aparentemente, não aprendeu aí nada que fosse muito relevante para a sua vida como oficial do exército. E só dois momentos lhe pareceram significativos: o da chegada e o da partida.

Entrou em Mafra, em Novembro de 1902, na caleche que o trazia da estação. À primeira visão do colosso de pedra enegrecida, *escorrendo uma humidade viscosa*, com o alto das torres

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 340.

⁴⁹ Todas estas *tentativas* foram juntas no volume a que chamou *Peccados Velhos*.

⁵⁰ Belisário Pimenta, *Memórias I (1879-1902)*, p. 388.

⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 289.

encoberto pela névoa, enrolou-se mais no capote novo, que nem assim o defendeu do frio. Apeou-se na portaria do Convento, que era também a porta de armas do quartel. De pé, em frente daquela mole imensa de pedra onde iria viver por alguns meses, sentiu que o que o invadia não era o frio, era pavor.⁵²

Ao partir de Mafra, em Agosto seguinte, levava na bagagem umas vagas teorias que ouvira aos instrutores e a fama de violinista romântico, muito à conta da mulher do Comandante, que era uma distinta pianista e gostava de o ouvir tocar.⁵³

Há, porém, um acontecimento da maior importância na vida de Belisário Pimenta que se deu nesta sua passagem por Mafra. Foi aí que, em 1902, conheceu D. Amélia Deidâmia de Almeida Possidónio da Silva, neta do conhecido arquitecto e arqueólogo Joaquim Possidónio da Silva, com quem haveria de casar e que foi sua Mulher até ao fim da vida.⁵⁴

Oculto-o nas suas *memórias*. E até mesmo a notícia do seu casamento, que ocorreu em Outubro de 1908, nos é dada em uma nota curta e com o recato, quase extremo, que sempre usa no tratamento das matérias respeitantes à vida familiar: "*Pois é uma verdade: neste interregno de memórias ... casei! Sim, casei! ... Conquanto pareça estranho, não n'ó é: casei no dia 22 de Outubro, por uma manhã um pouco nevoenta, na igreja de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, enquanto os galegos apregoavam a água e os vendedores de hortaliça paravam às portas. – Casei! ... E pronto.*"⁵⁵

Regressou a Coimbra em Setembro de 1903 e, já membro do quadro de oficiais do Exército Português, apresentou-se no Regimento de Infantaria n.º 23, ainda com quartel no Colégio da Graça, na Rua da Sofia, onde foi colocado.

Nos três anos seguintes, aí se manteve, arrastando-se pela sensaboria da vida regimental. Enfadava-o a cadeia ininterrupta de serviços obscuros – prevenções, guardas de honra, missas dominicais, instrução de recrutas e vários pequenos nada. Não lhe parecia possível adaptar-se ao ambiente, que qualificava de baixo nível.

De entre os oficiais, distinguia apenas o Coronel Pedro Celestino da Costa, que após uma passagem fugaz pelo comando do Regimento, foi colocado em Infantaria 16, em Lisboa, onde viria a morrer ingloriamente na madrugada de 4 de Outubro de 1910; o Major Rego Chagas, comandante do seu Batalhão, de quem, à boca pequena, diziam ser republicano, e que mais tarde veio a ser seu amigo; e o Capitão Homem Cristo, *o gato bravo daquela capoeira*.⁵⁶

Homem Cristo – que fora membro do Directório do Partido Republicano e era homem culto e jornalista vigoroso – convivia pouco com os outros oficiais. Obteve a colaboração de Belisário Pimenta na tarefa com que se comprometeu de alfabetizar os recrutas pelo método de João de

⁵² *Idem, Memórias II (1902-1908)*, pp. 2 e 3.

⁵³ *Idem, Ibidem*, pp. 19 e 25.

⁵⁴ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 7.

⁵⁵ Belisário Pimenta, *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, vol. II, pp. 321 e 322.

⁵⁶ *Idem, Memórias II (1902-1908)*, pp. 49, 58 e 83.

Deus. Era director da biblioteca regimental, que dotara de livros modernos sobre história militar e história diplomática. Às suas sugestões de leituras ficou Belisário Pimenta a dever a evolução da sua maneira de tratar a História.

Dizia-lhe Homem Cristo, na sua linguagem rude, referindo-se aos nossos historiadores militares: “São umas bestas!... Não percebem nada!... Você, se quer escrever alguma coisa, leia primeiro uns livros que tenho lá em cima, na biblioteca. Isso é que são livros! Não se guie pelos nossos historiadores.” O jovem Alferes requisitou os livros que ele indicara, e a sua leitura foi como “uma baforada varredora”, que, se “não destruiu por completo a influência erudita [do] Dr. António de Vasconcelos”, lhe causou, ao menos, a “impressão de mundo novo ou de claridade que entrasse em quarto escuro.”⁵⁷

Mas isto não isentou Homem Cristo da apreciação crítica, excessivamente contundente, a que Belisário Pimenta submeteu o livro que o Capitão acabara de publicar – *Pro Patria* –, numa série de artigos publicados no jornal franquista *Folha de Coimbra*, sob instigação do comandante da sua Companhia, o Capitão Domingos de Freitas, um dos directores do jornal.

O livro caíra mal entre os oficiais do Regimento, que entendiam conter ele algumas falsidades. Homem Cristo ficou magoado com o teor dos artigos e deu, no *Povo de Aveiro*, em linguagem descomposta, “uma tareia ao «trapalhão»” que os escrevera, cuja identidade desconhecia.⁵⁸ Quando, mais tarde, veio a saber que o autor dos artigos fora Belisário Pimenta, deixou de lhe falar e não mais lhe perdoou.⁵⁹

Foi neste período que Belisário Pimenta reconverteu a sua produção intelectual. Deixou em segundo plano a poesia e as incursões pelo romance e passou a dedicar-se aos *artigos históricos*. Nos três anos em que prestou serviço em Infantaria 23, publicou 154 artigos de temática histórica.⁶⁰

No Verão de 1906, começou a tomar vulto a sua ideia de se libertar da vida regimental, cada dia menos estimulante. Planeava matricular-se na Universidade e tirar as cadeiras necessárias para vir, depois, a frequentar Engenharia Civil, em Lisboa ou no Porto.

A servidão inerente à sua condição militar tornava-se-lhe, em muitas ocasiões, penosa. Belisário Pimenta deixou relatado um episódio a que terá conferido uma dimensão simbolizante da insuportabilidade dos sacrifícios que ela lhe impunha.

Recebeu, um dia, ordem para ir à Estação Velha cumprimentar o Rei, que passava para Lisboa. Lá foi, acompanhando o Comandante do Batalhão e outro oficial. Aquela cena nunca se lhe

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 51 e 52.

⁵⁸ Sob o título *O livro «Pro Patria» do sr. capitão Homem Cristo*, Belisário escreveu dez artigos, que foram publicados durante os meses de Junho e Agosto de 1905. Os artigos eram assinados por *N. A.* (iniciais de Nuno Álvares). (Cfr. *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 24 e 25.

⁵⁹ Quase 30 anos depois, Homem Cristo, nas páginas do *Povo de Aveiro*, apodou de “patetóide” Belisário Pimenta. Este manteve sempre a convicção de que a sua crítica foi justa nas questões de fundo, embora intimamente admitisse que usou de imoderação na linguagem. Lamentou-se por não ter sabido, então, ser “um pouco menos ingrato para quem [lhe] abriu os olhos a respeito da história militar”. Cfr. Belisário Pimenta, *Memórias II (1902-1908)*, pp. 53 a 58.

⁶⁰ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 11 a 29; Belisário Pimenta, *Memórias II (1902-1908)*, pp. 78 a 80.

apagou da memória: “Chegou o comboio [...]; eu via, da plataforma da estação, as curvaturas dos que entravam e via o vulto do Rei, insensível, com a cara papuda, vermelhusca, sem expressão.[...] Quando chegou a nossa vez, o Chagas subiu os degraus do varandim [...]; D. Carlos, impassível, enorme, vestido com traje de caça, estava rodeado de áulicos de várias espécies; era a figura de um verdadeiro soba que recebia a homenagem dos súbditos ... O Chagas, coitado, com a espada a estorvar-lhe os movimentos, disse qualquer coisa, curvou-se e beijou a mão real [...]; eu embatuei e, apanhado de surpresa, pratiquei o mesmo acto de baixeza: toquei ao de leve na gorda mão real que me pareceu escamosa e mal pousei os beiços, num simulacro de beijo. Fiz ligeira vénia e saí. Vinha envergonhado e irritado! [...] Como é que eu [...] sem qualquer movimento de inconformidade, me curvei e beijei embora ao de leve a mão real? [...] ainda hoje me envergonha.”

O relato termina assim: “E por estas e por outras se fixou em mim o pensamento de me livrar do exército. [...] francamente, estava farto.”⁶¹

•

⁶¹ Belisário Pimenta, *Memórias II (1902-1908)*, pp. 222 a 224.

A questão académica de 1907. Belisário Pimenta *intransigente*

Três meses depois, era de novo aluno da Universidade de Coimbra. Agora, com a farda a substituir a capa e a batina, voltava a acender o seu antigo e *sonolento* candeeiro de azeite de *abat-jour* verde, que mantivera apagado nos últimos seis anos.

Naqueles dias de Outubro de 1906, tudo voltara a ser alegre e festivo. Pelo menos, era esse o estado de espírito do jovem Belisário Pimenta, militar que voltara a ser estudante, animado pelo sonho de dar um novo rumo à sua vida: “16 de Outubro: Já fui à Universidade. [...] Vestidos alegres de senhoras, ar alegre de visitantes e alegres abraços de estudantes que de novo se encontram. Houve a oração chamada de sapientia [...]. Os sinos da torre alta tocaram festivamente; a charamela, encasacada, tocou festivamente; a bandeira azul e branca da torre tremulava festivamente ... Era tarde alegre e bem alegre.”⁶²

Já o ano lectivo de 1906-1907 dera tempo a que o novo aluno-militar se tivesse readaptado à sua costumada condição de estudante mediano, quando Belisário Pimenta e alguns condiscípulos, que conversavam sentados num dos bancos junto da arcaria central do Pátio da Universidade, começaram a ouvir uma vozeria, que crescia na Via Latina. Viam uma grande aglomeração de rapazes, que descia a escadaria, soltando frases de indignação, encabeçada por um pequeno grupo que erguia em ombros o licenciado José Eugénio Dias Ferreira. Aquela multidão de estudantes saiu pela Porta Férrea, meteu pela Rua Larga e desceu para a Baixa e, sempre a engrossar, seguiu para a Arregaça, para casa de José Eugénio, onde se ouviram discursos inflamados.⁶³

Dias Ferreira fora tratado de forma indigna e reprovado por unanimidade no acto de conclusões magnas, o que já se prenunciava, pois corria na cidade o rumor de que o doutorando – que na sua tese adoptara uma metodologia positivista e exarara uma dedicatória a Teófilo Braga – seria reprovado.⁶⁴

Esse foi o rastilho que fez rebentar o grave conflito que ficou conhecido como *a questão académica de 1907*.

A assembleia magna da academia, reunida nessa noite, deliberou a falta às aulas no dia seguinte. O Governo de João Franco, reagindo desproporcionadamente, fez publicar, logo no dia 2 de Março, um decreto que suspendeu as actividades académicas até que fossem julgados os processos disciplinares a instaurar, relativos aos acontecimentos.

O subsequente encerramento da Universidade e o envio de fortes contingentes policiais para Coimbra transformou aquilo que começou por ser apenas um incidente referido à reprovação de Dias Ferreira em um movimento reivindicativo de âmbito muito mais vasto, que se insurgia contra o anquilosamento da instituição universitária e reclamava a reforma profunda dos estudos.

⁶² Texto das notas escritas na época por Belisário Pimenta, reproduzido em *Memórias II (1902-1908)*, pp. 280 e 281.

⁶³ Belisário Pimenta, *Memórias II (1902-1908)*, pp. 292 a 294.

⁶⁴ Amadeu Carvalho Homem, “A Crise Académica de 1907 e o Franquismo”, in *Um Século de Lutas Académicas*, p. 21.

João Franco, dominado pela suspeita de que a agitação estudantil era inspirada pelo Partido Republicano, deu dimensão política aos acontecimentos, que tinham mero cariz académico. E acentuou irremediavelmente tal dimensão, quando, ao receber o Reitor da Universidade, Santos Viegas – que viera a Lisboa para lhe comunicar as dificuldades do Conselho de Decanos para estabelecer, no âmbito do processo disciplinar, responsabilidades individuais –, lhe entregou um papel com os nomes dos estudantes, todos conhecidos em Coimbra como republicanos, que deveriam ser punidos.⁶⁵

A reacção de João Franco e a deslocação a Lisboa de uma delegação da academia de Coimbra, encabeçada por António Granjo e composta por mais de quatrocentos estudantes, mandatada para apresentar ao Governo e ao presidente da Câmara dos Deputados exposições críticas sobre o ensino universitário, deram projecção nacional à questão académica.

A causa coimbrã foi secundada pelas instituições universitárias de Lisboa e do Porto e pelos estudantes dos liceus. Os deputados republicanos, especialmente António José de Almeida, levaram o debate sobre a crise académica e sobre o ensino à Câmara dos Deputados e Hintze Ribeiro interpelava o Governo sobre a questão na Câmara dos Pares. A imprensa periódica da época alimentava o debate público, com destaque para os jornais republicanos e para os acutilantes artigos de João Chagas e de Brito Camacho.

Em 2 de Abril tornou-se conhecida a decisão do Conselho de Decanos: três estudantes (Ramada Curto, Campos Lima e Carlos Olavo) foram expulsos por dois anos e quatro outros (Alberto Xavier, Pinho Ferreira, Gonçalves Preto e Pinto Quartim), por um ano.

António José de Almeida, no Parlamento, dirigia-se, de novo, em 5 e em 9 de Abril, ao Presidente do Conselho de Ministros. Exaltava a nobreza do gesto de Bernardino Machado, figura de grande prestígio, que, por solidariedade para com os estudantes expulsos, pedira a exoneração do seu cargo de professor catedrático da Faculdade de Filosofia. E intimava João Franco a aconselhar o Rei a conceder uma amnistia que pusesse um termo honroso ao conflito.⁶⁶

Para João Franco, porém, a questão estava reduzida a matéria de ordem pública. A autoridade fora desafiada e havia que restaurá-la. Era esse também o pensamento do Rei, explicitado em carta dirigida ao Chefe do Governo: “[Não podemos] *deixar cair o princípio da autoridade*. [...] *Sou absolutamente contrário, como sabes, a violências e medidas de força, mas tão contrário*

⁶⁵ Carlos Olavo, um dos estudantes punidos disciplinarmente, conta que, nos primeiros meses de 1910, encontrou casualmente, nas arcadas do Terreiro do Paço, em Lisboa, o Doutor Marnoco e Sousa, que fora promotor de justiça no processo disciplinar. Este, que acompanhara o Reitor naquela sua visita a João Franco, ter-lhe-á confidenciado o seguinte: quando Santos Viegas disse ao Chefe do Governo que não era possível aplicar penas aos estudantes, dada a unanimidade do movimento académico, João Franco, *irado e intimativo*, terá insistido na necessidade de punir os *discolos*, sob pena de atribuir responsabilidades aos próprios professores. E, tirando da algibeira a lista dos estudantes a castigar, entregou-a ao Reitor, *atónito e subjugado*. (In Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, pp. 159 a 161.)

⁶⁶ António José de Almeida, “A questão académica – Discursos proferidos nas sessões parlamentares de 5 de Março e 5 e 9 de Abril de 1907, segundo o texto oficial”, in *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. II, pp. 73 a 121.

sou d'esses processos como sou partidário do emprego da força quando for necessária para manter as ideias que advogamos, e tendo como temos a razão pelo nosso lado."⁶⁷

Confiando no efeito dissuasor das penas disciplinares decretadas, João Franco determinou que a Universidade reabrisse no dia 8 de Abril.

Enganou-se. A greve geral foi plenamente retomada a partir desse dia e a solidariedade com a Academia de Coimbra estendeu-se às escolas superiores de Lisboa e do Porto.

Na semana seguinte, o Governo mandou encerrar todos os estabelecimentos do ensino superior e técnico do país. E, em 18 de Abril, foi nomeado, em substituição do Doutor Santos Viegas, que pedira a sua demissão, um novo Reitor para Coimbra – D. João de Alarcão, homem da confiança do Rei e próximo do Partido Progressista.

A partir de então, a intromissão de uma comissão de pais, entretanto constituída e que se propunha diligenciar para evitar a perda de ano dos alunos, e uma sucessão de outras peripécias, conduziram ao desgaste da resistência dos estudantes.

O decreto de 23 de Maio veio definir os termos para encerramento de matrícula e admissão a exame. O mesmo diploma vedava a permanência na cidade de Coimbra aos estudantes que aí não residissem com as suas famílias ou que não frequentassem os cursos livres, então improvisados.

Oitocentos e oitenta e seis estudantes, submetidos a pressões de múltipla ordem, acabaram por requerer exame. Os que se negaram até ao fim a fazê-lo – os *Intransigentes* – foram cento e sessenta.

O decreto de 26 de Agosto de 1907 veio comutar as penas de expulsão em *repreensão* e *censura* e permitir a submissão a exames a todos os que o pretendessem.⁶⁸

Apesar da sua meia-derrota, a luta generosa desta geração de estudantes ficou gravada na memória da Academia e não deixou de cumprir o seu papel no processo de fragilização política de João Franco.⁶⁹

Afrontando as expressas recomendações das autoridades militares, Belisário Pimenta, por solidariedade para com os sete estudantes expulsos, por lhe repugnar ceder à pressão do Presidente do Ministério, João Franco, e por não poder ser indiferente à atmosfera revolucionária que se respirava, viveu entusiasticamente a luta académica. Participou na greve geral, não encerrou matrícula como impunha o Governo, não fez exames. Foi um dos 160 *intransigentes*.

À passagem do segundo aniversário do início da greve académica, deixou, no volume III do *Diário ao Correr da Pena*, esta nota sobre o modo como se integrou nesse *generoso e belo*

⁶⁷ *Cartas d'el rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu Último Presidente do Conselho*, p. 82, apud Joaquim Romero Magalhães, in *Vem aí a República! 1906-1910*, p. 97.

⁶⁸ Belisário Pimenta, em *Diário ao Correr da Pena I*, p. 140, dá nota de que um dos estudantes expulsos – António Pinto Quartim – enviou para o jornal *Resistência*, de Coimbra, uma carta em que tornava público que não aceitava o indulto e não mais voltaria à Universidade.

⁶⁹ Venho seguindo Amadeu Carvalho Homem, "A Crise Académica de 1907 e o Franquismo", in *Um Século de Lutas Académicas*, pp. 9 a 83; e Joaquim Romero Magalhães, in *Vem aí a República! 1906-1910*, pp. 95 a 101 .

movimento: "Ah! Como eu andei nesses dias, sentindo-me outro, sentindo-me rejuvenescido, sentindo que me apareciam de novo os ímpetos revolucionários que sentia nos meus dezoito a vinte anos e eu julguei terem ficado sepultados por sob a bruta crueza da vida militar! Como tudo então me apareceu fresco e belo, com a alegria dos rapazes, com o fogo dessa mocidade alegre!"⁷⁰

Nos meses em que decorreu a movimentação académica, acompanhou os acontecimentos de muito perto. Ele foi um repórter da crise: um repórter privilegiado, que a via pelo lado de dentro; e um repórter engajado, porque era um militante da causa estudantil.

No dia 8 de Abril de 1907 – o dia em que a Universidade deveria reabrir, segundo o mando de João Franco –, começou a escrever, em forma de diário, *A Questão Académica de 1907*.

Ciente de que a crise académica tomara vulto e de que ela poderia ter influência na história política do país, era seu objectivo deixar documentos, com base nos quais se pudesse, um dia, fazer a sua história. Escreveria, umas semanas depois: "*Eis-me [...] lançado a amontoar aqui, atabalhoadamente, documentos (que o são, sem dúvida, estas notas) para algum futuro Barbosa Colen lhe lançar a garra adunca de investigador. Sim, porque eu ainda espero servir de base com isto a futuros historiadores; [...] eu conto ser um pequenino Fernão Lopes n'esta outra revolta do Mestre de Aviz ... de capa e batina [...]"⁷¹*

Nesse dia 8 de Abril, levantou-se cedo, fardou-se e encaminhou-se para a Rua Larga, com *uma grande ânsia de saber a atitude dos rapazes*. O nevoeiro denso que cobria a Alta da cidade mal deixava ver ao fundo, junto à Porta Férrea, a mancha negra e compacta da multidão de estudantes, que, silenciosa, se estendia desde a Rua de São João. Os cavalos da guarda passavam, em trote indeciso, para um e para outro lado. A polícia invadira a Via Latina e os Gerais e o Tenente-Coronel Dias, senhor do campo, fumava cigarro após cigarro, ao ver frustrada a sua expectativa de lhe ser dado pretexto para varrer toda aquela gente à espadeirada.

Belisário Pimenta procurou o administrador do concelho, o Major Domingos de Freitas, seu antigo Comandante de Companhia no 23, cujo gabinete era ali mesmo, na Rua Larga. O relato deste serenou-o: nenhum estudante, salvo um ou outro padre ou militar, entrara na Universidade. Confirmou-o, logo à saída, junto de vários estudantes seus conhecidos. "*A greve era, pois, geral e solene.*"⁷²

No caminho para a Baixa, cruzou-se com o Major José Maria da Costa, que andava a cavalo pelas ruas e comandava a força de cavalaria que patrulhava os acessos à Universidade e os oitenta homens que Infantaria 23 tinha de prevenção.

Correu ao quartel, a saber da disposição dos oficiais. Muitos eram de opinião que a questão era de desordeiros e prontificavam-se a sair com a tropa.

⁷⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, III*, p. 84.

⁷¹ *Idem, A Questão Académica de 1907*, p. 179.

⁷² *Idem, ibidem*, pp. 3 a 5.

Foi depois à esquadra da Alta, onde estavam os estudantes presos na madrugada anterior. Carlos Olavo, Ramada Curto, Campos Lima, Alberto Xavier e Pinho Ferreira, estudantes expulsos, que, por força da decisão do Conselho de Decanos que os punira disciplinarmente, haviam sido compelidos a sair da cidade e que a ela não podiam regressar, tinham tentado entrar discretamente em Coimbra, para estarem junto dos seus colegas no dia em que João Franco pretendia reabrir a Universidade. Por cautela, apearam-se do comboio na estação de Taveiro, pouco depois das três da manhã. A polícia, que vigiava a estações em redor de Coimbra, entre a Pampilhosa e Alfarelos, identificou-os com facilidade e prendeu-os.

O guarda de serviço, Carlos dos Santos, que fora Cabo de Belisário Pimenta no quartel da Rua da Sofia e que estava então na polícia judiciária, tinha sido o captor dos estudantes. Relatou-lhe os pormenores da operação e facilitou-lhe o contacto com os presos.⁷³

Na Baixa, todos falavam do *brilhantismo da greve*. No *Lusitano* – café que era o ponto de encontro dos republicanos na Calçada – e no passeio em frente, discutiam-se, permanentemente e com grande animação, as incidências da greve. Do outro lado da rua, os franquistas, no seu pouso do costume, às portas da Havaneza, mostravam-se furiosos.

Nas montras de algumas lojas da Baixa exibia-se, “*numa bela fotogravura com dizeres encomiásticos por baixo*”, o retrato de José Eugénio Dias Ferreira, “*pobre vítima amarrada ao poste da celebridade*”.⁷⁴

E, como no primeiro dia, Belisário Pimenta, durante os meses da greve, seguiu apaixonadamente os acontecimentos. Participava, com menor reserva do que aconselharia a sua condição militar, nas sessões promovidas pela comissão central académica; mantinha-se informado junto dos principais activistas; ouvia as opiniões dos estudantes relutantes, sem deixar de as contrariar; frequentava as agitadas tertúlias do *Lusitano*; lia, nos jornais de Lisboa, os artigos de opinião sobre a crise académica e as notícias sobre o movimento grevista, que alastrara a todo o país. E registava tudo, minuciosamente.

Passava pela casa do estudante Mário Monteiro, ao Quebra-Costas, onde estava sediada e reunia a comissão. No seu entender de estudante mais velho uma boa meia dúzia de anos do que a generalidade dos dirigentes estudantis, as sessões da comissão central, então presidida pelo quintanista de Direito José de Sousa Larocq, decorriam com um nível de seriedade quase incompatível com a juventude dos seus participantes e nelas deliberava-se com grande sensatez.

No dia 10 de Abril, na Calçada, liam-se com avidez e discutiam-se os discursos feitos nas Câmaras no dia anterior: o discurso *belo e eloquente* de António José de Almeida e o *mais*

⁷³ Na noite seguinte, os estudantes expulsos foram libertados e conduzidos de comboio para Lisboa (excepto Campos Lima, que foi mandado para o Porto). Houve manifestação de estudantes na estação e muitos dos manifestantes invadiram o comboio e acompanharam-nos até Pombal ((In Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, pp. 247 e 248.)

⁷⁴ Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, p. 111.

sereno e um tanto *catedrático* de Hintze Ribeiro. Qualificava-se de *imbecil* a resposta de João Franco – “*A ordem não tem sido alterada; nas ruas, há completo sossego.*”⁷⁵

Com efeito, naqueles dias de meados de Abril de 1907, em que choveu copiosamente, o sossego nas ruas da cidade era quase completo. Só o não era em absoluto, porque as patrulhas de cavalaria continuavam a passar, dia e noite, vigilantes e encharcadas, desde a Rua Larga até aos Arcos de S. Sebastião ou pela Estrada da Beira, do Largo da Portagem à Arregaça, onde morava José Eugénio Dias Ferreira.

Mas João Chagas, em *O Primeiro de Janeiro* de 12 de Abril, replicava a João Franco: “*Qual! São apenas as ruas que estão em ordem. As consciências estão em revolta.*”⁷⁶

No *Lusitano* comentavam-se as notícias dos jornais que previam o encerramento *sine die* do Parlamento. Segundo o *Novidades*, o chefe do Governo resolvera encerrar a sessão legislativa para evitar “*o desastre de um debate parlamentar a respeito da questão com os estudantes*”; o *Ilustrado*, órgão do partido franquista, em artigo de fundo, chamava às Cortes “*foco de agitação*”.⁷⁷

Por aqueles dias, os jornais deixavam já antever a estratégia “*maliciosa e sedutora*” que o Governo preparava para resolver a questão académica: encerraria todos os estabelecimentos de ensino, mandaria encerrar matrícula e os actos finais versariam apenas sobre a metade das matérias. Poucos resistiriam: “*era uma tentação*”.⁷⁸

A animação crescente nos cafés da Baixa, particularmente no *Lusitano*, onde os *rapazes* se concentravam para saberem as novidades, para discutirem os acontecimentos do dia e para lerem os anúncios que a Comissão Central afixava na coluna do Café, passou a ser motivo de preocupação para as autoridades. Já em Lisboa, a polícia, depois de proibir a reunião da “grande comissão de Lisboa” no Café Gelo, intimara os proprietários dos cafés a não permitir conversas sobre a questão académica, sob pena de encerramento dos estabelecimentos. Também sobre os cafés de Coimbra acabou por recair a mesma proibição.⁷⁹ A efervescência transferia-se para os passeios da Calçada e da Rua Visconde da Luz e para a Praça Velha.

Contava-se que António Granjo – o “*patriarca Granjo*” – voltara de Lisboa, onde fora em missão da Comissão, e de lá trazia notícias e boatos: que a opinião pública lisboeta estava com os estudantes e que ele ouvira até a gente grave, alguns Pares do Reino e franquistas *altos*, que não se podia deixar mal uma geração tão decidida; que haveria recomposição ministerial e que nela entraria o José Luciano para se resolver a questão académica decentemente; que na Academia de Lisboa já se falava em irem em massa, com o povo atrás e os operários em greve, ao Paço das Necessidades, impor ao Rei a demissão de João Franco.⁸⁰

Também em Coimbra corriam rumores sobre projectadas greves e manifestações operárias.

⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 30 a 32.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 49 e 50.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp. 51 e 52.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 50.

⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 75 e 89.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, pp. 77 e 78.

O velho carbonário e maçom, Abílio Martins Fernandes, confidenciou a Belisário Pimenta que, nos meios operários, havia vontade de sair para a rua com o objectivo de deitar por terra João Franco; e que a ligação entre operários e estudantes era assegurada por António Granjo e por Bissaya Barretto. Francisco José Machado, que trabalhava na funilaria da Avenida Sá da Bandeira e era velho amigo de Belisário e seu antigo companheiro de Loja maçónica, confirmou-lhe tudo isso e acrescentou que os operários só não tinham vindo ainda para a rua com os estudantes, porque estes se opunham, para não darem razão ao chefe do Governo, que persistia em afirmar que a questão académica era apenas uma questão de ordem pública.⁸¹

No dia 13 de Abril, a Comissão da Academia de Coimbra emitiu um comunicado, para tomar posição quanto à solução para a questão académica que o Governo vinha congeminando e a imprensa vinha propalando: "*A Comissão da Academia de Coimbra, munida dos poderes necessários pelos seus colegas, tendo conhecimento que o Governo tenta dar uma solução indecorosa para o brio e honra de todos os estudantes em greve, declara categoricamente que ninguém irá às aulas, não fará exames, nem consentirá que eles se realizem enquanto não for concedida uma amnistia que abranja os sete estudantes expulsos.*"⁸²

Logo no dia seguinte, o *Diário de Notícias* publicou uma declaração do quintanista de Direito e futuro lente, José Gabriel Pinto Coelho, em que este considerava abusivo o teor do comunicado da Comissão por lhe faltar legitimidade para representar os estudantes, e dizia que se reservaria a liberdade de resolver, quanto às aulas e aos exames, como melhor entendesse. O franquista *Diário Ilustrado* elogiou-o por ter reagido contra a *audácia de algumas dezenas de estudantes* e felicitou-lhe a coragem de se expor às *injúrias* que iria sofrer *de certa imprensa republicana*.

Nos dias seguintes, o *Ilustrado* publicou declarações de alguns outros estudantes, que secundavam a de Pinto Coelho.

Belisário Pimenta, tomado de indignação, registava os seus textos e os seus nomes e demais elementos de identificação: "*Aqui ficam os nomes, filiação e naturalidade, para não esquecer; se aparecerem mais, continuarei neste triste e nojento trabalho de lhes transcrever as declarações.*" E, com virulência, explicava que "*um certo número de rastejadores, de sabujos, com medo de os tomarem como republicanos, começa a emporcalhar uma questão tão bonita e tão justa.*"⁸³

As sessões da Comissão no Quebra-Costas, que eram quase contínuas e chegavam a ter mais de cem estudantes, tornaram-se tumultuárias. Alguns estudantes dos que não queriam perder o ano começaram a frequentá-las e a fazer intervenções insultuosas para os membros da Comissão.

⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 73, 74 e 87.

⁸² *Idem, ibidem*, pp. 84 e 85.

⁸³ *Idem, ibidem*, pp. 108 e 109.

Nomeado Reitor por intervenção directa do Rei⁸⁴, D. João de Alarcão chegou a Coimbra a 21 de Abril. Na estação, a recebê-lo, só estavam os progressistas de Coimbra. Não se via um franquista.

Tomou posse, à porta fechada, no dia 22. Nesse mesmo dia e no seguinte, recebeu um grupo de estudantes, que lhe foram apresentados por Pestana Júnior, membro da Comissão, e que o fizeram ciente das posições da Academia.

O novo Reitor fez-lhes a seguinte proposta: a Universidade abriria; os estudantes iriam às aulas; e ele, Reitor, fundando-se na normalidade dos trabalhos escolares, proporia ao Governo a amnistia para os estudantes expulsos. Quando lhe perguntaram se garantiria a concessão da amnistia, não pôde afiançá-lo: "*Bem vê ... Nessas coisas não sou eu que mando.*"

A proposta de D. João não podia ser aceite pelos estudantes. Voltar às aulas sem a amnistia seria perder tudo. A Comissão rejeitou-a. "*A Academia não se deixa comer!*" – era, então, a frase mais ouvida no meio académico.⁸⁵

D. João de Alarcão recebera já o Barreiros Tavares, presidente da *Democracia Cristã*, que lhe assegurou que seriam recolhidas assinaturas de duzentos estudantes dispostos a ir a actos. A esses duzentos, juntar-se-iam os cerca de cem militares, a quem estava vedado participar em greves, o que já comporia um número suficiente para fazer funcionar a Universidade.

A comissão para recolha de assinaturas estava constituída. Era manobrada às ocultas pelo Doutor Luís Maria da Silva Ramos, um dos subscritores do acórdão que decretara a expulsão dos sete estudantes, que, com a conivência de José Lobo, o Governador Civil de Coimbra, se esforçava por ser agradável a João Franco. Mas, até então, só angariara vinte e sete assinaturas.

Belisário Pimenta, que conhecia bem o Ernesto Miranda, secretário particular do Governador Civil, interpelou-o sobre a intervenção neste movimento de José Lobo e do Doutor Luís Ramos. Ele nada confirmou expressamente, mas deixou perceber que Belisário não estava errado.⁸⁶

Estes contactos que Belisário Pimenta mantinha com franquistas no desempenho de cargos de poder, embora fossem esporádicos, deixavam-lhe sempre algum desconforto. Depois deles, sentia necessidade de se purificar num banho republicano. Logo que podia, corria ao Café *Marques Pinto*, à procura do Floro Henriques, para um chá e para uma conversa saudável que lhe lavasse a alma.

Segundo *O Século* de 30 de Abril, uma comissão de estudantes de Coimbra comunicara ao Reitor que não seriam frequentadas as aulas, nem se concorreria aos actos, sem que fossem readmitidos os estudantes expulsos; e que, cumprida esta condição, só deveriam marcar-se os

⁸⁴ José Augusto Pimenta, tio de Belisário Pimenta, manteria relações políticas e pessoais com D. João de Alarcão. Contou ele ao sobrinho que D. João lhe confidenciara que tinha recusado sempre as solicitações de João Franco para ir para Coimbra, mas não pudera resistir ao pedido que o Rei lhe fizera por carta. Só por esse motivo – porque "*o pedido de Rei é uma ordem*" – se lançara "*na aventura mais insólita da sua vida de político*". (Cfr. Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, p. 173)

⁸⁵ Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, pp. 125 e 129 a 132.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, pp. 117 a 120, 124, 133 e 141.

actos depois de um período de aulas para conhecimento integral das matérias. Perante tal posição, D. João respondeu apenas: “*Eu nada tenho que dizer. Estou inteirado.*”⁸⁷

Em 26 de Abril – segundo o *Diário de Notícias* do dia seguinte –, reuniram, na sede da Associação Central de Agricultura, na Rua Garrett, em Lisboa, os pais de alguns alunos das escolas de ensino superior. Deliberaram sobre os termos em que deveriam dirigir-se aos restantes pais de estudantes, para os consultar sobre o modo como interviriam junto do Governo, solicitando as providências necessárias à solução da crise académica, com vista a evitar-se a perda de ano para os seus filhos. Já uns dias antes, tinham reunido e nomeado uma comissão, composta pelos Drs. Domingos Pinto Coelho, Reis Torgal e Manuel Emídio da Silva, que, no dia 24, viajara para Coimbra para falar *com os lentes da Universidade*. O *Século*, ao dar notícia desta reunião, relatava um incidente nela ocorrido: alguns dos pais abandonaram-na, dizendo que não queriam obrigar os seus filhos a trair os seus camaradas.⁸⁸

A circular que o grupo que reunia na Associação de Agricultura enviou aos pais dos estudantes, subscrita por trinta e dois pais, apelava a uma intervenção dos destinatários sobre os seus filhos para que estes viessem a quebrar a solidariedade que prestavam aos seus colegas castigados: “[...] *entendemos que no actual estado de coisas, que não criámos nem de nós tem dependido, não podemos impor condições e temos de aceitar aquelas que ficam referidas do restabelecimento da disciplina académica, que faz parte da indispensável ordem pública e consequente regularidade escolar* [...]”.

Brito Camacho, na edição de 1 de Maio de *A Luta*, referia-se assim àquele texto: “*Apareceu, finalmente, a famosa circular dos papás furadores da greve. Cada um deles traz o seu menino pela mão, e quer por força que os deixem passar. O quadro é enternecedor. [...] Se olhassem para trás, esses pais veriam que há sete dos companheiros de seus filhos que não podem acompanhá-los [...] Mas os papás não olham para trás, com os seus meninos pela mão, a caminho de um lugar na vida, para a maior parte um emprego público de qualquer categoria e vencimento.*”⁸⁹

A circular, distribuída com eficácia e, em alguns casos, pelos administradores dos concelhos⁹⁰, recolhera, segundo o *Diário de Notícias*, até a 16 de Maio, dia em que o Rei recebeu a comissão de pais, 628 assinaturas.⁹¹ Algumas delas terão sido apostas abusivamente no documento; outras corresponderiam a pessoas falecidas.⁹² Mas a amplitude desse movimento não deixou de ser factor de perturbação para a unidade do movimento académico.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 163.

⁸⁸ Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, p. 258.

⁸⁹ *Apud* Alberto Xavier, *ibidem*, p.261.

⁹⁰ Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, p. 225. Em Coimbra, a circular terá sido enviada pelo próprio João Franco ao Governador Civil, que pediu ao Major Domingos de Freitas, administrador do concelho, para a mandar distribuir. Este contratou, por dez tostões, o dono de uma agência funerária para fazer a distribuição pelos pais dos estudantes (*Idem, ibidem*, p. 269).

⁹¹ Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, p. 261. Belisário Pimenta refere 528 assinaturas (*in A Questão Académica de 1907*, pp. 256 a 259.)

⁹² Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, pp. 222 e 223.

Sobre os estudantes caía agora todo o tipo de pressões: dirigentes da Sociedade Filantrópica Académica ameaçavam estudantes protegidos de lhes não ser concedida ajuda no ano lectivo seguinte, se fossem grevistas⁹³; o Coronel Ivens, Comandante de Infantaria 23, convocava os cadetes, para lhes recordar que, faltando aos actos, não lhes seria renovada a licença⁹⁴; o Reitor chamava os estudantes que eram também professores de liceu, para lhes sugerir que fizessem declarações de repúdio à greve, sob pena de lhes retirar as licenças que os liceus lhes haviam concedido para estarem em Coimbra⁹⁵; até o Bispo-Conde levou à demissão um professor do Seminário, que era também estudante de Teologia, que se recusou a aceitar as pressões que sobre ele exercia.⁹⁶

Ao mesmo tempo, multiplicavam-se as declarações de estudantes, publicadas nos jornais, manifestando dissentimento em relação às posições defendidas pela Comissão Académica. Também algumas delas seriam forjadas e utilizariam nomes que não constavam do *Anuário*⁹⁷ – “*uma burla flagrante*”, escrevia-se em *A Lucta*.⁹⁸

A partir dos primeiros dias de Maio, nas sessões promovidas pela Comissão Académica, começaram a surgir, com frequência crescente, propostas conciliatórias, que apelavam a soluções por recurso à intervenção dos pais ou que defendiam a via sugerida pelo Reitor do regresso imediato às aulas. Por razões de *conveniência diplomática* – como diziam os proponentes – deixavam cair a exigência da amnistia para os sete expulsos. Os seus autores eram estudantes que, até aí, se incluíam no grupo dos que não admitiam transigências com o Governo – José de Sousa Larocq, que era membro da Comissão, Francisco Manso Preto, José de Almeida Eusébio e outros.

Embora recolhendo algum apoio, tais propostas, nas votações, eram derrotadas. Foi também rejeitada a moção apresentada pelo quintanista de Direito, José Garcia da Costa, que pedia à assembleia um voto de desconfiança na Comissão Executiva Académica, por *sistematicamente rejeitar todas as propostas conciliatórias e nada fazer para solucionar o conflito*.

Instalada a discórdia nas sessões dirigidas pela Comissão, esta, que firmemente persistia em manter a greve até à reintegração dos estudantes expulsos, deliberou apresentar a sua demissão. No dia 4 de Maio, os estudantes que a constituíam, com excepção de José Larocq, emitiram um comunicado em que se declaravam ofendidos “*por serem acusados de obstar à resolução do conflito académico, não aceitando a pretensa solução que o novo Reitor trazia; por serem acusados de deslealdade e inconveniência na atitude que têm seguido; e por não quererem a responsabilidade de iniciativas que são, no seu entender, desairosas para o brio da Academia*”. Terminavam, declinando o seu mandato.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 339, 342 e 343.

⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 252 e 253.

⁹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 334 e 335.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 222 e 223.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 236.

O documento vinha assinado por Alfredo Pimenta, Bissaya Barretto, Henrique Brás, Manuel Machado Macedo, Mário Monteiro, Alfredo França, Francisco Luís Tavares, Pestana Júnior, Costa de Cabedo e Lacerda Forjaz.⁹⁹

A Comissão acabaria por retomar as suas funções, depois de, em dois seguidos, a assembleia dos estudantes residentes em Coimbra, ter aprovado moções que lhe reiteravam confiança.¹⁰⁰

No dia 5, reuniu a assembleia, convocada pelos estudantes que vinham apresentando as propostas vencidas. Nessa reunião, foi distribuído um documento, cujos primeiros subscritores eram tais estudantes e que somava cinquenta e quatro assinaturas.¹⁰¹ Nele reproduzia-se a proposta, já derrotada em sessões anteriores, que pretendia cometer a uma comissão de pais as diligências para se obter uma solução para a questão académica. Muitos dos presentes indignaram-se com o teor de tal documento e a reunião acabou em gritaria. Na reunião do dia 7, a proposta contida no documento foi definitivamente rejeitada e foi enviado para os jornais, em nome dos *estudantes da Academia de Coimbra*, um comunicado, que, na sua parte conclusiva, era do seguinte teor: “[...] *nenhum membro da Academia de Coimbra pode subscrever uma proposta que, sendo reprovada pelas três comissões [a comissão central de Coimbra e as comissões de Lisboa e do Porto, para onde tinha sido enviada e onde foi também rejeitada], está, portanto, reprovada pela academia portuguesa.*”¹⁰²

O grupo dissidente, por mais uns dias, continuou organizado e até com a pretensão de ser o novo núcleo dirigente do movimento académico. O *Diário Ilustrado* já lhe franqueava as suas páginas. Ainda assim, à míngua de adesões, acabou por se dissolver.

Com o fim da “*concentração liberal*”, o ambiente político em Coimbra não sofreu, na aparência, alterações dignas de nota. Belisário Pimenta registou apenas uma mudança: os progressistas deixaram de elogiar João Franco e os franquistas voltaram a referir-se a José Luciano de Castro como “*o velho tonto e imbecil*”.¹⁰³

Nos meios franquistas da cidade explicava-se a ditadura – “*então o homem [João Franco] ia negar todas as suas afirmações?*” – e o silêncio de Hintze e de Júlio Vilhena com “*qualquer razão que nós não conhecemos e eles não dizem*”, com *coisa grave* que estaria para esse mês de Maio, em Lisboa e no Porto. Isto é, justificava-se o encerramento das Cortes e o governo em regime de ditadura com a iminência de um imaginário golpe republicano, a que se aludia apenas entre dentes.¹⁰⁴

D. João de Alarcão manteve-se como Reitor. O velho General Martins de Carvalho, que, desde que o filho estava Ministro da Fazenda, andava arredio, com medo das piadas, explicava a Belisário Pimenta, à porta da Papelaria Andrade, na Calçada: “*O reitor não pediu a demissão, nem pede. Bem vê que, mesmo com a ruptura da concentração, ele não podia fazer tal, porque*

⁹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 188 a 192.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 195 a 198, 219 e 220.

¹⁰¹ Uma cópia desse documento está a pp. 192-A e 192-B de *A Questão Académica de 1907*.

¹⁰² Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, pp. 193, 194 e 203.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 232.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, pp. 238 e 239.

quem lhe pediu para ele vir para reitor foi el-rei e não o João Franco. De modo que ele só sai se resolver o conflito.” E o próprio Reitor confidenciava a amigos que “*esperava ordens do José Luciano ou de mais alto.*”¹⁰⁵

No dia 22, o oficioso *Diário Ilustrado* antecipava a solução governamental para a questão académica: seria ordenado o encerramento de matrícula para a realização de actos, precedidos de aulas em cursos livres em algumas faculdades.

O decreto de 23 de Maio causou inquietação no meio estudantil. No *picadeiro* da Calçada e no *Lusitano* discutia-se em grandes grupos. Entre aqueles que defendiam a abstenção aos actos, havia quem dissesse que não se devia encerrar matrícula e quem, por cautela e para a eventualidade de ser dada a amnistia, opinasse que devia ser encerrada. Muitos outros, aparentemente rendidos, inclinavam-se para o encerramento da matrícula.¹⁰⁶

Dois dias depois, a Comissão Académica deliberou a favor da greve ao encerramento da matrícula e anunciou que a sua decisão fora tomada “*em harmonia com a opinião das escolas de Lisboa e do Porto.*”¹⁰⁷

No dia 28 de Maio, só tinham entrado na secretaria da Universidade 27 requerimentos para encerramento de matrícula¹⁰⁸.

O prazo para a entrega dos requerimentos, que terminava no dia 2 de Junho, foi prorrogado até ao dia 11. A partir de então, começaram a circular informações contraditórias sobre o número de estudantes que encerravam matrícula. Corria que os cadetes tinham sido coagidos a fazê-lo e que os oficiais de Infantaria 23 tinham decidido ir a actos.

Os jornais publicavam declarações dos cursos e as colunas das portas do Café *Lusitano* enchiam-se de papéis e telegramas de adesão à greve aos exames, que os *bufos* se afadigavam a arrancar.

Belisário Pimenta, no dia 31, foi à Rua Larga, e deparou com grande movimento de estudantes junto à Porta Férrea. Iam encerrar matrícula. Havia também polícias e lentes. “*Enojado*”, viu que alguns destes últimos “*andavam por ali, observando e prestando-se imediatamente a emprestar dinheiro a algum [estudante] que o não tivesse.*”¹⁰⁹

Em casa, o pai deu-lhe a ler uma carta que recebera do tio José Augusto Pimenta, próximo de D. João de Alarcão. Contava ele que o Reitor já dava a greve por *completamente furada*.¹¹⁰

No dia 1 de Junho, fazia-se constar que estavam já 571 alunos matriculados. Mas os papéis afixados no *Lusitano* advertiam para a falsidade dos números publicitados pela Universidade.

Nessa tarde, Belisário Pimenta encontrou na Calçada o António Granjo, que fora *uma das grandes alavancas do movimento*. Pareceu-lhe acabrunhado, por contraste com o Pestana

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 237 e 238.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 300 e 301.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 325 e 326.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 333.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 353 a 355.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 363.

Júnior, que se lhes juntou e que, sempre com o mesmo entusiasmo, incitava à desobediência. “Ninguém devia sair de Coimbra. Que nos prendam a todos!” – dizia ele.¹¹¹

No dia seguinte, Domingo, a secretaria da Universidade, guardada pelo Tenente-Coronel Dias e pela polícia, continuava a aceitar requerimentos de matrícula. A Calçada regurgitava de gente. Havia grupos de estudantes em discussões animadas; outros, lendo os papéis à porta do *Lusitano*; e senhoras, com os seus vestidos claros, salpicando de colorido a multidão. Os *talassas*, em frente da *Havaneza*, olhavam os *rapazes*, com sorrisos sobranceiros de vitória.¹¹²

Pouco passava das quatro da tarde, quando caiu como uma bomba sobre toda aquela gente que enchia a Calçada a notícia de que fora afixada na Universidade uma nota que informava que o número de matriculados era já superior a seiscentos. Ninguém queria acreditar. Alguns lembravam que só os militares eram 130; outros alvitavam que se contabilizavam a dobrar os alunos que frequentavam, simultaneamente, os cursos de Filosofia e de Matemática ou os cursos de Direito e de Teologia. O Pestana Júnior, invencível, gritava, batendo com as mãos na mesa que ocupava no *Lusitano*: “*Ainda temos quatrocentos! Com quatrocentos ainda se vai à revolução! Vivam os quatrocentos!*”.

Atraídos pela gritaria, alguns dos estudantes que haviam encerrado matrícula, espreitaram para o interior do Café. Ao vê-los, todos se levantaram indignados e o Pestana gritou: “*Morram os pulhas!*”. E toda aquela gente explodiu num berro: “*Morram!*”.¹¹³ E esse nome – *pulhas* – foi o que ficou colado aos estudantes que furaram a greve académica de 1907.

Nas noites seguintes, cantava-se em coro no *Lusitano* uma cançoneta, cuja letra começava assim: “*Para poder furar a greve/ Todo o pulha mete, mete (bis)/ Requerimento p’ra acto./ Mete, mete/ Mete, mete/ Em novecentos e sete./ .../*”.¹¹⁴

Nos dias seguintes, alguns estudantes, sob intimação da polícia ou antecipando-se a ela, começaram a abandonar Coimbra. Uns deslocaram-se para localidades próximas, outros foram para as suas terras.

Belisário Pimenta escrevia no seu *diário*, a abrir o dia 3 de Junho: “*Está pois consumada a obra! Venceram eles, com o tal poder paternal, com as blandícias políticas, com as corrupções. Seja assim. Eu não me deixarei vencer, nem transigirei; façam eles o que quiserem.*”¹¹⁵

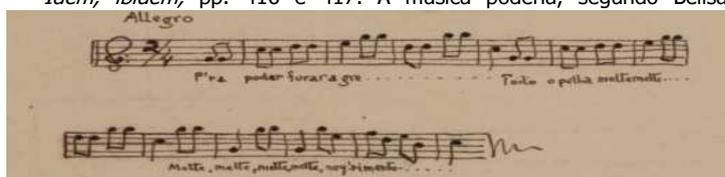
No dia 4, carregado de desalento, acrescentava: “*Estamos pois no final da questão e que vergonhoso final!*”. Os seus apontamentos desse dia transportam-nos para a atmosfera de fim-de-festa que invadira a Baixa da cidade: “*Na Calçada, durante o dia, o aspecto contrastava com*

¹¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 363 e 364.

¹¹² *Idem, ibidem*, pp. 370 a 372.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 376.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 416 e 417. A música poderia, segundo Belisário Pimenta, transcrever-se deste modo:



¹¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 380 e 381.

o dos dias anteriores: não havia ninguém [...].O Sousa e Melo [...], chamam-lhe doido, distribuía à vontade o [seu] manifesto e nem um polícia! Tudo só! Alguns rapazes, no Lusitano, [...] esperavam os jornais... Quebra completa! [...] Uma enorme desanimação vai por essa cidade."

Belisário sentou-se à mesa do Café com o Alfredo Pimenta. Chegou-se outro, que disse: " – *Isto não há mais nada a esperar. Que nos resta agora?*" Foi Belisário Pimenta quem respondeu: " – *Resta uma coisa: o cumprimento de uma palavra.*" E ainda o outro: " – *E o que ganhamos com isso?*" " – *Ganhamos a nossa dignidade*", volveu agora o Alfredo Pimenta, que continuou: " – *A dignidade colectiva foi-se; agora cada um trate de salvar a sua, se lhe tem algum amor.*"¹¹⁶

Foi o sentido de dignidade pessoal que alimentou a firmeza dos *intransigentes*.

Mário Monteiro, Pestana Júnior, Alfredo Pimenta e Alfredo França, todos membros da Comissão Académica, porque lhes constara que se projectava uma *pavorosa* para proporcionar a sua detenção, deixaram também Coimbra. Juntamente com outros estudantes, tomaram de arrendamento uma casa na Figueira da Foz, onde formaram uma república, a que chamaram dos *Intransigentes*.¹¹⁷

Acompanhado pelo seu colega de curso, Francisco Vaz Pacheco, Belisário Pimenta, para se libertar da "*vergonha por que passava a questão académica*", meteu-se no comboio e, "*sem querer saber o que vai por essa academia de imbecis*", foi dar "*um banho aos pulmões e ao espírito*" nas suas serranias de Miranda de Corvo. Mas mesmo aí chegavam notícias de Coimbra. O *Ilustrado* do dia 11 trazia um telegrama assinado pelo Reitor, informando que os cursos livres haviam começado, seguiam em boa ordem e eram muito concorridos. Uns dias depois, soube dos resultados dos primeiros actos: eram fáclimos; todos passavam; os lentes tratavam os alunos *nas palminhas*.¹¹⁸

Só uma notícia lhe deu alegria, nesses dias de Miranda. Recebeu-a por carta do Pacheco, que já voltara à cidade. João Franco, na sua passagem por Coimbra, a caminho do Porto, no dia 18, tinha sido recebido na Estação Velha por uma grande e ruidosa manifestação de desagrado.

Belisário Pimenta fechou o seu *diário* da questão académica em 30 de Junho: "*A questão académica morreu e eu morri para a questão académica [...]. Dou definitivamente por finda a minha aventura de estudante.*"¹¹⁹

Na véspera, tinha lido nos jornais a Ordem do Exército de 28 de Junho: fora colocado no Batalhão de Caçadores n.º 3, em Valença do Minho.

A última nota foi escrita já em Valença e data de 27 de Agosto. Refere-se ao decreto do dia anterior, que comutou a pena dos sete expulsos e autorizou os *Intransigentes* a apresentarem-

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 388 a 390.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 390 e 391; Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, p. 275; Amadeu Carvalho Homem, "A Crise Académica de 1907 e o Franquismo", p. 36.

¹¹⁸ Belisário Pimenta, *A Questão Académica de 1907*, pp. 420, 421, 425 e 426.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 435, 439 e 440.

se a actos. Concluía: "*Estamos pois perdoados todos. Já podemos fazer actos graças a S. Majestade El-Rei que se dignou ouvir os pedidos de tanto bandalho...*".¹²⁰

•

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 456.

O regresso à carreira militar

O 28 de Janeiro, o Regicídio e os tempos de "paz makavenka"

No dia da reprovação de José Eugénio Dias Ferreira nas suas provas de doutoramento, a vida de Belisário Pimenta voltou a mudar de rumo. O sonho, que ainda há poucos meses acalentara de trocar por outra a carreira de oficial do exército, perdeu-se nos escombros da luta académica.

Definitivamente, seguiria a carreira das armas.

A guia de marcha que, em 1 de Julho, lhe entregaram no Quartel-General desterrou-o para Caçadores 3, em Valença do Minho.¹²¹

Passaram lentos os meses que viveu nos confins do Reino.

Em Valença – “terra minhota de fidalgaria e contrabandistas, [...] em que, quem se preza, tem um avô na parede da sala, pintado a óleo” –, para se integrar, fez-se sócio da *Assembleia*, onde ia beber limonada e jogar o bilhar, o que lá constituía “um acto de suprema distinção”.¹²²

Quebrava a monotonia da vida intra-muralhas com passeios a Tuy, para “ver as espanholas”. Uma vez por outra, metia-se no comboio para Vigo, “onde os olhos lindos se contavam às centenas e o salero se podia contar às toneladas.”¹²³

Inquietava-se com o que lia nos jornais que vinham do Porto: a liquidação dos adiantamentos à Casa Real; a entrevista do Rei ao *Le Temps*; as querelas por ofensas ao Rei sobre quase todos os jornais de Lisboa; a passagem de Augusto José da Cunha, antigo ministro da Coroa e expector do Rei, e do Par do Reino, Anselmo Braamcamp Freire, para os republicanos, com o Veiga Beirão, *entre as dez e as onze*.

Trocava abundante correspondência com Floro Henriques e outros amigos de Coimbra. Por eles – e também pelo seu pai, que lhe escrevia longas cartas, e pelo tio José Augusto Pimenta, então administrador de *O Correio da Noite*, o órgão do Partido Progressista –, sabia das novidades de Coimbra e da política nacional e percebia que o clima político se adensava.

As suspensões dos jornais, mesmo os dos partidos monárquicos, as corridas ao Banco de Portugal e à Caixa Económica, os discursos contra o Rei saídos das reuniões dos progressistas e dos regeneradores, a explosão da Rua do Carrião, o que se dizia sobre os desentendimentos entre o Rei e o Príncipe Real e sobre o suicídio do electricista do São Carlos, depois de ter sido descoberta uma bomba no camarote real¹²⁴ – tudo isso parecia justificar o que lhe anunciava o Pacheco, em carta de 21 de Novembro: “O grande dia aproxima-se.”¹²⁵

¹²¹ Belisário Pimenta, *Memórias II (1902-1908)*, pp. 292 a 297.

¹²² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, I*, p. 72.

¹²³ *Idem, Ibidem*, pp. 115 e 132.

¹²⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 357 a 364.

¹²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 363.

Mas as notícias por carta não andavam à velocidade dos boatos, nem ao ritmo da sua ansiedade.

Quando o *Primeiro de Janeiro*, em 22 de Janeiro, divulgou em *última hora* a prisão de João Chagas, França Borges e de dois negociantes (um dos quais, talvez o Grandella), ficou à espera dos jornais de Lisboa para saber o que ia por lá. Comprou-os todos, mas todos silenciavam o assunto. Teve de esperar todo o dia seguinte e parte da noite pelo homem dos jornais, que diariamente ia ao Porto, para lhe ouvir que por lá constava que em Lisboa tinham sido suspensas as garantias.

Nestas ocasiões, Belisário Pimenta sentia-se sozinho e longe da civilização.¹²⁶

No dia 28, soube por confidência do chefe da ambulância de Minho e Douro, acabado de chegar a Valença, que António José de Almeida fora preso em Lisboa e levado para o forte de Caxias. Belisário Pimenta inquietava-se: "*O António José de Almeida!... Preso, como um homem perigoso, esse a que eu chamo o Nun'alvares da República em Portugal...*".

Mas, ainda no dia 30, os jornais continuavam *mudos, misteriosos, impenetráveis, sem um sinal de elucidação*. Deixavam apenas entrever que houvera *grossa bordoada* em Lisboa.¹²⁷

O elevado grau de ansiedade de Belisário Pimenta compreender-se-á melhor, se conjecturarmos – como é legítimo fazer – que ele mantinha ligações ao movimento que preparava a revolução projectada para eclodir a 28 de Janeiro.

O núcleo de Coimbra, organizado para secundar os revolucionários de Lisboa, era composto por um grupo de militares, encabeçado pelo Capitão José da Silva Bandeira, com quem o Tenente Belisário mantinha correspondência e estreitas relações de amizade. De entre os civis envolvidos, destacava-se Floro Henriques, amigo fidelíssimo, com quem manteve sempre, durante a sua permanência no Alto Minho, estreito contacto.¹²⁸

Ele próprio, em carta dirigida a seu pai, datada de 15 de Fevereiro de 1908, não recusaria de forma categórica algum grau de envolvimento na actividade conspirativa que preparara o golpe: "*Quanto ao meu maior ou menor comprometimento na projectada revolta do dia 28, não há-de ser fácil saber-se ou demonstrar-se, porque d'isso nada ficou escrito e afirmar-se sem provas não é lógico.*"¹²⁹

Na noite de 1 para 2 de Fevereiro, adormecera "*na dúvida dolorosa do que iria por Lisboa*". Às duas da manhã, entrou-lhe pelo quarto o chefe da estação de Valença, acompanhado pelo colega espanhol. Atrapalhadamente, explicaram-lhe que tinham sabido por um revisor que viera no comboio de Viana do Castelo, que o soubera de um telegrafista que falara pelos fios para o Porto, que tinham matado a tiro o Rei. Ensonado, Belisário Pimenta perguntou friamente: "*E o João Franco?*". Perante a resposta negativa, acrescentou: "*Pois também seria uma morte lógica.*" Logo que os visitantes saíram, apagou a luz, voltou-se na cama e adormeceu serenamente.

¹²⁶ *Idem, Diário ao Correr da Pena, II*, pp. 30 e 31.

¹²⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 41 a 46.

¹²⁸ Cfr. Tenente C. A. Costa Cabral, "O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra", in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, Edição do jornal "O Reclamo", pp. 187,188 e 192.

¹²⁹ *Idem, Diário ao Correr da Pena, II*, pp. 75 e 76.

O Comandante de Caçadores 3, regressado do Porto ainda na manhã do dia 2, mandou tocar a oficiais. Disse-lhes que a Nação tinha o direito de escolher as instituições e o exército só tinha de acatar a vontade da Nação e de obedecer às ordens dos poderes instituídos, fossem eles monárquicos ou republicanos. E adiantou que deporia a espada e entregaria o comando, se alguém manifestasse discordância. Os franquistas, que os havia no quartel, não gostaram, mas calaram-se. E logo se entrou na normalidade. O quartel nem sequer ficou de prevenção.¹³⁰

Belisário Pimenta só voltou ao seu *Diário* no dia 16. Registou assim o Regicídio: “[...] *dois homens heróicos fizeram, a tiro, terminar um reinado e uma ditadura. Gorada a revolução republicana [...]; presos os principais vultos republicanos em Lisboa; assinados os decretos que poderiam pôr à mercê do João Franco a vida de todos os portugueses, nada mais restava que o heroísmo forte e quase romântico d’um ou outro português. Esse heroísmo apareceu em dois: o Costa e o Buiça. Foi assim que terminou uma ditadura que excedia os limites do absolutismo cruel e mesquinho. E assim também se apaziguou o país, que agora só tem, nesta acalmação d’algum tempo, de retemperar as forças e os nervos para novas e gloriosas lutas.*”¹³¹

Poucos dias depois deste registo, Belisário Pimenta recebia carta de seu pai, que o punha de novo em sobressalto. Eram notícias de Lisboa, inquietantes, sobre movimentações de tropas: a Guarda Municipal ocupava, em força, o Terreiro do Paço, os navios de guerra abandonavam o Tejo e os quartéis estavam de prevenção. Falava-se de uma conspiração militar promovida por oficiais palatinos fiéis a Vasconcelos Porto, antigo Ministro da Guerra e homem de mão de João Franco.

Teve de esperar cinco dias até receber, a 27 de Fevereiro, nova carta do pai, agora tranquilizante: o golpe, previsto para a noite de 20 para 21, fora abortado e a situação militar em Lisboa voltara à normalidade.¹³²

A 29, tinha de novo correio do pai. Desta vez por postal, ele anunciava-lhe o desejado regresso a Coimbra. Fora transferido para a sua antiga unidade, o Regimento de Infantaria n.º 23.

De novo em Coimbra, Belisário Pimenta retomava o convívio diário com Floro Henriques – professor para garantir a subsistência, antigo seminarista *revoltado e secularizado* e revolucionário quase a tempo inteiro –, e reencontrava os seus companheiros da greve académica, que acabavam de inaugurar um novo centro republicano¹³³ e andavam já afadigados na preparação de uma conferência sobre eleições, que seria presidida por Brito Camacho.¹³⁴

¹³⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 55 a 61.

¹³¹ *Idem, Ibidem*, p. 52.

¹³² *Idem, Ibidem*, pp. 89, 90 e 96.

¹³³ Esse novo centro republicano, composto em exclusivo por estudantes, denominava-se Grupo Académico Democrático e foi inaugurado em 10 de Março de 1908 – cfr. Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, Quid Novi, 2010, pp. 30 e 32.

¹³⁴ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, II*, p. 117.

Mais penoso foi o regresso ao ambiente do quartel do 23, que lhe pareceu ter piorado desde o tempo em que aí esteve colocado, de 1903 a 1906. Na sua perspectiva, era “*um coio franquista e reaccionário*”, que só lhe inspirava repulsão.¹³⁵

Mesmo tendo em conta que os seus profundos sentimentos republicanos poderiam exacerbar-lhe a indignação, parece provável que o juízo severíssimo que Belisário Pimenta fazia do corpo de oficiais do Regimento de Infantaria 23 fosse justificado.

Ali, entre os oficiais, era permanente a agressividade contra os republicanos, que, então, com a aproximação das eleições de 5 de Abril para a Câmara dos Deputados, subia de tom. Os improperios contra os dirigentes republicanos dominavam as conversas. A propaganda eleitoral monárquica fazia-se com descaro. Um oficial espalhava pelo quartel os manifestos *nacionalistas*; outros encarregavam-se de distribuir gratuitamente o *Portugal*, “*o órgão dos jesuítas*”. As listas de voto dos partidos monárquicos estavam à disposição dos oficiais, nas gavetas das mesas da biblioteca regimental. A poucos dias das eleições, o Comandante, o franquista Coronel Ivens, chamou os oficiais e leu-lhes uma carta do Governador Civil, Christovam Ayres, pedindo o voto dos militares nos partidos monárquicos. Para que ninguém hesitasse perante a extraordinária solicitação, o Coronel declarou que achava razão no pedido e insistiu para que todos fossem “*à urna pela concentração monárquica*”.¹³⁶

Nos dias do Congresso do Partido Republicano em Coimbra – 25 e 26 de Abril de 1908 –, foram tomadas no Regimento medidas rigorosas de prevenção: foi constituída e posta em situação de prontidão uma força de intervenção externa com 100 praças; foi reforçado o piquete com 40 homens; e o quartel entrou em regime de prevenção. Nesse fim-de-semana, com todos os oficiais presentes no quartel, o clima anti-republicano atingiu níveis extremos, que Belisário Pimenta classificaria como *repugnantes e ignóbeis*.¹³⁷

O Tenente Belisário, que fora destacado para comandar um dos pelotões de intervenção, passeava na véspera, ao entardecer, com Floro Henriques e, à hora a que chegava o rápido de Lisboa trazendo para o Congresso António José de Almeida, não resistiu ao desejo de ir vê-lo à Estação. Escreveu no *diário*: “*Uma grande multidão aguardava [-o], silenciosa e reverente. Eu vi com os meus olhos. Não estou inventando. Calcularam 1.500 pessoas [...] Toda a multidão acompanhou em silêncio, em massa, o António José de Almeida à porta do hotel.*”¹³⁸

No período em que Belisário Pimenta estivera em Valença, um grupo de oficiais do Regimento constituíra-se em *núcleo de acção revolucionária*, que se organizara para secundar os movimentos que estavam sendo projectados pelos republicanos de Lisboa. Mantinham ligação com estes, através do Tenente do estado-maior Sant’Anna Cabrita, credenciado por Cândido dos Reis. A coordenação entre esse grupo de oficiais e os sargentos era assegurada pelo Doutor Ângelo da Fonseca e por Floro Henriques. Este último, juntamente com Malva do Valle e

¹³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 167.

¹³⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 134 a 136.

¹³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 149.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 151 e 152.

José de Vasconcelos, dirigia o trabalho dos conspiradores civis. Os contactos entre os oficiais e os estudantes eram feitos por intermédio de Ramada Curto, Pestana Júnior e Carlos Olavo.

Belisário Pimenta regressou a Coimbra e a Infantaria 23 imediatamente após o desmantelamento do *núcleo de acção revolucionária*. Malgrado o golpe de 28 de Janeiro, os elementos mais activos do grupo – o Capitão José da Silva Bandeira e os Alferes Nápoles e Costa Cabral – foram transferidos para outras guarnições.¹³⁹

Desse grupo de oficiais, restaram o Tenente Álvaro Xavier de Castro (que viria a ser um dos mais destacados *Jovens Turcos*) e o Alferes Francisco Velhinho. Belisário Pimenta não estava, pois, sozinho, naquele quartel. Estes dois oficiais e também o Capitão Joaquim Maria Ferreira comungavam dos seus ideais republicanos.

Mas nada, na vida regimental, lhe suscitava interesse. Cumpria os serviços que lhe eram destinados e saía do quartel, ao encontro de Floro Henriques ou de outros *rapazes de ideias alevantadas*.

Impacientava-o viver esse tempo de “*paz makavenka*” – como dizia, referindo-se ao Presidente do Conselho, Ferreira do Amaral, que fora frequentador das reuniões jantantes da cave do teatro da Rua dos Condes, e ao seu Governo de *acalmação*. Ao passar um ano sobre o golpe frustrado de 28 de Janeiro, escrevia, com desalento: “[...] *há um ano, neste mesmo dia, por um triz esteve a república proclamada em Portugal. Um ano! Já lá vai um ano sobre esses memoráveis dias em que com força e veemência a nossa alma vibrou; um ano que vai sobre essa triste queda de um governo de ignóbil memória e nefasta recordação... E tudo está na mesma, absolutamente na mesma!*”¹⁴⁰

Bastava-lhe, porém, um sinal de vitalidade das hostes republicanas para recobrar o ânimo: “*Ia sendo então. Não foi ... Mas outra vez será, que a todo o tempo é tempo [...]*”. E logo registava, com júbilo, os acontecimentos correspondentes.

Um deles, nesse ano de 1908, foi a passagem na Estação Velha do comboio que levava ao Porto o Infante D. Afonso, para ali participar nos festejos do aniversário do Rei. O comboio ia extenso, com as carruagens apinhadas de gente da corte, Pares do Reino, generais, o Patriarca e padres. Seguiam também no *rápido* alguns oradores republicanos, figuras secundárias, que iam para o comício do dia seguinte na mesma cidade. Ao entrar o comboio nas agulhas, ouviu-se um primeiro *viva* atoador e todos julgaram que se estava perante uma grande manifestação de monárquicos. Não houve acompanhante do Infante, fidalgo, titular, padre ou senhora da corte, que não assomasse às janelas. Ouviu-se, então, mais forte do que o primeiro, o grito de *viva a República*, e toda aquela gente se recolheu, fechando apressadamente as cortinas. A plataforma estava cheia de republicanos.¹⁴¹

¹³⁹ Tenente C. A. Costa Cabral, “O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra”, in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, Edição do jornal “O Reclamo”, pp. 186 a 191. Costa Cabral, exonerado das suas funções pelo Cor. Ivens, passou temporariamente à inactividade e foi, mais tarde, transferido para o Regimento de Infantaria n.º 21, na Covilhã.

¹⁴⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, III*, p. 22.

¹⁴¹ *Idem*, *Diário ao Correr da Pena, II*, pp. 334, 338 e 339.

Dias depois, relatava pormenorizadamente a visita de D. Manuel II a Coimbra, em 20 de Novembro, que tinha acompanhado por dever de ofício, pois coube-lhe fazer parte da guarda de honra. A participação popular foi escassa, os cortejos não tiveram brilho e o Rei foi metido no comboio para Lisboa mais cedo do que estava previsto.¹⁴² A visita real terá sido “*um fiasco*”. Contrastava-a com a alegria que rodeara a chegada à cidade, ao fim do dia seguinte, de António José de Almeida, Bernardino Machado e Alexandre Braga, que vinham para um comício. Belisário Pimenta estava, nessa noite, no quartel, no Colégio da Graça, na Rua da Sofia, e pôde testemunhar o pavor que chegou a causar a oficiais e sargentos, aquele clamor retumbante, que se afastava até ao Largo da Portagem e que, depois, se foi aproximando até ao Largo de Sansão, quando já se distinguiam os *vivas* e as salvas de palmas. O oficial de serviço, agitado e lívido, apercebia-se de que se tratava de uma manifestação republicana de muitas centenas de pessoas. No dia seguinte, o comício foi “*grande e inesperadamente significativo*”.¹⁴³

Era no *Lusitano*, nas longas conversas com os seus amigos republicanos, que retemperava o ânimo. Ia do quartel directamente para lá, muitas vezes ainda com a farda de serviço ou até, como no dia da visita do Rei a Coimbra, de *grande uniforme*, causando escândalo entre os oficiais *talassas*, frequentadores do passeio em frente, do outro lado da Calçada.

Os passeios da Calçada não deixavam margem para equívocos ou para manifestações dúbias. Ali, os campos estavam rigorosamente definidos.

O Tenente Belisário Pimenta, oficial do Exército e do Regimento de Infantaria n.º 23, nunca largava o *Lusitano* e nunca ia ao outro passeio. E fazia questão nisso:

“*O passeio do Lusitano é dos republicanos, tendo como pontos de concentração o café, a relojoaria do Ferreira; ao passo que o passeio do outro lado, do lado da Havaneza, é dos monárquicos, tendo como pontos de reunião principais a Havaneza para a gente fina, intelectuais, a casa das máquinas Singer para os oficiais do exército talassas e a farmácia Donato para uma certa gente ociosa, franquistagem reles e alguns oficiais correspondentes.*”¹⁴⁴

À entrada do ano de 1909, Belisário Pimenta mantinha o mesmo desalento: nada lhe parecia mudar. Depois da queda do ministério, esperava um governo reaccionário, *um ministério de força*, capaz de suscitar a *irritação de ânimos* que fizesse estalar a revolta. Mas nem isso se deu. A verdade é que veio a reacção, mas “*a reacção manhosa e encoberta, na pessoa do Snr. Campos Henriques*”. A seu ver, tudo se resumira a uma *ignóbil comédia*, preparada pela intriga palaciana: “*Saiu o Ferreira do Amaral, que o Paço não tragava e os reaccionários tinham atravessado; o mais ficou tudo na mesma. Rotativos sob a presidência do Campos Henriques em vez de ser sob a presidência do Makavenko.*”¹⁴⁵

¹⁴² *Idem, Ibidem*, pp. 341 a 347.

¹⁴³ *Idem, Ibidem*, pp. 349 a 351.

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 365.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 381 e 382.

Fechado no seu desânimo, parecia então incapaz de valorizar o activismo dos republicanos da cidade.

No mês de Janeiro, três novos centros republicanos foram inaugurados em Coimbra: o Centro Republicano de Santa Clara; o Centro Mocidade Republicana Dr. Malva do Vale, para rapazes menores de 18 anos; e o Centro Republicano Dr. Fernandes Costa. No mês anterior, saíra a público o primeiro número do semanário republicano de estudantes *A Revolta*.¹⁴⁶

Nenhum destes acontecimentos mereceu registo no *diário* de Belisário Pimenta. Estava, então, mais atento aos boatos, que lhe pareciam alarmantes e geradores de um clima de inquietação. Corria com insistência que, no primeiro aniversário do regicídio, os republicanos sairiam com a revolução e os reaccionários poriam uma intentona na rua. Mas o dia 1 de Fevereiro passou, *sereno e esplêndido*. Nas ruas em sossego, sob um sol que antecipava a Primavera, só se via a gente que ia para a sua vida ou passeava o seu ócio. No quartel, só se aprontou a banda regimental, que, em som de paz, marcharia para a capela da Universidade, para as exéquias reais.¹⁴⁷

Quando, em Abril, caiu o Governo de Campos Henriques e o substituiu o de Sebastião Teles, Belisário Pimenta, movido pela impaciência, desafogava, nas páginas do *diário*, o seu desânimo sobre os dirigentes republicanos: *"E os republicanos... dormem! Porque é que esperarão? Quererão talvez que a república venha do céu, aos trambolhões, como dádiva celeste? Eu, por mim, sinto a impressão do desânimo. E quantos não a sentem como eu! O Bernardino Machado prega paciência a todos; os revolucionários, os próprios revolucionários falam claramente na audácia dos movimentos, mas dizem que é necessário um estímulo forte... Como se tudo isto não fosse mais do que suficiente estímulo para se derribar esse obscuro trono de Afonso Henriques! [...] O que esperam os republicanos? [...] Mas então, onde está essa força dos republicanos que só vencem quando os seus inimigos lhes dizem que vençam?"*¹⁴⁸

Ainda durante esse mês, reuniria o Congresso de Setúbal do Partido Republicano. A ala mais moderada dos dirigentes republicanos foi aí derrotada. A ambiguidade estratégica que saíra do Congresso de Coimbra foi abandonada e foi consagrada a tese da acção revolucionária. Ao novo Directório eleito *"foi dado um mandato imperativo: Auxiliar ou fazer a Revolução."*¹⁴⁹

No *diário* de Belisário Pimenta, os registos relativos aos dias do Congresso de Setúbal – 23, 24 e 25 de Abril – foram preenchidos por extensas descrições do violento terramoto que ocorreu em Portugal no dia 23 e que, também em Coimbra, atemorizou as populações. Mas não dedicou, nem nesses dias nem mais tarde, uma palavra ao Congresso republicano, de que, seguramente, tinha informação. Ele mantinha o seu cepticismo quanto aos intentos insurreccionais dos dirigentes do Partido Republicano.

¹⁴⁶ Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, pp. 30 e 32.

¹⁴⁷ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, III*, pp. 24 e 27 a 29.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 78 e 86.

¹⁴⁹ Machado Santos – *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, p. 34.

No dia 4 de Maio, na Calçada, viu António José de Almeida. Vinha de Tábua, onde tinha presidido, dois dias antes, a um comício, de cujo êxito Belisário tivera notícia por bilhete postal de Floro Henriques. Belisário Pimenta nutria por ele, desde a infância, grande admiração, mas receava que outros chefes republicanos não o acompanhassem na sua disposição revolucionária: “[...] *ainda há pouco o vi na Calçada, com aquele belo ar romântico que se impõe, cumprimentado por toda a gente. Vem satisfeito. Quer trabalhar à grande, agora que já não está no directório e se encontra livre. O seu vigor revolucionário não diminui com a idade. Ah! Mas nem todos assim são e eu fico-me a pensar quando é que eles se resolvem a dar o golpe...*”¹⁵⁰

Preocupava-o a passividade perante o recrudescimento da *intriga reaccionária*, que campearia em Lisboa e de que lhe iam chegando notícias de outros pontos do país. Escrevia, em Junho: “*A reacção! ... a reacção! ... Este grito agora é tão legítimo e tão necessário como nas aldeias da serra, quando a neve obriga os lobos a descerem aos lugares, é legítimo e necessário o grito: é lobo! É lobo!...* [...] *Assim estamos nós agora. Temo-los à porta, com o descaro cínico de quem veste a roupeta e tem na cabeça uma coroa, a esses lobos a quem é necessário exterminar, embora com crueldade. Descem ao povoado com arrogância [...]*”¹⁵¹

Punha esperanças no combate anti-clerical em que se empenhava a Junta Liberal: “*A reacção continua!... Não há que duvidar das suas intenções, nem há que ter tréguas com tal gente. [...]* *A Junta Liberal, que se reorganizou, será capaz de andar?*”¹⁵²

A Junta Liberal, que tivera vida efémera nos primeiros anos do século quando, a pretexto do *Caso Rosa Calmon*, decorriam por todo o país manifestações anti-congreganistas, fora refundada em 1909, por impulso de Miguel Bombarda, que pôde contar com a colaboração de Cândido dos Reis, Egas Moniz, José de Castro e outros. Defendia um programa democrático e laico e, na sua prática, obedecia a um escopo essencialmente anti-clericalista. Bombarda e os outros dirigentes da Junta percorriam o país, proferindo conferências e desenvolvendo actividade intensa contra a Companhia de Jesus e o clericalismo militante.

Miguel Bombarda faria uma conferência em Coimbra em 27 de Junho. Ao fim da manhã desse dia, tinha a recebê-lo na Estação uma multidão de republicanos. Na gare, o único militar era Belisário Pimenta. No comboio do ramal, acompanhavam Bombarda as figuras mais respeitadas dos republicanos da cidade – Fernandes Costa, António Augusto Gonçalves, Rodrigues da Silva e António Leitão – e um único monárquico, o médico progressista Armando Gonçalves. Entre vivas à liberdade e gritos de “*abaixo a reacção*”, todos foram em cortejo até ao Hotel Avenida, onde de novo aclamaram Bombarda.

À noite, o Teatro-Circo estava cheio, sobretudo com gente do comércio, operariado e alguns estudantes. Os militares presentes seriam, para além de Belisário Pimenta e de Costa Cabral, dois ou três apenas. Da Universidade, só estava o Doutor Pedro Martins, lente de Direito e

¹⁵⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, III*, pp. 113 e 114.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem*, pp. 179 e 180.

¹⁵² *Idem, Ibidem*, p. 222.

dissidente progressista, que presidiu à sessão e fez uma empolgada intervenção. A conferência de Miguel Bombarda foi muito aplaudida. No fim, todos correram ao hotel, em frente do qual se repetiu a grande manifestação do fim da manhã.¹⁵³

Nesse dia, durante a tarde, Belisário Pimenta assistira ainda, arrastado pelo seu tio Albino da Silva, a uma conferência de Borges Grainha, no Colégio Mondego, sobre "*o espírito da educação moderna*". Borges Grainha, personalidade que se distinguia pelas suas ideias liberais e anti-clericais, fez uma denúncia severa do ensino em Portugal sob o domínio dos jesuítas. Apesar de a conferência ter agradado a Belisário Pimenta, este não conseguia deixar de ver em Grainha *o renegado da Companhia de Jesus*. Descobria-lhe, sob os óculos, o "*olhar malicioso e pouco firme*", que entendia ser típico dos jesuítas. E dizia para consigo: "*Pois sim, mas tu já foste jesuíta...*".¹⁵⁴

Fora um dia pleno para Belisário e uma resposta por antecipação dos liberais à visita a Coimbra, a propósito da sagração de cónego Lima Vidal como Bispo de Angola e Congo, do Núncio Apostólico, Senhor Tonti – "*um verdadeiro e autêntico jesuíta*" e "*um dos árbitros da política portuguesa*".

No dia seguinte, à chegada do *sud-express* que trazia o núncio, uma "*onda negra envolvia a estação: padres, padres, mais padres, só padres! E, ao lado da onda negra... o exército*". O núncio Tonti saiu do comboio e entrou logo no automóvel de Macedo Papança, conde de Monsaraz. Ao passar no Largo das Ameias, foi vaiado por um grande grupo de homens, todos de chapéu na cabeça. O núncio vinha de mão no ar, para lançar a bênção, mas não teve a quem.¹⁵⁵ Nos limites da sua aversão pela personagem, Belisário Pimenta rematava assim o seu relato: "*E lá foi para a Alta, de automóvel, o patife! E berram contra o modernismo!*".¹⁵⁶

Animado pelo sucesso da visita de Miguel Bombarda, propôs a Fernandes Costa que, no dia 2 de Agosto seguinte – dia da projectada manifestação em Lisboa, organizada pela Junta Liberal –, se fizesse, ao menos, em Coimbra, uma conferência, que representasse adesão aos princípios liberais e pudesse interpretar-se como prova de solidariedade para com o povo de Lisboa. E, para que o acto não se cingisse apenas aos republicanos, sugeriu que o conferencista a convidar fosse o monárquico liberal Doutor Pedro Martins e o presidente da sessão fosse Manuel António da Costa, velho liberal, antigo Venerável da Loja maçónica Perseverança e antigo companheiro de Abílio Roque de Sá Barreto. Fernandes Costa terá achado a ideia excelente, mas a conferência não se fez.¹⁵⁷

O ânimo recobrado naqueles dias não demorou a escoar-se. A Belisário Pimenta parecia excessiva a passividade dos liberais, por oposição às movimentações dos reaccionários: "[...] *trabalha-se com furor contra liberdade!* [...] *Ah! A canalha! Todos os meios lhe servem, todos*

¹⁵³ *Idem, Ibidem*, pp. 182, 183 e 187 a 192.

¹⁵⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 188 e 189.

¹⁵⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 180, 182 e 194 a 198.

¹⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 195.

¹⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 226.

*os processos são bons; sem dúvida que o inimigo é terrível, é valente, é poderoso; mas parece-me que os liberais dormem alguma coisa...".*¹⁵⁸

As suas maiores razões de apreensão iam para o Exército, a que imputava as maiores culpas por não se inverter a situação e não se fazer a revolução. Se Fernandes Costa o questionava sobre o ambiente no Regimento, Belisário não podia dar-lhe senão esta resposta inconclusiva: "Ah! Senhor Doutor: a psicologia do nosso oficial é uma coisa bem enigmática e complicada!... Quer saber a verdade? Não lha sei dizer." Para si, porém, formara a opinião de que os oficiais tanto seriam liberais como reaccionários, dependendo das circunstâncias. "Salvo excepções, dançam todos conforme a música."¹⁵⁹

A notícia da condenação à morte e fuzilamento de Francisco Ferrer, anarquista catalão e *grande pedagogo racionalista*, deixou-o consternado. Nessa noite, na Baixa, havia um movimento desusado de operários. Distribuíam-se manifestos sobre a morte de Ferrer, subscritos por "um grupo de liberais".¹⁶⁰

O impacto que a execução de Ferrer teve nas consciências liberais foi suficientemente forte para justificar que ela fosse o tema central do primeiro número de *Folhas Novas* – mensário de propaganda laicista, orientado *para a gente do campo*, editado, a partir de Novembro de 1909, por Floro Henriques e Tomás da Fonseca.¹⁶¹

Ansiando pelas grandes batalhas, Belisário Pimenta não perdia de vista que a luta se travava também noutros patamares, ainda que menos decisivos. Empenhava-se no movimento para instalação em Coimbra do Jardim-Escola João de Deus, chegando em alguns momentos a ser o principal apoio de João de Deus Ramos.¹⁶² Participou na instalação da delegação de Coimbra da Sociedade da Cruz Vermelha, e foi, juntamente com o Capitão Alfredo Cruz, eleito para a sua primeira direcção.¹⁶³ Foi membro da Sociedade de Propaganda e Defesa de Coimbra, a pedido de seu tio Albino Caetano da Silva, que temia que a revista de divulgação da associação, *Coimbra Pitoresca*, caísse em mãos reaccionárias.¹⁶⁴ Tinha a seu cargo a secção "Portugal revolucionário – A caminho da liberdade" da publicação de António José de Almeida, *Alma Nacional*, que preenchia com artigos de carácter histórico.¹⁶⁵

•

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 221.

¹⁵⁹ *Idem, Ibidem*.

¹⁶⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 293 a 296. Francisco Ferrer foi fuzilado em 13 de Outubro de 1909.

¹⁶¹ *Idem, Ibidem*, pp. 314 e 315. Belisário Pimenta prestou colaboração ao *Folhas Novas*. O número 5 da publicação, de Abril de 1910, dedicado a Alexandre Herculano, foi escrito por si (Cfr. *Diário ao Correr da Pena*, VI, p. 124).

¹⁶² *Idem, Ibidem*, pp. 305, 306, 315 e 316; *Idem, Diário ao Correr da Pena*, IV, pp. 8 a 12, 139 e 140. Também aqui foi necessário vencer a resistência dos jesuítas, que estimularam a criação de uma comissão de *damas da aristocracia coimbrã*, destinada a angariar fundos para uma escola que se opusesse ao *ensino racional* dos Jardim-Escola, agitando o lema "As escolas que não são de Deus, é necessário opor as escolas que são de Deus.". A iniciativa desse movimento foi de padres jesuítas do Colégio de Campolide.

¹⁶³ *Idem, Diário ao Correr da Pena*, III, p. 326.

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 161, 181, 202, 205, 206, 209 a 211; *Idem, Diário ao Correr da Pena*, IV, pp. 146 a 150.

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 132 a 138.

A conspiração em Coimbra. A Carbonária Autónoma "Portugália".

A visita de Cândido dos Reis

No início de Setembro de 1909, Belisário Pimenta recebeu um telegrama de Hélder Ribeiro, que fora seu condiscípulo na Escola do Exército. Dizia-lhe que ia passar no *rápido*, a caminho do norte, e que queria falar-lhe. "Cá a temos!" – quase gritou de alegria para o Capitão Alfredo Cruz, com quem então conversava. Belisário tomava aquele telegrama como sinal de que os preparativos para a revolução estavam, finalmente, em marcha.

A conversa na Estação foi curta. Hélder Ribeiro pediu-lhe que fizesse um *inventário* dos oficiais de Coimbra e lho desse na viagem de volta.¹⁶⁶

No dia 3 de Setembro, Belisário Pimenta escreveria no seu *diário*: "*Fui hoje [...] à Figueira da Foz, de fugida é certo, mas com proveito grande... O que fui fazer à Figueira não n'ó digo agora, porque não vale a pena. Um dia o contarei com vontade. Basta que se saiba que fui à Figueira e é já o suficiente.*"¹⁶⁷

Em "*O meu papel na Revolução*", texto escrito entre 13 de Fevereiro e 10 de Abril de 1911, contou o que foi fazer naquele dia à Figueira da Foz. Fora encontrar-se com Hélder Ribeiro, a quem entregou, comentando-o, o *inventário* dos oficiais da guarnição de Coimbra, e de quem ouviu notícias sobre a evolução dos planos da conspiração.

Tudo era ainda "*hipotético, problemático, nebuloso*", mas, segundo Hélder Ribeiro, havia convicções e coragem bastantes, pelo que, havendo persistência e trabalho, "*a coisa far-se-ia em breve*".¹⁶⁸

O *inventário* feito por Belisário Pimenta seria para entregar a João Chagas e, junto a outros, para que se tivesse um panorama geral acerca dos oficiais do Exército.

Chagas, com Afonso Costa e Cândido dos Reis, era membro do "comité revolucionário militar".

O novo Directório, saído do Congresso de Setúbal do Partido Republicano, para cumprir o objectivo de preparar a revolução, criara um "comité revolucionário", com uma *secção militar* e uma *secção civil*. A primeira teria por tarefa coordenar a actividade de planificação militar do golpe, a cargo dos oficiais; a segunda, confiada, por indicação da Alta Venda carbonária, a António José de Almeida, faria a ligação entre a acção dos grupos que a Carbonária Portuguesa organizava na Marinha, nos quartéis do Exército e nos bairros populares e a frente política da revolução.¹⁶⁹

Ainda nesse mês de Setembro, Cândido dos Reis diria a Machado Santos que o "comité militar" nunca reunia, que não contava com um único oficial, porque não fizera trabalho nesse sentido,

¹⁶⁶ *Idem, Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 98 e 99.

¹⁶⁷ *Idem, Diário ao Correr da Pena, III*, p. 257.

¹⁶⁸ *Idem, Diário ao Correr da Pena, IV*, p. 99.

¹⁶⁹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, pp. 94 e 95.

e que, para além de desperdiçar o tempo em conversas vãs, “*apenas se limitara a fazer um inquérito às opiniões políticas da oficialidade da guarnição de Lisboa*”.¹⁷⁰

Tudo era ainda *hipotético* e *problemático*, como, com honesto rigor, dissera o Tenente Hélder Ribeiro. Mas o entusiasmo e a energia que dele transbordavam chegaram para dar um novo ânimo a Belisário Pimenta.

Passaram-se meses sem outras notícias. Tudo voltava ao mesmo. Aos oficiais republicanos da guarnição de Coimbra nada mais restava do que conversarem entre si, “*formular hipóteses mirabolantes e imaginar metafisicamente o [seu] papel numa revolução*”¹⁷¹ e esperarem pelo dia em que os conspiradores pedissem o seu concurso.

Dentro do quartel, Belisário Pimenta não tinha ao seu alcance senão os gestos, pouco mais do que quixotescos, que marcavam a sua vontade de protesto: rebatia os argumentos mais reaccionários e as apreciações injuriosas contra os chefes republicanos que ouvia na sala de oficiais; lia aí ostensivamente *O Mundo* e recolhia os exemplares do *Portugal*, que rasgava e deitava pela janela fora. Na rua, continuava a frequentar o *Lusitano*, sob os olhares reprovadores dos oficiais *talassas*, e acompanhava os seus amigos republicanos, que se mostravam activos e organizados. Escreveria mais tarde que, nessa época, “*os grupos civis, organizados sob a forma de carbonária, eram numerosos, mas não tinham armas e em ideias ... eram lunáticos*.”¹⁷²

Em Janeiro de 1910, o Alferes Luís de Oliveira Franco, que entretanto fora transferido para o Regimento e com quem Belisário Pimenta tinha relações excelentes, comunicou-lhe que o Ramada Curto, vindo de Lisboa, queria falar com ambos. Reunidos em casa do Franco, Ramada Curto contou-lhes que o Directório queria “*organizar a coisa com urgência, para [...] rebentar na Primavera*”. Disse-lhes mais que fora encarregado de organizar os comités em Coimbra e que ele próprio os encarregava de organizarem tudo o que respeitasse aos oficiais.

Belisário Pimenta estranhou que Ramada Curto, na reunião, não se tivesse referido a Floro Henriques, que era indubitavelmente “*uma das chaves das sociedades secretas de Coimbra*”. Por essa razão e por não ter uma confiança cega em Ramada Curto, procurou o Floro.

Apesar de ser seu amigo muito antigo e muito chegado, Floro Henriques não se abriu – “*andou no seminário; para alguma coisa lhe serviu a Teologia; é reservado quando o deve ser*”, explicar-nos-ia Belisário Pimenta. Apenas lhe disse que devia confiar no Ramada Curto e que podia começar a trabalhar imediatamente, porque o *Comité* se havia organizado em Coimbra e depositava confiança em si.¹⁷³

Com efeito, Ramada Curto chegara de Lisboa com credenciais da Alta Venda da Carbonária Portuguesa para organizar os *comités civis* de Coimbra e criar um *comité militar*. Com este novo

¹⁷⁰ Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, p. 39; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, p. 104.

¹⁷¹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 95 e 96.

¹⁷² *Idem, Ibidem*, p. 96.

¹⁷³ *Idem, Ibidem*, pp. 100 a 102.

impulso, foi instituído rapidamente o *Comité* de Coimbra, composto por dois grupos civis: um de estudantes, com Emílio Martins, Bissaia Barreto, Francisco Lino Gameiro, João Garraio da Silva e Manuel Pestana Júnior, todos obreiros da Loja maçónica irregular *A Revolta*; o outro, com Floro Henriques, Francisco da Costa Ramos (ambos professores), António Henriques Miranda (empregado de comércio), João Simão Favas (comerciante) e Júlio da Fonseca (médico). Floro Henriques estabelecia a ligação entre o *Comité* e os Sargentos de Infantaria 23 – entre outros, o 1º Sargento Conceição e o 2º Sargento Flabiano Henriques Miranda, que já havia pertencido ao *Comité* no tempo da preparação do golpe de 28 de Janeiro.¹⁷⁴

Logo que o novo *Comité* foi instalado, começaram a fazer-se iniciações, que, pelos finais do mês de Janeiro, já se contavam às dezenas.

Mas uma ofensiva policial obrigou à suspensão provisória dos trabalhos. Em 4 e 5 de Fevereiro, foram detidos Francisco da Fonseca, Joaquim Lopes Gandarez e António José Correia; houve buscas domiciliárias e apreensão de algumas armas.¹⁷⁵

Reforçadas as medidas de cautela, logo na semana seguinte foram retomadas as iniciações de muitos novos *bons primos*.

O grupo militar revolucionário, constituído por oficiais, gozava de independência orgânica em relação ao *Comité*. A ligação entre as duas estruturas, limitada à necessidade de garantir a unidade de acção, era assegurada por Ramada Curto e Floro Henriques.¹⁷⁶

Belisário Pimenta e o Alferes Franco começaram a trabalhar, de imediato. Com renovado entusiasmo, faziam persistente propaganda junto, não só dos oficiais, mas também dos sargentos e nas casernas dos soldados. O trabalho de recrutamento dos oficiais só poderia recair sobre dois deles, que se revelavam “*dignos de serem iniciados*”: o Tenente Jorge Correia de Almeida e o Aspirante José Fernandes Duarte. Procuravam poupar, não o expondo, o Capitão Alfredo Cruz, homem de fundas convicções republicanas e um positivista daqueles que ainda acreditavam que se chegaria fatalmente à República por graça da *lei dos três estados*. Ademais, ele já não era jovem e tinha a seu cargo cinco filhos.¹⁷⁷

Logo na sessão de 1 de Fevereiro do *Comité*, Floro Henriques e Ramada Curto anunciavam a composição do *comité militar*: Tenente Belisário Pimenta, Alferes Correia de Almeida, Alferes Oliveira Franco e Aspirante Fernandes Duarte, todos do Regimento de Infantaria n.º 23.¹⁷⁸

Ainda em Fevereiro, no Domingo Gordo, Belisário Pimenta teve a inesperada visita em sua casa do seu condiscípulo da Escola do Exército, António Pires Pereira Júnior.

¹⁷⁴ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, Edição do Jornal *O Reclamo*, pp. 178 e 179.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 180; António Ventura, *A Carbonária em Portugal – 1897-1910*, p. 101.

¹⁷⁶ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 179.

¹⁷⁷ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 103 e 105; Tenente C. A. Costa Cabral, “O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra”, in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 194.

¹⁷⁸ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 179.

O Tenente Pires Pereira protagonizava – a par de Pinto de Lima, José de Ascensão Valdez e, na Marinha, José Carlos da Maia – o esforço de intensificação da propaganda e do recrutamento nos quartéis a que se abalançou a Alta Venda da Carbonária, para suprir a inacção, que Cândido dos Reis denunciara a Machado Santos, do “comité militar” emanado do Directório do Partido Republicano. A Pires Pereira devia-se a integração no movimento de numerosos oficiais do Exército.¹⁷⁹

Fora enviado pela Alta Venda, num périplo por Coimbra, Porto, Viana do Castelo, Valença e Lamego, para, contactando oficiais e carbonários civis em centros militares, avaliar a situação no Norte do País.¹⁸⁰

Belisário Pimenta deu-lhe conta dos oficiais do Regimento que já estavam inseridos no trabalho conspirativo e da expectativa que tinha quanto à anuência, em breve tempo, do Major Joaquim Maria Ferreira e de dois tenentes. Revelou-lhe a confiança que os oficiais republicanos do 23 depositavam no Tenente-Coronel Rego Chagas, então no Distrito de Recrutamento de Coimbra, “*homem que se impunha pela sua seriedade, pelas suas ideias abertamente liberais e pela sua firmeza*”. Sugeriu-lhe que deveria ser esse oficial a tomar o comando do Regimento após a revolução.

Esperando que o seu interlocutor se mostrasse decepcionado pela escassez de oficiais republicanos na guarnição, foi surpreendido pela reacção de Pires Pereira que, cheio de satisfação, lhe disse: “*Arre, que vocês têm cá gente a dar com um pau!*”.

Antes de partir, o Tenente anunciou a Belisário Pimenta que a “*coisa*” estava prevista para Abril.¹⁸¹

Poucas semanas depois, o Tenente José Maria de Sousa Nápoles, do *comité militar* de Tomar, deslocar-se-ia a Coimbra, para estabelecer a ligação entre os *comités militares* das duas guarnições. O *comité militar* de Tomar, um dos mais fortes de fora de Lisboa, era presidido por um velho amigo de Belisário, o Major José da Silva Bandeira, que, nos finais de 1907 e no início de 1908, chefiara o *núcleo de acção revolucionária* do Regimento de Infantaria n.º 23, a que também pertencera o Tenente Nápoles. Ambos tinham sido transferidos de Coimbra, logo após a frustrada tentativa de 28 de Janeiro.¹⁸²

Aproximava-se o mês de Abril e os oficiais do *comité* de Coimbra inquietavam-se com a falta de informação acerca dos preparativos do golpe e das tarefas que, então, lhes competiriam. Decidiram, por isso, enviar a Lisboa o Alferes Franco, munido de uma carta de Belisário Pimenta para o Tenente Pires Pereira.

¹⁷⁹ Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, p. 39.

¹⁸⁰ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, p. 110.

¹⁸¹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 106 e 107; Tenente C. A. Costa Cabral, “O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra”, in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 195.

¹⁸² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, p. 108; Tenente C. A. Costa Cabral, “O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra”, in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 195.

No regresso, Franco reuniu com Belisário Pimenta e Floro Henrique, para lhes transmitir o que ouvira a Machado Santos e Cândido dos Reis, a quem fora levado por Pires Pereira.

Contou ele que ambos lhe haviam revelado que a guarnição de Lisboa “*estava minada pela Carbonária*”, que beneficiaria da “*cumplicidade da soldadesca quase em massa*”, que a Marinha estava do lado dos revolucionários; e que, na *província*, se podia contar com os quartéis de Chaves, Viana do Castelo, Beja, Portalegre, Caçadores 1 de Abrantes e Tomar. Preocupava-os a reduzida adesão ao movimento dos oficiais das unidades de Lisboa. Acreditavam, porém, que se verificaria uma *rápida aquiescência* de muitos deles, porquanto se vinha generalizando o espírito de revolta.¹⁸³

Franco marcara este encontro com Belisário e Floro Henriques para o Choupal. Apesar de o local ser especialmente sujeito a vigilância policial, os revolucionários de Coimbra e, em particular os carbonários, não renunciavam ao sortilégio daquele cenário, que era, então, o preferencialmente escolhido para as reuniões conspirativas nocturnas.

Belisário Pimenta, que foi um frequentador de encontros conspirativos no Choupal, não deixou de se referir com ironia a esta circunstância: “*Aí, ao som das águas sussurrantes do Mondego e perante a poesia de um claro quarto crescente, [...] deu-nos excelentes notícias. [...] Enfim, os três românticos conspiradores... [...] românticos, porque fomos para o Choupal, quando, no fim de contas, tudo se diria numa esquina, na cidade, à porta de uma loja.*”¹⁸⁴

Naquela noite, feito o balanço das notícias trazidas de Lisboa, ao voltarem às ruas da cidade, os três conspiradores separaram-se “*convencidos que, desta vez, a coisa ia*”.

Mas Abril passou e a revolução foi adiada.

As dificuldades de entendimento entre as instâncias oficiais do Partido Republicano e a Carbonária Portuguesa pareciam acentuar-se. A Carbonária precisava do apoio financeiro e da cobertura política do Partido. Este desejava conter a estratégia “*insensata*” da Carbonária, não admitia ceder-lhe o papel central no movimento e pretendia chamar a si toda a autoridade revolucionária.

As divergências tácticas decorrentes das posições em confronto estavam longe de poderem ser superadas. João Chagas tinha fortes reservas em relação ao trabalho da Carbonária – a cuja actividade chamava, com desprezo, o “*baile de máscaras*”¹⁸⁵ – e dava preferência à captação de oficiais superiores, visando conduzir o movimento para um pronunciamento militar com cadeia de comando. O Capitão-de-Fragata Fontes Pereira de Melo, chefe de estado-maior do novo *comité militar revolucionário*¹⁸⁶ – constituído por impulso da Alta Venda, com a intermediação de Sebastião de Magalhães Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, e mandatado pelo Directório para organizar e dirigir o levantamento revolucionário em nome do

¹⁸³ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, IV, pp. 109 e 110.

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁵ José Relvas, *Memórias Políticas*, I, p. 70, *apud* Raul Rego, *História da República*, vol. II, p. 46.

¹⁸⁶ Para além de João Augusto Fontes Pereira de Melo, o *comité militar revolucionário* era composto pelo Coronel Ramos da Costa e o Capitão Afonso Pala. Dirigia-o o Almirante Cândido dos Reis.

P.R.P. –, aproximando-se, tal como Cândido dos Reis, da perspectiva dos Carbonários, defendia que a revolução devia ser popular, com intervenção de grupos civis armados, isto é, com o concurso da Carbonária, conquanto devesse ser apoiada por fracções do Exército e dirigida pelos militares.¹⁸⁷

Entrava-se num impasse.

Por esses dias, por exigência do Coronel Ivens, Comandante do Regimento, Belisário Pimenta e o Capitão Alfredo Cruz foram transferidos, o primeiro, para Infantaria 22, em Portalegre, e o segundo, para o D.R.R. n.º 13, em Alijó.

A 8 de Maio, já Belisário Pimenta estava de regresso a Coimbra, graças ao atestado do médico regimental de Portalegre, um velho republicano que não ignorava as razões da sua transferência, e à licença de sessenta dias por doença que a Junta Médica da 4ª Divisão Militar, por rotina consagrada, lhe concedeu.

Passou os meses de Maio e de Junho refugiado nos livros da Biblioteca da Universidade ou nos folhetos da biblioteca pessoal do velho General Martins de Carvalho. “*Aquilo é que era vida para mim, ali, naquela quietude dos livros, companheiros que não atraçoam [...], confidentes que não são indiscretos*” – confessaria depois.¹⁸⁸ Do estudo, só se desviava para os “*trabalhos da revolução*”.

Também em Abril, se dera a ruptura entre o *Comité Revolucionário de Coimbra* e os corpos superiores da Carbonária Portuguesa.

Nas suas sessões dos dias 5 e 7 desse mês, discutiu-se no *Comité* a questão provocada pelos contactos que o seu membro João Garraio da Silva vinha mantendo com o médico Malva do Vale, dirigente da *Junta Carbonária da Região Central*.

Esta estrutura regional, que fora criada por António Maria da Silva, já depois da partida para o exílio de Luz de Almeida, tinha responsabilidades organizativas numa vasta área, que abrangia Coimbra, Aveiro e Viseu. As suas primeiras figuras eram, para além de Malva do Vale, seu principal impulsionador, Pires de Carvalho, Manuel Alegre, Mário Malheiros, Carlos Amaro e Carlos Olavo.¹⁸⁹

O *Comité* de Coimbra fora instalado com base na credenciação feita a Ramada Curto pela Alta Venda. Tal credenciação conferia poderes para a organização de *grupos revolucionários* em Coimbra e em outras localidades especificadas. A ligação entre o *Comité* e os mais altos dirigentes da Carbonária era feita directamente, através de Pinto de Lima, enviado da Alta Venda.

¹⁸⁷ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, pp. 95 e 96; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, pp. 103 a 107; Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, p. 54.

¹⁸⁸ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, p. 86.

¹⁸⁹ Jorge de Abreu, *O 5 de Outubro – A Revolução Portuguesa*, pp. 86 e 87; Raul Rego, *História da República*, vol. I, p. 294.

Naquelas sessões, o *Comité Revolucionário de Coimbra* decidiu excluir do seu seio João Garraio, por considerar que ele traiçou os seus compromissos, e, manifestando “*profundo desgosto por motivo do incorrecto procedimento dos corpos superiores da C. em Lisboa, quanto a limitação dos seus poderes, desprezando e inutilizando manifestamente os seus trabalhos*”, resolveu, por unanimidade de votos, devolver à Alta Venda todas as credenciais em seu poder. Resolveu ainda “*persistir autonomamente nos seus trabalhos, estabelecendo relações revolucionárias com o Dr. António José de Almeida, quer directamente, quer por intermédio do Dr. Fernandes Costa*”.

Emílio Martins, mandatado pelo *Comité*, foi a Lisboa, no dia 9 seguinte, comunicar a António José de Almeida as resoluções tomadas e fazer a entrega a Pinto de Lima, como representante da Alta Venda, de todas as credenciais até então conferidas ao *Comité* de Coimbra.

O *Comité Revolucionário de Coimbra* prosseguiu nos seus trabalhos de organização, adoptando, a partir de então e até à sua extinção, que se deu provavelmente em 1912, a designação de *Carbonária Autónoma “Portugália”*.¹⁹⁰

O impasse em que se caíra, resultante das recíprocas desconfianças entre as mais altas instâncias do movimento revolucionário, tornava inconclusivos os trabalhos de preparação da revolução e dava causa a sucessivos adiamentos da sua eclosão.

Machado Santos, presidente da Alta Venda da Carbonária, na convicção de que a intervenção do Grande Oriente Lusitano Unido poderia ser decisiva na superação das divergências que se acentuavam entre os vários centros de decisão do movimento, usou da sua condição de obreiro da Loja maçónica *Montanha*, para pedir ao Grão-Mestre Adjunto em exercício do G.O.L.U., José de Castro, a convocação de uma assembleia do “*povo maçónico*” de Lisboa.¹⁹¹⁻¹⁹²

Essa reunião, convocada para “*resolver tudo o que tivesse por conveniente com respeito às leis de excepção que têm levado alguns dos nossos irmãos a serem perseguidos*”, teve lugar no Templo *José Estêvão* do Palácio do Grémio Lusitano, em 14 de Junho de 1910.

Por unanimidade, a assembleia aprovou uma proposta apresentada por Machado Santos, por meio da qual foi delegada no Grão-Mestre a nomeação de cinco maçons para constituírem uma *Comissão de Resistência*, a que foram atribuídos “*plenos poderes para velar pela segurança dos Irmãos, defender a Maçonaria dos ataques da reacção política e religiosa, guiando o trabalho dos obreiros no mundo profano, no interesse superior da Pátria e da segurança dos cidadãos.*”

193

¹⁹⁰ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, pp. 180, 181, 183 e 184.

¹⁹¹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, pp. 96 e 97.

¹⁹² Machado Santos descreve assim esta sua iniciativa: “*Como não havia maneira de avançar um passo no caminho da Revolução por falta de um ‘plastron’ decorativo, resolveu a loja maçónica ‘Montanha’, por proposta minha, solicitar do grão-mestre adjunto, Dr. José de Castro, uma assembleia geral de maçons, atendendo ao grande número de obreiros que já se encontravam entre os ferros d’el rei. O grão-mestre entusiasticamente anuiu [...]*” – in *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, pp. 48 e 49.

¹⁹³ *A Maçonaria e a Implantação da República*, ed. Grémio Lusitano e Fundação Mário Soares, 2009, pp. 9 e 90 a 92.

Esta decisão, que foi comunicada a toda a estrutura maçónica por circular do Grande Chanceler Geral da Ordem – a Circular n.º 12, de 20 de Junho –, recebeu acolhimento favorável de quase todas as Lojas do país.¹⁹⁴

A *Comissão de Resistência*, presidida pelo Grão-Mestre Adjunto, José de Castro,¹⁹⁵ ficou constituída por Machado Santos, Miguel Bombarda, Francisco de Almeida Grandela, José Cordeiro Júnior e José António Simões Raposo. Na sua primeira reunião, convidou o Directório a nomear representantes da sua *Comissão Revolucionária*, um da secção militar e outro da secção civil, para a integrarem. A *Comissão de Resistência* foi assim alargada a Cândido dos Reis e António José de Almeida, que logo se fez substituir por António Maria da Silva. A entrada deste último arrastou a inclusão de Manuel Martins Cardoso, da Loja *Acácia*, por exigência de Cordeiro Júnior, a quem não agradava ver a maioria da *Comissão* composta por carbonários.¹⁹⁶⁻

¹⁹⁷ António Maria da Silva e Martins Cardoso tinham a sua presença ali justificada por serem “representantes das organizações civis revolucionárias”.¹⁹⁸

A *Comissão de Resistência*, “sintetizando a confluência e a aliança maçónica-carbonária-republicana”¹⁹⁹, constituiu-se no órgão de cúpula do movimento revolucionário, que reunia o pleno das condições para conduzir a preparação político-militar da revolução.

Por altura dos festejos de São João, o Tenente Pires Pereira voltou a Coimbra. Belisário Pimenta, a quem o Tenente procurara em casa, caiu-lhe nos braços, quando ele lhe anunciou que Cândido dos Reis também estava na cidade. Àquela hora, o Almirante estava em reunião com o Tenente-Coronel Rego Chagas, para assegurar a sua disponibilidade para tomar o comando do Regimento para a acção revolucionária.

Pires Pereira, depois de dar nota sumária dos avanços nos trabalhos preparatórios da revolução, projectada para os meses de Julho ou de Agosto, disse a Belisário Pimenta para estar em Santa Clara às 3 da tarde, acompanhado do Alferes Franco e do Tenente António José Rodrigues – oficial republicano, já integrado no trabalho revolucionário, que viera transferido para o

¹⁹⁴ Na época, em Coimbra, só havia duas Lojas a trabalhar sob os auspícios do G.O.L.U.; todas as outras haviam abandonado esta Obediência em 1908, agrupando-se no *Grande Oriente Português*. A Circular n.º 12 mereceu reacções diferentes nas Lojas de Coimbra: a *Redenção*, por unanimidade, manifestou-se solidária com a deliberação da assembleia de 14 de Junho; a *Estrela d’Alva*, cujo Venerável, o Capitão republicano Alfredo Cruz, estava ausente, discordou dela. Todas as restantes Oficinas do distrito de Coimbra – as Lojas *Progresso*, da Lousã e *Evolução* da Figueira da Foz, e os Triângulos n.ºs 97 e 118, respectivamente, de Arganil e de Buarcos, apoiaram a criação da *Comissão de Resistência*. (Cfr. *A Maçonaria e a Implantação da República*, pp. 9, 90 a 92, 108, 110, 130, 146, 154, 168, 184 a 189, 326 e 327.)

¹⁹⁵ Sebastião de Magalhães Lima, o Grão-Mestre do G.O.L.U., estava ausente, em missão no estrangeiro.

¹⁹⁶ Com efeito, na *Comissão de Resistência* havia predominância dos carbonários. Para além dos seus dois principais dirigentes – Machado Santos, presidente da Alta Venda, e António Maria da Silva, presidente da Venda *Jovem Portugal*, sendo que Luz de Almeida estava no exílio –, tinham aí assento, pelos menos, dois outros carbonários: Miguel Bombarda e Cândido dos Reis – Cfr. *A Maçonaria e a Implantação da República*, pp. 9, 324 e 325.

¹⁹⁷ Segundo Machado Santos, a “Carbonária era contraminada pela organização da *Acácia*” e Cordeiro Júnior, da Loja *Acácia*, “vendo a maioria da comissão composta de carbonários, buscou um contrapesozito em Martins Cardoso.” – in *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, pp. 48 e 49. Vasco Pulido Valente, interpretando estas asserções de Machado Santos, escreveu: “O Directório [...] tentava ingenuamente infiltrar a Carbonária através da loja maçónica ‘Acácia’” – in *O Poder e o Povo*, pp. 112 e 113.

¹⁹⁸ *A Maçonaria e a Implantação da República*, p. 231.

¹⁹⁹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 97.

Regimento de Infantaria n.º 23 quando Belisário foi para Portalegre –, para todos se avistarem com o Almirante.²⁰⁰

Antes de ir ao encontro dos oficiais do *Comité Militar*, Cândido dos Reis conferenciou demoradamente com Floro Henriques, na Avenida Emídio Navarro, “*sentados no 5º banco descendo a Avenida pelo lado do Mondego e ao lado do jardim*”.²⁰¹

Um pouco antes das 3 da tarde, já estava Belisário Pimenta, cheio de ansiedade, com um número da *Alma Nacional*, a revista de António José de Almeida, na mão, como fora combinado, sentado num banco para além da ponte.

Daí a pouco, viu “*aparecer na ponte um sujeito baixo, seco, de bigode caído, chapéu de palha, fraque, luvas cinzentas e botas inteiras [...] o todo de oficial à paisana.*”

Na descrição do seu encontro com Cândido dos Reis, Belisário Pimenta deixa perceber como o impressionara “*finalmente ver esse homem quase lendário*”: “*Vinha pausadamente, olhando tudo, de mãos atrás das costas, como que indiferente ao que o cercava; mas ao ver-me, fixou-me, fixou-me bem, como quem queria penetrar os meus pensamentos e eu vi que esse homem que assim olhava tinha qualquer coisa de penetrante no olhar, qualquer coisa de extraordinário. [...] Eu disse de mim para mim: 'Cá está o homem! É ele!...'.*”²⁰²

Logo a seguir, chegaram o Pires Pereira, o Franco e o Rodrigues. Todos se dirigiram ao Almirante, sem usarem de precaução alguma: a figura dele era desconhecida e, àquela hora, por ser hora do jantar, não havia por ali gente.

O Almirante dirigiu-se primeiro a Belisário Pimenta, que se adiantara um pouco, a quem cumprimentou e tratou pelo nome. Seguiram, depois, todos juntos, pela estrada do Almeque e, à Guarda Inglesa, cortaram para a estrada do Bordalo, quase abandonada e cheia de sulcos fundos das águas da chuva.

O fascínio que Cândido dos Reis exercia sobre aqueles jovens oficiais ficou patente no texto do Tenente Belisário: “*E a conversa seguiu, intensamente, sentindo nós a força magnética que nos vinha desse velho cheio de vida, homem extraordinário, ao pé do qual nos sentíamos grandes, nos sentíamos fortes, prontos a morrer à sua ordem. [...] Ainda o estou a ouvir quando eu lhe apresentei uma dúvida acerca do êxito da revolta; pareceu-me que ele cresceu, que se tornou grande, os olhos fixaram-se com um brilho intenso; havia contracções nervosas nas faces; e ele disse: 'é necessário então que os velhos venham dar coragem e confiança aos rapazes? Que rapazes são os senhores, que ainda precisam dos meus sessenta anos?' Eu, confesso, senti-me confuso pela dúvida apresentada. Grande homem! [...]*”²⁰³

A conversa foi longa, até ao fim da tarde.

Cândido dos Reis contou-lhes que o Tenente-Coronel Rego Chagas o recebera muito bem, que anuíra a tudo e só lhe manifestara uma preocupação: se os jovens oficiais o quereriam. Depois,

²⁰⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, p. 117.

²⁰¹ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, p. 182.

²⁰² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 117 e 118.

²⁰³ *Idem, Ibidem*, pp. 121 e 122.

o Almirante pô-los ao corrente *da ideia geral do movimento*, informou-os de que havia oficiais revolucionários em todos os Regimentos, conquanto fossem apenas 3 ou 4 em cada um, e garantiu que o êxito da revolução não admitia dúvidas. Ele era de opinião que “*as províncias se não manifestassem sem que as coisas em Lisboa estivessem bem, porque assim se poupava muita gente, na hipótese de o movimento em Lisboa ser vencido – o que não era possível.*”

Despediu-se deles, abraçando-os. Antes de partir no *rápido* da noite para Aveiro, disse ao Floro Henriques que ia “*excelentemente impressionado*” com os oficiais do *Comité Militar* de Coimbra.²⁰⁴

Cândido dos Reis saíra de Lisboa no dia 23, para uma viagem pelo norte do País, com o objectivo de fazer pessoalmente uma avaliação da situação nas organizações revolucionárias. Na sua dupla qualidade de inspector-geral da Carbonária Portuguesa e de responsável máximo da organização militar das forças republicanas, contactou os oficiais republicanos e as estruturas carbonárias de sargentos e soldados nas guarnições de Santarém, Torres Novas, Tomar, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viana do Castelo, Chaves e Vila Real.²⁰⁵

No regresso, o balanço que fazia era semelhante àquele que, referido aos militares de Coimbra, confiara a Floro Henriques: a situação parecia-lhe tão favorável ao êxito do movimento, que se tornava necessário apressá-lo e trazer a revolução para a rua.²⁰⁶

Na *província*, os *comités locais* da Carbonária tinham ordens para sublevar as populações, logo que a revolução rebentasse em Lisboa. Deviam tomar medidas quanto às vias-férreas e impedir qualquer auxílio a forças que porventura tentassem dirigir-se a Lisboa.

Segundo os planos da Alta Venda, se a insurreição falhasse em Lisboa, o movimento deveria continuar na *província*. Neste caso, as forças monárquicas teriam de optar por combater os revoltosos de fora de Lisboa, desguarnecendo a capital, que, então, se levantaria de novo, ou por não lhes dar combate, o que permitiria que eles marchassem sobre Lisboa.

Cândido dos Reis defendia posição diversa, tal como declarou aos oficiais republicanos de Coimbra. Segundo ele, a *província* não devia sublevar-se, secundando Lisboa. Poupar-se-iam, assim, represálias e derramamento, talvez inútil, de sangue. O Almirante confiava no sucesso da revolução em Lisboa e na rápida adesão de toda a *província*.

²⁰⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 122 a 124.

²⁰⁵ Raul Rego, *História da República*, vol. I, p. 282; Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, p. 110.

²⁰⁶ Jorge de Abreu, *O 5 de Outubro - A Revolução Portuguesa*, p. 118. Porém, na opinião de Vasco Pulido Valente, o périplo de Cândido dos Reis ter-se-ia saldado por um “*rotundo fracasso*”. Justifica assim esta sua conclusão: “*Por toda a parte [Cândido dos Reis] encontrou oficiais que se diziam republicanos – invariavelmente subalternos – e dezenas de soldados e sargentos da CP, como em Lisboa recrutados por civis. Como em Lisboa, contudo, os primeiros não se queriam arriscar e os segundos não estavam em condições de fazer nada sozinhos. Na melhor das hipóteses, as forças da província talvez evitassem a deslocação de tropas para a capital, resistindo passivamente às ordens ou cortando pontes, estradas e caminho-de-ferro. Nunca seriam capazes de se revoltar e marchar sobre Lisboa através de um país rural solidamente monárquico. Era em Lisboa que a revolução tinha de ganhar (ou perder). Se ganhasse, a província aceitaria a República proclamada ‘por telegrama’ – como Chagas desdenhosamente garantia.*” – in *O Poder e o Povo*, p. 110.

A Carbonária acabou por aceitar a opinião do Almirante.²⁰⁷

Escoada a sua licença, Belisário Pimenta regressou a Portalegre em 5 de Julho. Aí, adoeceria com alguma gravidade. Confinado ao seu quarto de doente, um "*quarto infame de hotel, uma espelunca sórdida*", desesperava pelo regresso – que lhe parecia em cada dia mais improvável – a Coimbra e ao trabalho revolucionário.

Deferido o seu requerimento para ir à Junta Médica em Lisboa, foi chamado ao Hospital da Estrela, onde, a 29 de Agosto, foi julgado incapaz temporariamente para o serviço e colocado na situação de *inactividade*, com autorização para residir em Coimbra.

No dia da Junta, encontrou o Tenente Pires Pereira no Hospital. Só então soube que a revolução estivera marcada para 19 de Agosto. Pires Pereira contou-lhe as peripécias da tentativa frustrada e explicou-lhe que, em Lisboa, tinham resolvido "*não mandar aviso para as províncias e, como a coisa se malogrou, também nada disseram.*" Garantiu-lhe que a revolução vinha para a rua nos fins de Setembro ou, o mais tardar, em Outubro.²⁰⁸

No dia 3 de Setembro, Belisário Pimenta voltava a sua casa, em Coimbra.

Vinha fisicamente debilitado e moralmente abatido.

Passou o mês de Setembro em casa, isolado. Os amigos não lhe apareciam e até o Floro Henriques lhe parecia retraído consigo.

Entretinha o ócio preparando uns estudos históricos sobre *a acção da Ponte da Mucela em Março de 1811* e sobre *o combate da Cruz dos Morouços em 1828*. Ainda escreveu algumas páginas do primeiro; o outro nem sequer o começou.

Não tinha dinheiro e pensava como ganhá-lo. Mandou perguntar à Companhia Editora, ao Conde Barão, quanto lhe pagariam por um original para um volume da *Biblioteca do Povo*, acerca de *filosofia positiva*. Mas, de lá, responderam-lhe: "*Não dá nada*".

Às vezes, escrevia cartas magoadas a pessoas amigas.

Ainda lhe luzia uma esperança na revolução: "*Viria? Não viria?*"

Um desalento enorme tomava conta de Belisário Pimenta.²⁰⁹

No dia 4 de Outubro, quando se despedia do Capitão Alfredo Cruz, que devia embarcar no *sud-express* para o Porto, depois de uma visita que fizera à família, ouviram ambos de um empregado da Estação que o comboio não viera, porque em Lisboa havia revolução. Os dois oficiais olharam um para o outro, sem saber o que dizer: "*Era a revolução, finalmente!*"

Seguiram-se "*dois dias e duas noites de uma ansiedade horrível. [...] nada se sabia, andávamos a perguntar notícias uns aos outros.*"²¹⁰

²⁰⁷ Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, pp. 145 e 146.

²⁰⁸ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 126 a 128.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 151 a 155.

²¹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 129 e 130.

Ao *Comité*, reunido de urgência desde as dez da manhã do dia 4, chegara a notícia do assassinato de Miguel Bombarda, mas nada fora comunicado sobre o movimento insurreccional. Floro Henriques, Costa Ramos, Lino Gameiro, Júlio da Fonseca e Emílio Martins revezavam-se em tarefas de vigilância e em diligências destinadas “*ao corte de linhas e às comunicações revolucionárias*”. Por intermédio do irmão de Floro, o sargento carbonário Flabiano Henriques Miranda, o *Comité* mantinha-se constantemente informado do que se passava no Regimento de Infantaria. Dezenas de carbonários rodeavam o *Centro José Falcão*, onde estava reunido o *Comité*. No dia 5, todas as entradas da cidade estavam ocupadas militarmente. Circulavam boatos que davam a revolução como *sufocada*. O Dr. Fernandes Costa juntou-se, no *Centro José Falcão*, aos dirigentes carbonários locais, e, mais tarde, para conferenciar com o *Comité*, chegou Manuel Alegre, da *Junta Carbonária da Região Central*, acompanhado por Ricardo Pais Gomes e Pereira Vitorino.²¹¹

No dia 5, à tarde, Belisário Pimenta meteu-se em casa, dividido entre o desânimo e a esperança de que aquela demora prenunciasse a vitória dos republicanos.

Por volta das quatro e meia da manhã do dia 6, chegou a Coimbra a notícia da proclamação da República em Lisboa.²¹² A Belisário Pimenta, recolhido em casa, chegou logo a seguir: “[...] *pela madrugada, foguetório, músicas, vivas, chegaram aos meus ouvidos como aos olhos de um naufrago deve aparecer o porto salvador! Era a República, caramba!*”²¹³



²¹¹ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, pp. 182 e 183.

²¹² *Ibidem*, p. 183.

²¹³ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, IV, p. 130.

Os primeiros meses da República em Coimbra
A proclamação. O encerramento dos conventos. A Universidade e a revolta da
Falange Demagógica.

Os *vivas* que Belisário Pimenta, com comoção, ouvia naquela madrugada soltavam-se de uma manifestação popular, que se formara em Santa Clara e vinha engrossando no seu percurso pelas ruas da cidade. A multidão aclamava a República e os seus homens.

A dado passo, meteu-se pela Rua Venâncio Rodrigues, onde, no número 11, morava o Tenente Belisário, e parou em frente de sua casa.

Belisário Pimenta – usando apontamentos da época, mas redigindo com a distância de quase cinquenta anos – relata assim este episódio: “*Quando, na madrugada de 6 de Outubro de 1910, o povo redemoinhava por aí, alegre e triunfante, [...] lembrou-se de vir, em turba, cantando e gritando, até à minha rua solitária e, parando em frente da minha casa, exigiu que eu aparecesse. Cheguei-me ao alpendre da entrada e vi a turba enchendo de lado a lado a calçada; uma filarmónica rouquejava como podia A Portuguesa e quando eu andava aos abraços e reboções por entre todos, alguém gritou:*

– *Viva o nosso comissário!*

Não olhei para quem lançou o grito traiçoeiro, porque me pareceu ter a visão [premonitória] da tortura de dois meses e tanto; mas ouvi a multidão repetir com força:

– *Viva! Viva!...*

Eu tive um triste sorriso; e quando todos deslizaram rua abaixo, cantando e gritando, alegres e triunfantes, eu olhei para a bandeira nova que flutuava na torre universitária e pensei no grito que ouvira... E ao entrar em casa e ao fechar a porta, disse de mim para mim:

– *Nem que me dourem...”*²¹⁴

Nesse dia 6, às duas da tarde, nos Paços do Concelho, foi solenemente proclamada a República Portuguesa na cidade de Coimbra.

Do *Auto de Proclamação* consta que, estando reunida a Câmara Municipal, sob a presidência de Sílvio Pélico Lopes Ferreira Neto, vice-presidente em exercício²¹⁵, deram entrada na sala de sessões Francisco José Fernandes Costa, já na qualidade de Governador Civil do Distrito, nomeado pelo Governo Provisório, e António Cândido de Almeida Leitão, administrador interino do concelho de Coimbra. O novo Governador Civil fez, então, uma alocução perante a *numerosa assembleia*, que, por entre manifestações de adesão e entusiasmo, terminou *pela aclamação solene do Governo da República Portuguesa*. De seguida, o Dr. Fernandes Costa dirigiu-se à multidão que se encontrava frente aos Paços do Concelho, que acolheu as suas palavras com *brados patrióticos e vibrantes vivas à Pátria e à República Portuguesa*.

²¹⁴ Está nas páginas 6 e 7 do vol. V do *Diário ao Correr da Pena*. Belisário Pimenta datou o capítulo em que se insere o relato deste episódio de Janeiro a Fevereiro de 1911 e de 10 e 11 de Junho de 1958.

²¹⁵ O presidente da Câmara Municipal era o Doutor Marnoco e Sousa.

O *Auto de Proclamação* foi assinado pelos Vereadores destituídos, por Fernandes Costa e Almeida Leitão, e por mais de trezentos cidadãos, que estavam presentes ou que *pediram para o assinar*. Da longa lista de assinaturas, constam as daqueles que – juntamente com Floro Henriques, Francisco Vilaça da Fonseca e Júlio Vieira de Figueiredo Fonseca –, vieram a constituir, por aclamação popular, a primeira vereação republicana da Câmara Municipal de Coimbra: Sidónio Pais, seu presidente até finais de Dezembro; António Augusto Gonçalves, vice-presidente e presidente após a cessação de funções de Sidónio; Albino Caetano da Silva Pinto (tio de Belisário Pimenta); Manuel Augusto Rodrigues da Silva; Frederico Pereira da Graça; e Adriano Viegas da Cunha Lucas.²¹⁶

Nos dias seguintes, correu pela cidade que Belisário Pimenta fora nomeado Comissário da Polícia. Na rua, todos o felicitavam por isso. Chegou a ser abordado por algumas mulheres que lhe pediam protecção para os seus maridos, guardas da polícia. Toda a cidade parecia jubilosa pela sua suposta nomeação para o cargo. Ele ia respondendo que era engano, que não era Comissário, mas ia-se convencendo que daquela condenação já não se livrava: “*E esta?... Estou a ver que terei de ser comissário, quer queira quer não.*”

No Domingo, dia 9, foi chamado por Fernandes Costa. Chegado ao gabinete do Governador Civil, este puxou-o para uma das varandas que davam para o Largo da Feira e fez-lhe a proposta que já esperava. Belisário Pimenta alinhou todos os argumentos que pôde para evitar o que entendia vir a ser *um desastre*. Mas Fernandes Costa opôs-lhe que o momento não era azado para dúvidas e que “*achava pouco patriótico e pouco próprio de um republicano não fazer um sacrifício [...] quando a República nascente precisava de todos*”. Floro Henriques, que acabara de chegar, deu mais um empurrão. E Belisário Pimenta, ao descer as escadas do Governo Civil, já com a posse tomada e com o alvará dobrado no bolso, deu ordem ao primeiro guarda que viu para que houvesse, daí a pouco, formatura geral do corpo de polícia, para fazer a sua apresentação.

A corporação esperava-o, formada por esquadras no claustro, com a Judiciária à esquerda e os chefes à frente. Apresentado pelo seu antecessor, o Major reformado José Miguel de Carvalho, falou aos homens. Depois dos lugares comuns, fez-lhes “*uma antevisão do que seria o serviço policial com o regime democrático, simples missão de cordura e de paz, com prestígio e força moral, com delicadeza e respeito.*”

Acompanhou, depois, à porta o Major Carvalho, que “*levava nos olhos duas lágrimas a bailar*”. Belisário, comovido, abraçou-o e ficou a pensar que o velho monárquico que partia ia “*dizendo para com os seus botões que o sucessor era parvo*”.

²¹⁶ O *Auto de Proclamação da República, em Coimbra* está disponível no *site* do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1336&Itemid=459)

Ao reentrar no gabinete, sentiu-se já Comissário. Sentou-se à secretária e deu de caras com um busto de bronze de Voltaire, que, do centro do tinteiro grande, entre o frasco da tinta preta e o da tinta vermelha, lhe lançava um sorriso sarcástico.²¹⁷

Depois, foram os cumprimentos dos velhos amigos (António Augusto Gonçalves, Simões de Castro, Tenente-Coronel Rego Chagas e muitos outros); da *velha guarda* de Coimbra do Partido Republicano (Manuel António da Costa, Dr. Eduardo da Silva Vieira, Jaime Lopes Lobo, Cassiano Martins Ribeiro, Manuel José Teles, Gonçalo Nazaré, Francisco da Fonseca); de muitos dos obreiros das Lojas maçónicas de Coimbra, especialmente, da *Portugal*, de que Belisário Pimenta era o Venerável; do *Comité Revolucionário* – “*ou antes, da 'Alta Venda Portugália' autónoma* –, representado por Júlio de Figueiredo Fonseca, Emílio Martins, Simões Favas e Costa Ramos; da arraia-miúda da Carbonária, que também apareceu “*para levar o abraço da autoridade que, pela primeira vez, os recebia como amigos*”: o Borges de Melo, impressor na Universidade, o António José da Costa, pintor de construção civil e velho anarquista, o Carlos Costa e o José António dos Santos, tipógrafos, o Cabo Soveral, de Infantaria 23, o António Carneiro, marceneiro, anarquista, orador popular e agitador de massas. Teve também visitas de vários oficiais da guarnição, de gente dos jornais e de um ou outro professor da Universidade, como o Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Para além de toda esta gente, que lhe tirava tempo, mas cujas felicitações aceitava com agrado, caíram-lhe no gabinete os que queriam aparecer às janelas que davam para a Rua Larga no “*tu cá, tu lá com uma autoridade republicana*” e alguns monárquicos, que, com à-vontade, pediam emprego ou compaixão. E até a Júlia, *patroa de meretrizes*, vestida à moda e com um grande chapéu de plumas, se apresentou ao novo Comissário: “*Sentou-se e expôs-me o contentamento que lavrava entre as raparigas pela minha nomeação e apresentou-me cumprimentos pelo advento da República. E findou a discursata por dizer que estava ao meu dispor.*”²¹⁸

Ainda recebia cartas de felicitações em Dezembro, quando estava quase a deixar o cargo.

Na conversa em que o convidou para Comissário da Polícia de Coimbra, Fernandes Costa falou-lhe da questão *dos conventos de mulheres*. Usou-a mesmo como importante argumento para o demover da sua hesitação para aceitar o cargo. Era esse – dizia-lhe o Governador Civil – um *problema melindroso*, para o qual era “*necessário diplomacia, boa educação e tolerância*”, requisitos que entendia que Belisário Pimenta tinha. E acrescentava: “*Você compreende que não vou entregar o caso a qualquer jacobino que irrite em vez de conciliar.*”²¹⁹

O Governo Provisório, já no dia 8 de Outubro, havia decretado a repristinação das leis anticongreganistas do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, revogado o decreto de 18 de Abril de 1901 (que permitira a reconstituição, sujeita a condições restritivas, das ordens religiosas) e voltado a expulsar os jesuítas do território nacional.

²¹⁷ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, pp. 11 a 18.

²¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 21 a 29.

²¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 14.

Nos últimos anos do regime monárquico, começara a levantar-se, nos meios urbanos, uma onda popular contra as congregações religiosas. Tivera assinalável êxito a batalha ideológica travada contra o clericalismo pelas organizações de propaganda laica, como a *Junta Liberal* e a *Associação do Registo Civil*.

Depois de implantada a República, as populações urbanas, especialmente em Lisboa, num contexto de grande exaltação anti-clerical, alimentado por jornais como *O Século*, *O Dia*, *O Mundo* e *O Primeiro de Janeiro* e estimulado por agitadores mais radicais, lançaram-se no assalto aos conventos e na perseguição aos jesuítas. Os religiosos de outras ordens também não escapavam à ira popular.²²⁰

Em Coimbra, o povo, cioso da Revolução, via inimigos em todo o lado. Corria que padres jesuítas fugidos se acoitavam em vários pontos da cidade.

Logo ao fim do dia em que tomara posse como comissário da polícia, Belisário Pimenta foi chamado, pelas dez da noite, por Fernandes Costa.

Constava que, à uma da manhã, haveria assaltos de populares à Quinta de São Jorge e ao Convento de Santa Clara, locais onde se teriam escondido jesuítas em fuga. Fernandes Costa queria a companhia do novo Comissário na ronda que, a essa hora, pretendia fazer, para se certificar de que os carbonários que convocara estavam a fazer bem o serviço encomendado.

Pelo imprevisto da situação, Belisário Pimenta só um pouco depois percebeu o que se passava: o povo, que queria abolir os cóios reaccionários, ia guardá-los, por incumbência do Governador Civil, e ia defender os conventos e os jesuítas escondidos dos desacatos que os mais impulsivos ou os mais perversos planeavam.²²¹

Perto da meia-noite, meteram-se num carro fechado, a caminho de Santa Clara. Logo no Largo da Portagem, à entrada da ponte, um grupo armado fê-los parar. Estudantes, operários, comerciantes, caixeiros, todos com as golas dos casacos levantadas, que a noite estava fria, e apalpando o bolso das calças onde tinham o revólver, cercaram o carro. Alguns, de arma na mão, meteram a cabeça pela portinhola. Ao verem o Governador Civil e o Comissário, perderam o ar feroz que haviam tomado e deixaram seguir o carro. Umas dezenas de metros mais à frente, surgiu outro grupo ameaçador e a cena repetiu-se. Já na escuridão do rossio de Santa Clara, de trás das árvores e das sebes dos taludes, saíram vultos, que rodearam o carro, agitados e afagando as coronhas das pistolas. Depois de um deles se ter chegado à portinhola a inquirir, tudo sossegou. Mas, nesta altura, Fernandes Costa, já impaciente, não resistiu a perguntar: "*Olhe lá: para que é tanta coisa?*". O cabecilha do grupo de vigilância, quase indignado, respondeu-lhe: "*Então não sabe que há tanto padre fugido e escondido? Por aqui, não passam eles!*".

²²⁰ Vítor Neto, in *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, pp. 354 a 361.

²²¹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, pp. 36 e 37.

Na esquina para a estrada das Lages, pararam e chamaram o carbonário Francisco da Fonseca. Da taberna, saiu, porém, o Costa Ramos, do *Comité Revolucionário*, que vinha *de polainas altas à caçadora, chapéu desabado e carabina a tiracolo*. Depois de Costa Ramos ter respondido às perguntas de Fernandes Costa, o carro seguiu até à Quinta de São Jorge. No “*jesuítico casarão*”, tudo era sossego e escuridão e nada denunciava que alguém por ali estivesse escondido. Regressaram, por isso, a Santa Clara. Já os esperavam o Francisco da Fonseca e o Costa Ramos, que, com outros carbonários, os acompanharam a pé, ladeira acima, até ao Convento da Rainha Santa. Em redor do convento, em todos os cantos, ao frio e sob o chuvisco que começava a cair, havia patrulhas de carbonários. Souberam que as freiras, assustadas, tinham pedido para ir lá alguém. O estudante de Direito Félix Horta, que *se arvorara em chefe carbonário e em conquistador galante*, relatou-lhes, entusiasmado, a incursão que acabara de fazer ao convento: “*Que as Irmãs o receberam muito chorosas e que ele, beijando com galantaria a mão da superiora, as tranquilizara por completo e lhes dissera que a República velaria pela vida delas e saberia impor o respeito que era devido a mulheres*”.

“*Um madrigal em plena revolução...*” – comentou alguém, deixando o jovem estudante enfurecido.²²²

No dia 10, já o povo de Coimbra murmurava por as autoridades não terem dado ainda cumprimento ao decreto de 8 de Outubro.

Na cidade, havia o Convento de Santa Teresa, das carmelitas, e o de Santa Clara, das Irmãs de São José de Cluny. Havia também o Colégio das Ursulinas, perto do Jardim Botânico, que, sob a capa da educação de raparigas, era tido por “*cóio reaccionário, e dos bons*”.

Na tarde desse dia 10, Fernandes Costa e Belisário Pimenta foram a Santa Clara. Depararam-se com uma multidão, que, de má catadura e debaixo de chuva, enchia o pátio do convento. Ao passarem em direcção à portaria, do ajuntamento popular vinham frases de advertência: “*Tenham cuidado, que há padres! Acautelem-se com as traições!*”.

Entraram com os dois médicos que os acompanhavam. Mandaram chamar a superiora, a quem Fernandes Costa disse logo que deviam sair o mais depressa possível do convento, em traje civil e levando apenas roupa de uso e objectos de primeira necessidade. A superiora – *rapariga nova, interessante, de olhos vivos e fala desembaraçada* – argumentava com vista a obter prazo mais alargado para a partida. Outras freiras juntaram-se à conversa, que se foi animando, até ao ponto em que o médico António Fernandes não resistiu à tentação de elogiar os *belos olhos* da superiora. Percorreram o enorme casarão, sem encontrar nada que justificasse as suspeitas de ali haver homens escondidos. Tiveram um só sobressalto, quando lhes pareceu que uma das Irmãs se esgueirava por um corredor com passos masculinos. Até Fernandes Costa, que era céptico quanto à existência de padres escondidos em Coimbra e que não acreditava na *lenda* dos túneis misteriosos de acesso aos conventos, achou estranha aquela

²²² *Idem, Ibidem*, pp. 38 a 44.

figura e pediu à superiora para a mandar aproximar. Tratava-se afinal de uma freira que padecia de doença mental.

A vistoria demorava já mais de uma hora, quando o polícia que ficara de guarda à portaria mandou recado a Belisário Pimenta, pedindo-lhe que viesse à entrada. A multidão que se comprimia no exterior do convento soltou um brado de alívio e satisfação, ao ver aparecer ao portão o Comissário. A demora fizera imaginar uma emboscada traiçoeira, na escuridão dos infindáveis corredores.

Mais tarde, quando todos saíram – e o povo, cá fora, pôde ver que saíam incólumes –, foram recebidos com *vivas* e manifestações de alegria. Fernandes Costa tranquilizou a multidão, informando que as freiras partiriam, mas que, por razões humanitárias, se lhes daria tempo para arranjam as suas coisas.²²³

Daí a três ou quatro dias, todas as freiras de Santa Clara foram embora, para Vigo. Uma noite, o próprio Belisário Pimenta subiu ao convento, meteu-as em dois *chars-à-bancs* e levou-as à Estação. Um polícia acompanhou-as no comboio até Valença do Minho. No convento, ficaram apenas umas velhas recolhidas seculares, já que as educandas haviam já sido acolhidas pelo *Colégio Mondego*, por generosidade do seu director, Diamantino Diniz Ferreira e, mais tarde – depois de muito trabalho para que as raparigas conseguissem recuperar a lembrança, que parecia apagada, dos nomes dos seus pais e das suas localidades de origem – foram acompanhadas por polícias até às suas terras e entregues às suas famílias.²²⁴

No dia 10, depois da ida a Santa Clara, foram ao convento de Santa Teresa, que, ao que se dizia, era o quartel-general do ultramontanismo.

Anoitecera entretanto e a chuva tornara-se torrencial. Saíram do carro e subiram, quase a correr, as escadas até ao átrio do convento. Perante a relutância das freiras em franquear-lhes a entrada, Fernandes Costa teve de gritar para dentro, com alguma rudeza, a ordem para abrirem a porta. Só depois, se ouviram ranger as trancas de ferro e as fechaduras que isolavam o convento do exterior. A porta principal moveu-se com vagar e o espectáculo que então se apresentou aos visitantes deixou-os imobilizados por longos momentos: “*Em frente da porta havia um corredor largo; um bico de gás [...] em leque, à antiga, dava frouxa luz sobre um renque de vultos, ao longo da parede, enfileirados e imóveis; ao fundo, como em cenário de teatro, uma escadaria larga, dupla, dava certa nota artística. O conjunto tinha o seu quê de empolgante e lá dentro, sobre lajes, a água continuava a cair em catadupas.*”²²⁵

Fernandes Costa foi o primeiro a afoitar-se no corredor e, aos seus primeiros passos, aquela fileira de vultos fez uma curvatura submissa. Eram dezassete mulheres, com os olhos pregados no chão e as mãos escondidas nas mangas dos hábitos, apavoradas, como se esperassem que uma turba ruidosa e cheia de ódios entrasse por ali de roldão.

²²³ *Idem, Ibidem*, pp. 45 a 50.

²²⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 70 e 71.

²²⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 50 a 54.

O Governador Civil, delicadamente, perguntou pela priora da comunidade, que logo se adiantou com uma mesura respeitosa e carregada de humildade. Quando Fernandes Costa quis conceder-lhes um prazo que permitisse que se preparassem para abandonarem o convento, foi surpreendido pelo pedido da priora para saírem ainda naquela noite, mesmo sob o forte temporal.

Esperaram na *sala da grade*, enquanto as freiras ceavam e entrouxavam a roupa.

Pouco passou até que assistissem à azáfama daquelas mulheres, que, em silêncio, deslizando como sombras, andavam numa roda-viva a trazer para o corredor da entrada as suas malas e sacos.

Do fundo do corredor, vinham uns soluços, sufocados mas persistentes.

Belisário Pimenta foi corredor fora, à procura de quem soluçava. A sua particular sensibilidade fê-lo estremecer e a pungência daquela cena obrigou-o, por momentos, a esquecer que "*aquela gente era joguete [...] da política ultramontana*".

Escreveu depois: "*Aquilo impressionava. [...] Era uma freira velhinha, acorada no último degrau da escadaria; tapava a cara com um lenço e soluçava aflitivamente. Quis ser fraternal, era necessário darmos a impressão de que não éramos insensíveis à dor, e sentei-me no degrau, ao lado dela. Toquei-lhe ao de leve no braço e disse-lhe brandamente: 'Então, minha irmã, por que chora?' Ela ergueu a cabeça e ficou de olhos abertos, fixos sobre a parede fronteira [...]*".

A velha freira tinha noventa anos, era cega e já quase não ouvia. Vivia no convento desde os sete anos de idade. "*Ali lhe ficaria toda a alma*".

Uma a uma, as freiras transpuseram o portal e, embrulhando-se nos seus mantos para enfrentar a ventania e a chuva que caía desabaladamente, saíram para a rua, sumindo-se na escuridão da noite.

O momento seguinte ao da partida da última freira ficou assim registado por Belisário Pimenta: "*Quando o átrio ficou silencioso e nós só ouvíamos, de novo, a água que caía, houve, entre os quatro, um momento de embaraço. A cena, na verdade, fora empolgante e nós, apesar de tudo, conservávamos o coração no mesmo lugar. O Fernandes Costa, mais positivo ou mais céptico, quebrou o enleio pegando no chapéu e apagando o bico de gás do corredor: – Bem! Vamos embora...*"²²⁶

No dia seguinte, Belisário Pimenta foi ao Colégio das Ursulinas, dar a ordem de saída. A directora francesa declarou-se decidida a não encerrar o estabelecimento sem que, para tal, recebesse indicação do Bispo-Conde. Fernandes Costa acabou por ter de ir lá, para pôr na ordem a afoita mulher. Deu-lhe um prazo para abandonar as instalações. Mas ela resistia, esperanças talvez numa *restauração*.²²⁷ Acabou por sair só no dia 2 de Novembro.

²²⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 54 a 61.

²²⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 64 e 72.

Entretanto, Afonso Costa enviava longos telegramas com instruções sobre a tramitação dos processos de expulsão das freiras. Ao Comissário competia levantar os autos, que registariam a completa identidade de cada uma delas e de seus parentes mais próximos, o destino que queriam seguir, a Ordem a que pertenciam e se eram ou não membros da associação *Fé e Pátria*. Deveriam ser advertidas de que, se não regressassem às suas famílias, teriam de comunicar aos governos civis o domicílio escolhido e as suas eventuais mudanças, e de que não poderiam fazer vida em comum mais do que três delas.

Para fazer os inquéritos, Belisário regressou a Santa Clara e ao Colégio das Ursulinas e visitou as freiras de Santa Teresa na pequena casa, perto do convento, onde provisoriamente se acolheram até se separarem, cada qual para o seu lado. Interrogou-as, uma a uma, e fez seguir os autos, bem sabendo que as regras que o Ministro da Justiça instituíra seriam, em muitos casos, iludidas e desrespeitadas.²²⁸

Por aqueles dias, Belisário Pimenta andava assoberbado de trabalho. Ocupado com a questão dos conventos, sempre que entrava no Comissariado, tinha ainda de atender as filas contínuas de denunciante que aí se apresentavam. Uns vinham revelar esconderijos de jesuítas; outros exigiam vigilância sobre aqueles que retiravam preciosidades dos conventos; outros ainda reclamavam a entrega de objectos que estavam nas casas religiosas e diziam pertencer-lhes. Havia até quem pretendesse que a polícia fosse prender, por precaução, certo cónego morador nas faldas do Buçaco; ou fosse assaltar a Quinta de São Jorge e o Colégio de Santa Isabel, na Rua da Trindade, porque "*poderiam lá estar jesuítas, fugidos de Lisboa*", ou fosse fechar conventos em localidades remotas ou situados fora do distrito de Coimbra.²²⁹

No meio de tanto zelo revolucionário, Belisário Pimenta descortinava, uma vez por outra, alguma *velhacaria* ou o desejo de satisfazer qualquer *vingançazinha particular*. Juntava-se ainda a tudo isto uma avalanche de pedidos pessoais e de *recomendações*.

No Centro Dr. José Falcão, à Praça Velha, havia sessão permanente, em que se discutia, normalmente com veemência, tudo o que as novas autoridades republicanas faziam. Alguns dos filiados recentes – em que se contavam antigos monárquicos, convertidos de fresco à República – eram os discursadores mais acalorados. Ao contrário de Fernandes Costa, que, com o seu temperamento calmo, fazia por ignorar as actividades do Centro, Belisário Pimenta entendia que havia ali gente de "*pouco senso*", convencida que "*aquilo já não era o velho Centro Eleitoral, mas sim uma verdadeira Convenção*". Era sobre ele, na sua condição de Comissário, que recaíam os dissabores que resultavam do aventureirismo ali estimulado.

Por sugestões saídas das exaltadas sessões do Centro, faziam-se assaltos à mão armada, arrombavam-se portas, faziam-se buscas – como aconteceu na Quinta de São Jorge, propriedade de um velho republicano do Porto, na Quinta das Varandas e na da Malavada –,

²²⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 62 e 64 a 66.

²²⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 62 e 67 a 70.

tudo sem qualquer fundamento, mas sempre com o pretexto de se procurarem jesuítas escondidos.²³⁰

Naquelas semanas, em que se viveu numa *atmosfera de suspeição e de balbúrdia*, chegavam constantemente ao Comissariado informações que denotavam preocupação com uma eventual actividade conspirativa de monárquicos. Eles, que não se haviam de resignar à derrota, favorecidos pela *benignidade* do novo regime, pareciam já refazer-se da surpresa. Alguns avisos referiam mesmo o regresso a Portugal, onde permaneceria escondido, do Infante D. Afonso.

Belisário Pimenta sabia que existiam algumas tertúlias monárquicas, mas acreditava que, nessa fase, não haveria conspiração organizada.

Entre as cartas que recebia, contendo denúncias ou simples advertências, vinham também as de Hélder Ribeiro, então um dos *jovens turcos* que rodeavam Correia Barreto, o Ministro da Guerra. Pedia-lhe que vigiasse este ou aquele, gente relacionada com suspeitas que surgiam no ministério.²³¹

Belisário Pimenta, num ou noutro caso, mandava vigiar os denunciados, mas, em geral, os avisos não tinham consistência e as averiguações não alcançavam resultados.

Não podia confiar tais serviços à Judicária – a *polícia da secreta*, como era geralmente conhecida –, constituída por homens vindos da Monarquia e, quase todos, ali colocados por monárquicos influentes. Encarregava das tarefas de vigilância "*certos rapazes considerados republicanos sérios*", gente próxima do Floro Henriques e do Costa Ramos, arregimentada nas *barracas* carbonárias. Mas até estes lhe mereciam algumas reservas: as suas informações pareciam-lhe, muitas vezes, francamente fantasiadas.²³²

No dia 16, ao fim da tarde, Belisário Pimenta foi procurado pelo estudante Félix de Medeiros Horta, com quem se relacionava. Disse-lhe este que, nessa noite ou na manhã seguinte, a *Falange Demagógica* iria deitar umas bombas na Universidade, "*para acabar com aquilo*".

A *Falange Demagógica* era um grupo aguerrido de estudantes anarquistas, em que se destacava Aurélio Quintanilha, açoriano, estudante brilhante, que veio depois a ser um prestigiado homem de ciência. No grupo, sobressaíam também Fernando Lopes, que se tornou num advogado distinto de Coimbra, José Gomes e Eurico Nogueira.

Belisário Pimenta, *intransigente* de 1907, em cujo espírito ressoavam ainda os fragores da *questão académica*, não pôde, num primeiro momento, ocultar alguma simpatia pela projectada acção daqueles estudantes. Mas, retomando logo depois o seu papel de Comissário, pediu pormenores. Ao ouvir que os estudantes escalariam as grades da Porta de Minerva e derramariam petróleo para incendiarem a Biblioteca e a Secretaria, reagiu vivamente. Já se dispunha a procurar o Quintanilha ou o Fernando Lopes, para os dissuadir do seu plano,

²³⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 103 a 105.

²³¹ *Idem, Ibidem*, p. 105.

²³² *Idem, Ibidem*, p. 106.

quando o Horta o tranquilizou, dizendo-lhe que isso era apenas um desejo que não concretizariam, porque o grupo só queria *meter um susto* aos professores da Universidade.

Belisário Pimenta percebeu que o Horta viera sondar-lhe a opinião e comprometeu-o a garantir a supressão da *parte terrorista* do plano e a informá-lo, no dia seguinte, acerca das acções a realizar. Por cautela, chamou o chefe da Judiciária, a quem mandou que fizesse vigiar naquela noite a Porta de Minerva.

Na manhã seguinte, o Félix Horta trouxe-lhe notícias que o descansaram: a *Falange* apenas deitaria algumas bombas de clorato de potássio em qualquer canto da Universidade, a que se seguiriam os protestos dos estudantes, atraídos pelos rebentamentos. Belisário Pimenta, escondendo alguma decepção pela insignificância das projectadas acções estudantis, resolveu passar a tarde a lavar autos no Colégio das Ursulinas, para se afastar da Universidade e deixar mais à-vontade o estudantes que iam protestar.²³³

Pouco depois, comunicavam-lhe que os estudantes se insubordinaram e que o Governador Civil pedia a sua presença na Universidade. Ao passar a Porta Férrea, sossegou: não havia fumo de incêndios, nem cheiro a pólvora de explosões e a Torre continuava no seu lugar. No Pátio, um numeroso grupo de estudantes ouvia as palavras conciliatórias que o Dr. Eduardo Vieira, Governador Civil substituto, lhes dirigia da varanda da Via Latina. Ao ver chegar Belisário Pimenta, o Guarda-Mor correu a dizer-lhe que, nos Gerais, os estudantes andavam a escavar as cátedras das aulas. Foi ver, ainda a tempo de assistir à destruição da última cátedra: "*Ao entrar no pequeno corredor que liga a Via Latina com os Gerais, senti falar numa aula que há à direita de quem entra [...]; da porta, vi o estudante de Direito Hernâni de Magalhães levantar uma moça e, com gesto de rachador, lançá-la contra a cátedra; e o meu espanto foi grande ao ver a cátedra desmoronar-se como castelo de cartas. Realmente aquilo estava tudo muito podre...*"²³⁴

Fingiu que não viu e regressou à Via Latina, para junto de Eduardo Vieira, segredando-lhe que tudo estava já em sossego. Levou-o dali, lembrando-lhe a exclusividade de jurisdição que o *foro académico* representava e que, sem requisição do Reitor, não podiam exercer ali a sua autoridade.

Ao entrar no Comissariado, sorria. Não lhe era possível deixar de ter simpatia pelas "*diabruras dos rapazes*".

O movimento surgira, porque os estudantes não queriam sujeitar-se a exames feitos nos velhos moldes, por lentes comprometidos com o clericalismo e a monarquia. A iniciativa vanguardista da *Falange Académica* pretendia dar expressão simbólica à vontade da academia de arrear a ordem universitária vigente durante a Monarquia.²³⁵

²³³ *Idem, Ibidem*, pp. 75 a 79.

²³⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 81 e 82.

²³⁵ Rui Bebianno, "Coimbra: A luta estudantil e o património identitário da cidade", in *Um Século de Lutas Académicas*, p. 139.

Os jornais de Coimbra, surpreendidos com os acontecimentos na Universidade, revelavam algum embaraço ao noticiá-los. *A Defesa*, bissemanário republicano dirigido por António Leitão, administrador do concelho, qualificou os tumultos como “*obra reaccionária*” e censurou os estudantes neles envolvidos.

Belisário Pimenta pôde ler nos relatórios que tinha sobre a sua mesa de trabalho os pormenores do que ocorrera naquela tarde na Universidade: foram lançadas bombas nos urinóis, ao fundo do corredor da capela; no vestiário dos professores, foi tudo desarrumado e foram levadas algumas borlas doutorais; na Sala dos Capelos, foram dados tiros no retrato de D. Manuel II, que foi também atingido por uma faca, que lhe causou um rasgão na tela; e foram destruídas as cátedras solenes das aulas.

No dia seguinte, o chefe da Judiciária, António Simões, entregou-lhe um ofício que acompanhava uma borla doutoral de Direito e uma faca de cozinha. Dizia tal ofício: “*Incluso envio a V. Exa. uma borla da faculdade de direito e uma faca grande que foram apreendidas no café do Sr. Francisco José da Costa, sito no arco de Almedina, que ali foram dadas a guardar por Armando de Oliveira Bernardes, estudante, morador na Rua dos Sapateiros, e por [...], declarando este Paixão que os estudantes ainda levavam uma outra borla, da faculdade de teologia [...] É quanto tenho a informar V. Exa. para os fins que julgar convenientes [...]*”²³⁶

Um pouco depois, o Simões levar-lhe-ia dois estudantes, o Eurico Nogueira e outro, detidos por terem roubado da Sala dos Capelos a cortina de veludo vermelho que estava por trás da cadeira do Reitor. Guardou a cortina junto da borla e da faca, no armário do seu gabinete, e devolveu os estudantes à liberdade, depois de os interrogar.

O processo policial relativo aos incidentes provocados pela *Falange Demagógica* ficou esquecido numa gaveta do Comissariado. A Universidade mandou reparar os estragos e tudo ficou por aí, sem mais consequências.²³⁷

Logo no dia 18, o dia seguinte ao dos incidentes, o Governo nomeou novo Reitor para a Universidade. Seria o Doutor Manuel de Arriaga, que, acompanhado por António José de Almeida, chegaria a Coimbra, no *rápido* da manhã seguinte, para tomar posse do cargo.

O Comissário foi um dos convivas do *almoço íntimo* oferecido pelo Governador Civil aos visitantes. A presença e a figura de Manuel de Arriaga impressionaram Belisário Pimenta, que deixou assim relatado o seu encontro com o dirigente republicano: “*O Eduardo Vieira apresentou-me ao Dr. Manuel de Arriaga com a frase do costume naquela altura: ‘Foi um perseguido...’. O Dr. Arriaga, que no momento me apertava a mão, pôs a sua esquerda sobre a minha e, com o ar carinhoso e cheio de bondade que lhe era próprio, disse-me: ‘Foi perseguido?... Foi bom... Fica assim com mais amor à Justiça...’. Nunca me esqueci desta frase,*

²³⁶ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, V, Apêndice*, pp. 339 e 340.

²³⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 85 a 88, 93 e 94.

dita com tanta simplicidade e tanta afabilidade. Grande figura de sonhador! Bela alma de apóstolo, tão acima das desprezíveis realidades deste mundo!"²³⁸

António José de Almeida, por sua vez, abraçou Belisário com exuberância, como era do seu feitio. Perguntou-lhe pelo seu tio Albino da Silva, seu velho amigo, e por seu pai, de quem nunca mais se esqueceu desde o 31 de Janeiro. Já à mesa, animou o almoço, contando, com vivacidade e graça, peripécias da Revolução e aludindo à sua política de intransigência para com os inimigos da República. Fechou a conversa, quando se referia à sua posição no contexto do partido, com esta frase: "*E agora, meus amigos, sempre para a esquerda!*".

A Belisário Pimenta pareceu que aquelas palavras de António José de Almeida eram apenas *palavras de efeito*, talvez "*no momento sinceras, mas que o tempo se encarregou, infelizmente de desmentir*". Fernandes Costa e o Dr. Ângelo da Fonseca, que era então o presidente da Junta Geral, aplaudiram-nas, aparentemente por as não terem avaliado bem ou "*por simples aquiescência passageira*".²³⁹

Na sessão de tomada de posse de Manuel de Arriaga como Reitor, falaram António José de Almeida e o empossado. "*Os discursos dos dois velhos propagandistas reboaram como heresias por aquelas paredes solenes da sala dos capelos e pelos quadros dos senhores reis, mas agradaram*".²⁴⁰

No dia 24, a Universidade reabriu. Rompendo com a velha tradição, os professores vestiam civilmente e a maior parte dos estudantes apresentavam-se *à futrica*.²⁴¹

Num dos primeiros dias de Novembro, tomou posse como Governador Civil o Dr. Cerqueira Coimbra. Fernandes Costa deixara o cargo para assumir responsabilidades de direcção na Junta de Crédito Público.

António Cerqueira Coimbra era um velho republicano, que, por causa desta sua qualidade, fora demitido do cargo de Secretário da Universidade, em 1896 ou 1897, no tempo da ditadura do Gabinete Hintze-Franco. Era homem sério, cordato e conciliador, mas de vontade frouxa. O vereador da Câmara de Coimbra, Manuel Augusto Rodrigues da Silva, que lhe valera nos tempos que se seguiram à sua demissão e com quem se relacionava como se fosse da família, e o Doutor Ângelo da Fonseca exerciam sobre ele decisiva influência.²⁴²

Terminada a cerimónia da tomada de posse do novo Governador Civil, Belisário Pimenta apresentou-lhe o seu pedido de demissão.

Já há algum tempo que só esperava uma *oportunidade decente* para abandonar o cargo de Comissário da Polícia. Não o fizera até então, porque prometera a Fernandes Costa manter-se no lugar até estar resolvido o problema dos conventos e queria cumprir, o mais honradamente

²³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 89.

²³⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 86 e 88 a 91.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 93.

²⁴¹ *Idem, Ibidem*, p. 94.

²⁴² *Idem, Ibidem*, pp. 110 e 111.

possível, essa promessa. Com tal problema resolvido, as razões para a sua permanência no cargo haviam caducado.

Belisário Pimenta percebia que a sua presença no Comissariado se vinha tornando pouco desejada por alguns republicanos: não apreciavam os seus critérios ou a sua *falta de maleabilidade* em alguns casos. Já havia quem dissesse que ele “*não era o Comissário com que haviam sonhado*”. Dizia-se em surdina que Floro Henriques, apoiado num grupo de *revolucionários insofridos*, tinha pretensões ao lugar.²⁴³

Cerqueira Coimbra, surpreendido pelo pedido de demissão, pediu-lhe para continuar a exercer as funções até ter tempo para pensar numa nova solução.

O Governador Civil nunca mais lhe falou no assunto e Belisário continuou, apesar de se vir tornando cada vez mais penoso para si o exercício do cargo.

Os rumores acerca do seu desempenho e acerca da iminência da sua demissão do cargo avolumavam-se. Os jornais republicanos locais, particularmente *O Povo de Santa Clara e A Defesa*, não desperdiçavam oportunidades para fazerem alusões pouco agradáveis, ainda que vagas e subtis, ao trabalho do Comissário.²⁴⁴

Sentindo-se incapaz de suportar por muito mais tempo a situação, pediu formalmente a sua exoneração ao Governador Civil, em carta datada de 21 de Novembro. Sustentava assim o seu pedido: “[...] *Esta minha resolução funda-se no desgosto que eu sei estar causando à população republicana a forma de eu proceder no meu cargo [...] Somente os meus princípios democráticos, de que não abdicó, me levam a sair deste lugar – pois que teria de os falsear se mais um dia me conservasse em oposição àqueles que, a bem dizer, me elegeram quando no dia 6 de Outubro se proclamou a República em Coimbra.*”

No mesmo dia, participou ao presidente da Comissão Municipal Republicana que tinha pedido a sua demissão do cargo de Comissário da Polícia. Num tom visivelmente magoado, escrevia: “[...] *Assim, não só acedo aos desejos da população republicana de Coimbra, como também liquido dúvidas acerca do meu procedimento oficial, que é já assunto de conversas por vezes malévolas e injustas. [...] Não contava que a minha pessoa [...] fosse objecto de discussão nas reuniões das comissões republicanas, pois sempre contei que os meus correligionários me prevenissem a tempo de eu não chegar a ser censurado.*”

Por dever de cortesia, já uns dias antes tinha enviado uma carta a Fernandes Costa, para justificar o pedido de exoneração que ia apresentar, de que se transcreve um trecho: “[...] *vejo-me obrigado a ir embora, antes que a tal vox populi [a mesma que correu em 6 de Outubro, anunciando que ele seria nomeado Comissário] me ponha fora. E com motivos: eu não encontrei conspiração alguma, nas buscas realizadas, que fornecesse talassas para a cadeia ou até, quem sabe, para a forca; eu não mandei prender todo e qualquer indivíduo que coerentemente manifestasse desagrado à República [...]; eu lançava baldes de água fria sobre*

²⁴³ *Idem, Ibidem*, pp. 95 e 99 a 101.

²⁴⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 124 e 127.

*a chama ardente do entusiasmo jacobino. [...] julgo do meu dever ir embora. [...] É um lugar sobre o qual caem as mais violentas e desencontradas opiniões, de forma que é de um equilíbrio, se não impossível, pelo menos difícil como todos os diabos. [...].*²⁴⁵

Mas o Governador Civil reteve-o no cargo até 19 de Dezembro, dia em que ele, finalmente, deixou de ser o Comissário da Polícia. Substituiu-o Floro Henriques.²⁴⁶

Quase cinquenta anos depois, Belisário Pimenta recordava ainda o estado de espírito com que abandonara, naquele dia, o Governo Civil: sentia um grande alívio, mas vinha de *alma acabrunhada*. Saíra ferido na sua boa-fé, magoado e com desejo de *renunciar a tudo o que fosse evidência, de desaparecer*, de isolar-se e, tal como o seu querido Herculano, meter-se no seu *Vale de Lobos*.

Nos seus apontamentos de 1958, tirava daqueles setenta dias de autoridade policial esta conclusão: “[...] *fiquei conhecendo alguma coisa que não conhecia e que os homens apareceram-me debaixo de aspectos que também não conhecia nem imaginava. [...] A maldade dos homens, a má-fé, as ambições, andaram um pouco à solta naquele período que, à vista desarmada, só parecia de entusiasmo.*”

Restava-lhe saber ter a *generosidade de esquecer*.²⁴⁷

•

²⁴⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 128 a 133.

²⁴⁶ *Idem, Ibidem*, pp.153 a155 e 348. Floro Henriques, que era Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (foi-o desde 6 de Outubro de 1910 até ao fim do mandato presidido por António Augusto Gonçalves, em 31 de Dezembro de 1913) e secretário da então demissionária Comissão Municipal Republicana, tomou posse, no dia 19 de Dezembro, dos cargos de Comissário da Polícia e de Administrador do Concelho (neste, em substituição de Nogueira Lobo).

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 158, 161, 165 e 169.

A conspiração restauracionista. A Liga Militar Republicana. As eleições em Coimbra para a Assembleia Constituinte.

Na viragem do ano, Belisário Pimenta sentia-se um vencido. Não procurava os amigos, deixou de ir à Baixa e não aparecia nas reuniões do *Comité Revolucionário*. Chegou a pensar em renunciar ao malhete de Venerável da Loja Portugal, a sua loja maçónica.

Em Ordem do Exército de fins de Dezembro, foi transferido para o Regimento de Infantaria n.º 23, onde se apresentou em 10 de Janeiro.

Estranhou o modo efusivo como quase todos os oficiais do Regimento saudaram o seu regresso ao casarão do velho Colégio da Graça. Confundia-o tanta adesão rápida ao novo regime: “[...] *aquela canalha agaloada [...] como era toda festas para mim.*”

Mas ficara logo com a impressão de que, no quartel, a atmosfera era já outra. O Coronel Rego Chagas dava ao comando uma feição democrática, falava-se livremente e desaparecera o clima pesado de desconfiança e de intriga de outros tempos.²⁴⁸

Em contraponto, lá fora, na cidade, tendia a adensar-se o ambiente de intranquilidade e de suspeição. Acreditava-se que os monárquicos se recompunham já e temia-se pela organização de focos de conspiração contra a República. Os reaccionários afluíam, cada vez em maior número, aos seus locais de tertúlia, de onde irradiavam boatos e infâmias.

O assalto, em Lisboa, aos jornais realistas *Correio da Manhã*, *Liberal* e *Diário Ilustrado*, veio inspirar os liberais de Coimbra a agirem contra a *infame talassaria* e a porem fim àqueles *lugares de infecção*.

Na noite de 13 de Janeiro, uma discussão mais acalorada à porta da *Havaneza* foi o rastilho que fez com que se juntasse em poucos minutos uma multidão na Calçada. Ao primeiro grito de “*abaixo os traidores*”, desencadeou-se uma tempestade, que acabou por pôr em fuga os *talassas* e obrigou os donos dos estabelecimentos onde eles se reuniam a fecharem as portas.

A multidão que se aglomerara transformou-se numa onda, de onde saía um *intenso vivório*, e que, daí a pouco, corria a Rua da Sofia, em direcção ao Regimento de Infantaria.

Belisário Pimenta, que, naquela noite, com o Capitão Manuel Teixeira de Moraes, estava de serviço no quartel, ouvia com agrado o crescente ribombar da manifestação, que, pelos *vivas* à liberdade e à República e pelos *morras* à reacção e aos traidores, lhe parecia “*retintamente vermelha*”.

Em frente do quartel, a manifestação parou, gritando “*vivas ao exército revolucionário*”. Os dois oficiais desceram à Porta de Armas. Belisário Pimenta pôde ver, então, entre os manifestantes, Francisco da Fonseca, o carbonário de Santa Clara, a quem pediu informações sobre o que se passava, antes de dirigir à multidão palavras tranquilizadoras quanto à fidelidade à República dos militares do Regimento.²⁴⁹

²⁴⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 165, 166, 168 e 169.

²⁴⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 171 a 174.

Nessa mesma semana, uma manifestação de republicanos ameaçara o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), cuja sede seria, pouco depois, em 1 de Fevereiro, invadida por populares e encerrada.²⁵⁰

Uns dias antes, em 23 de Dezembro, Belisário Pimenta recebera uma *circular impressa* com nota de confidencialidade, não assinada e apenas com a indicação de um nome e de um endereço para resposta.

O texto recebido começava assim: “*No actual momento histórico, em que republicanos da última hora podem trazer perturbações para o nosso país e talvez a absorção dos antigos liberais, torna-se necessário que estes velhos elementos não descansem, antes continuem numa propaganda activa e eficaz. Nestas condições foi resolvido organizar-se no Norte um núcleo de velhos republicanos militares, que pelas suas ideias desejem continuar a lutar até final e definitiva consolidação do actual regime.*”

O destinatário da *circular* era convidado para ser delegado local da organização em constituição.²⁵¹

Ao pedir melhor esclarecimento acerca da iniciativa, Belisário Pimenta adiantava que se disponibilizaria para trabalhar no que tivesse por fim “*combater a reacção ou auxiliar a consolidação da República*”.

A resposta, assinada pelo Capitão de Artilharia José Tristão Pais de Figueiredo, a prestar serviço no Porto e que Belisário conhecia como *republicano antigo e homem sério*, informava que o movimento partia de um grupo de oficiais, velhos republicanos, e tinha por propósito “*republicanizar o Norte do país*” e “*estudar com atenção o valor das adesões de camaradas*”. Para tanto, pretendia criar uma organização que se estendesse por todo o Norte, *aquém Mondego*, cujos trabalhos deveriam ser conduzidos *secretamente*.

Belisário Pimenta aderiu imediatamente ao movimento. Pelo teor da sua resposta, datada de 31 de Dezembro, percebe-se que o objectivo – tão ambicioso, quanto ingénuo – de republicanizar o Norte do país não foi por ele tomado à letra. Preocupavam-no, sim, as adesões apressadas: “*É realmente necessário o trabalho que querem empreender, pois que o facto de a maioria dos oficiais ter aceitado o regime não quis dizer que o passou a servir com amor. Estou pois ao vosso dispor [...]*”²⁵²

Segundo as suas bases estatutárias²⁵³, só poderiam ser sócios da *Liga Militar Republicana* – denominação adoptada pela nova associação – “*os oficiais conhecidos como republicanos antes da implantação do novo regime; os oficiais que, não tendo feito nunca profissão de fé republicana antes de 5 de Outubro, dêem provas de virem a ser fiéis servidores da República;*

²⁵⁰ Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra – Roteiros Republicanos*, pp. 36 e 37; Manuel Braga da Cruz, *in O CADC - Um Século de História*. O CADC, com nova direcção, formada por Salazar, Gonçalves Cerejeira e Pacheco de Amorim, foi reactivado em Maio de 1912.

²⁵¹ O documento está inserido entre as páginas 174 e 175 de *Diário ao Correr da Pena, V*.

²⁵² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, V*, pp. 176 a 178.

²⁵³ O documento que as contém, intitulado “Liga Militar Republicana – Bases da sua organização”, foi enviado a Belisário Pimenta em 7 de Janeiro de 1911. Está inserido entre as páginas 178 e 179 de *Diário ao Correr da Pena, V*.

os oficiais cuja integridade moral não possa ser posta em dúvida.” Tinha como escopo “*defender as instituições republicanas*” procurando, para cumprir tal intento, “*dirigir uma propaganda activa e enérgica a favor da República; promover a colocação de oficiais de confiança em lugares de responsabilidade e adoptar todas as medidas tendentes a evitar deslocações injustificadas; [...] e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições militares.*”

A primeira iniciativa projectada pelas comissões paroquiais e municipal do Porto da *Liga* foi a organização de “*uma excursão a Lisboa de todo o povo republicano ao Norte do Mondego, para cumprimentar o Governo Provisório da República*”, que incluísse uma delegação, “*tão numerosa quanto possível*” de cada uma das unidades militares da área. Esta desmedida iniciativa, a que os oficiais nos quartéis não deram acolhimento, viria naturalmente a cair, sem que mais se falasse nela.

Belisário Pimenta, depois de reunir os oficiais *republicanos históricos* do R. I. n.º 23 e de obter deles a imediata adesão à *Liga*, pôde comunicar aos dirigentes da organização que a delegação de Coimbra estava em condições de trabalhar. O seu núcleo inicial contava, para além de Belisário Pimenta, com o Major José Silva Bandeira, o Capitão Alfredo Duarte da Cruz, o Tenente Jorge Correia de Almeida, o Tenente José Maria de Sousa Nápoles, o Alferes Carlos Mascarenhas Gomes e o Alferes (e Poeta com obra publicada) Augusto Casimiro dos Santos – todos com notáveis currículos republicanos.²⁵⁴ Foi depois alargado ao Coronel António Fernando Rego Chagas, Comandante do Regimento, ao Major Joaquim Maria Ferreira, ao Capitão Domingos da Ponte e Sousa, ao Alferes Orlando Quaresma de Paiva e ao Aspirante Germano Roque dos Santos – o que constituía uma evidente demonstração da preponderância dos oficiais republicanos no Regimento de Coimbra.²⁵⁵

A articulação da delegação de Coimbra da *Liga Militar Republicana* com os grupos civis estava assegurada pela presença de alguns destes oficiais na estrutura da Carbonária *profanamente* designada por *Comité Revolucionário de Coimbra*, de que aqueles grupos eram dependentes.²⁵⁶

Nos relatórios enviados para o Porto, fazia-se referência à participação de oficiais do Regimento, particularmente de Belisário Pimenta e de Augusto Casimiro, em comícios de propaganda republicana em povoações do distrito de Coimbra que tinham fama de serem *feudos franquistas*, como Pampilhosa da Serra e Góis.²⁵⁷

Em Março, a L.M.R. anunciava aos seus associados que contava com o apoio do Directório do Partido Republicano e o reconhecimento do Governo Provisório. Também celebrara um acordo com a sua congénere do Sul do País, a *Associação Militar de Lisboa*, em que se destacava o Capitão Afonso Pala.²⁵⁸

²⁵⁴ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, pp. 181 a 184.

²⁵⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 187 a 190.

²⁵⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 181 e 188.

²⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 191 e *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 4 a 9.

²⁵⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 202, 203, 206 e 216.

Durante os meses em que a *Liga* se manteve activa, Belisário Pimenta registou uma intensa troca de correspondência entre a sua direcção e a delegação de Coimbra. Ela referia-se predominantemente a pedidos recíprocos de vigilância sobre indivíduos, cujas condutas pareciam indiciar trabalho de aliciamento de oficiais do Exército contra a República ou de ligação entre militares reaccionários de diferentes guarnições²⁵⁹. Ocorriam também alertas de carácter mais genérico, fundados em rumores, segundo os quais se preparava este ou aquele movimento insurreccional²⁶⁰.

Eram ainda matéria de relatório as preocupações que advinham de serem mantidos em funções de alguma relevância militar oficiais de extracção reaccionária. A delegação de Coimbra não se cansava de chamar a atenção sobre o Quartel-General da 5ª Divisão, onde, desde o Comandante da Divisão, o General Silva Monteiro, passando pelo seu Ajudante-de-Campo, o Capitão de Cavalaria Álvaro Pimenta da Gama – *reaccionários confessos* e suspeitos de darem encobrimento a acções de conspiração –, até ao último dos oficiais, todos se mantinham nos mesmos cargos que já ocupavam antes de 5 de Outubro.²⁶¹

As informações e os pedidos de vigilância, que chegavam à delegação de Coimbra da *Liga*, eram passados à *Portugália*, a Carbonária autónoma de Coimbra, que se revelava incansável na execução das tarefas solicitadas.

Por carta dirigida à direcção central da L.M.R., datada de 23 de Março de 1911, cujo teor fora deliberado na sua reunião da véspera, a delegação referia-se com apreço à actividade da Carbonária de Coimbra: "*Quanto às supostas conspirações, as associações carbonárias têm tido uma rigorosa vigilância sobre a cidade e arredores de modo que tudo tem sido vigiado convenientemente. [...] Estamos plenamente confiados naqueles grupos civis, que têm verdadeira dedicação.*"²⁶²

Mas, apenas uns dias antes, em carta pessoal para o Tenente Hélder Ribeiro, seu antigo condiscípulo e uns dos *jovens turcos* do Ministério da Guerra, Belisário Pimenta, não regateando os méritos do trabalho da Carbonária conimbricense, oferecia sobre ele algumas reservas: "*É certo que é bom ter sempre vigilância rigorosa e isso se tem mantido pela Carbonária, lá fora e dentro do regimento – mas o que também é certo é que os elementos que essa vigilância nos dá são insuficientes, alguns pueris e outros, queres crê-lo?, ridículos até. [...] Há no comité carbonário cabeças excelentes mas algo lunáticas e que, em qualquer embuçado, fora de horas, que se resgarde do frio, vêem um conspirador.*"²⁶³

Os oficiais republicanos de Infantaria 23, se consideravam então o seu Regimento *limpo de suspeição*, entendiam que tal não se devia apenas à sua influência entre os oficiais, mas

²⁵⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 191 e 193.

²⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 204.

²⁶¹ *Idem, Ibidem*, pp. 194 a 197 e 210.

²⁶² *Idem, Ibidem*, p. 206.

²⁶³ *Idem, Ibidem*, pp. 243 e 244.

decorria também do trabalho aturado da Carbonária, que nele mantinha uma rede, que abrangia “*uma grande maioria de sargentos e muitos cabos e soldados*”.²⁶⁴

O crescendo de sinais de conspiração restauracionista e o défice de confiança na lealdade à República de muitos oficiais do Exército, por um lado, e a debilitação do domínio sobre as estruturas locais do aparelho do Partido Republicano por parte dos velhos activistas, provocada pela admissão de *conversos*, por outro lado, estimularam um novo fôlego do carbonarismo, agora reorientado para o objectivo de consolidação da República. Nos locais em que a Carbonária não tinha tradição ou presença assinalável, os mais inconformados militantes republicanos promoveram a criação de núcleos de vigilância e defesa do regime, que ficaram conhecidos como os *Batalhões de Voluntários da República*.²⁶⁵

Em Coimbra, mantinha-se activa, depois de remodelada na sua estruturação, a *Carbonária Autónoma Portuguesa*, dedicada às tarefas de defesa da República.²⁶⁶

Especialmente a partir de meados de Março, adensou-se o clima de suspeição. Corriam rumores sobre a preparação de levantamentos no Norte do País. Para além do Quartel-General de Coimbra e da Guarda Republicana do Porto, algumas guarnições militares do Norte – Braga, Guimarães e Viana do Castelo – pareciam justificar as apreensões dos oficiais republicanos.

Em 14 de Março, chegava a Coimbra uma nota confidencial da comissão executiva da *Liga* com o seguinte teor: “*Tendo constado à L.M.R. de fonte segura que elementos reaccionários preparam para breve uma insurreição no norte do país, rogamos que, com a urgência possível, nos envieis relatório circunstanciado do que sucede na área da vossa delegação [...]*”.

Em Coimbra, nada se apurara, então, que pudesse confirmar a ligação de militares da guarnição àquela movimentação reaccionária. Mas, por cautela, passaram a pernoitar no quartel três ou quatro oficiais republicanos e foi infiltrado um homem de confiança num círculo de conspiração da cidade.²⁶⁷

Belisário Pimenta, apesar do seu cepticismo quanto ao rigor das informações recebidas, sobretudo quando provinham das organizações civis, não duvidava de que a conspiração monárquica estaria já em fase adiantada e de que ela poderia contar com apoio significativo entre os militares. Quase cinquenta anos depois, em 1959, quando alinhava os apontamentos da época que guardara e reflectia sobre eles, mantinha a avaliação pessimista que, ao tempo, fazia dos oficiais do Exército. Parecia-lhe justificada “*toda aquela catadupa de suspeitas*” : “*Passado o susto dos primeiros tempos do novo regime, não há dúvida de que os monárquicos formaram barreira para o desacreditar e enfraquecer; e a verdade tem que se dizer: pouco*

²⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 206.

²⁶⁵ Manuel Borges Grainha, in *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, p. 141; David Ferreira, in *História Política da Primeira República Portuguesa*, I Volume (1910-1915), II Parte, pp. 14 e 15; Vasco Pulido Valente, in *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, pp. 177 e 178.

²⁶⁶ “A Carbonária de Coimbra”, in *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, pp. 183 a 185.

²⁶⁷ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, p. 221.

mais ou menos 80% do exército não gostou da mudança e nos 20% que aparecia como defensor, havia muito safardana que, aparentando de republicano, só prejudicava a República. E, amargamente o digo: foram esses safardanas em regra os mais acarinhados pelos altos poderes."²⁶⁸

A sua convicção quanto ao perigo que, para o regime, vinha do interior da instituição castrense era partilhada pelos seus camaradas da delegação de Coimbra da *Liga Militar Republicana*. Na sua reunião de 22 de Março, a delegação aprovou uma moção – cuja doutrina viria a ser sufragada pela *Liga*, na sua assembleia geral do dia 31 seguinte – em que se pedia ao Governo a adopção de medidas de força contra os oficiais envolvidos na conspiração monárquica: “[...] *atendendo a que a nossa classe tem elementos que apoiam as pretensões reaccionárias, como se tem visto pelas conspirações descobertas ultimamente; E atendendo ainda a que, embora não possam traduzir-se essas pretensões em resultados concretos, trazem a incerteza a criaturas indiferentes ou de espírito tímido, prejudicando assim a marcha normal da República; A delegação de Coimbra da L.M.R., por unanimidade, propõe que se faça saber ao Governo da República que é necessário um exemplo severíssimo a bem dos interesses superiores da Nação e que a mesma delegação dá todo o apoio moral e material a qualquer medida de força nesse sentido que o mesmo Governo haja por bem fazer.*”²⁶⁹

Esta convicção dos oficiais republicanos de Coimbra – de que a força real da conspiração monárquica estava no seio do Exército – antecipava-se em mais de um ano às conclusões a que chegaria Américo Olavo, o *jovem turco* enviado ao Norte, à 8ª Divisão, sediada em Braga, para analisar o quadro da situação militar em que decorreu a segunda incursão monárquica: “*Aqui é que eu vejo bem que a força do Couceiro não estava nos sujeitos que entraram a fronteira. A força estava cá.*”²⁷⁰

No mês de Abril de 1911, o ritmo da troca de correspondência entre a *Liga* e a delegação de Coimbra aumentou, chegando a ser quase diário. Algumas das notas trocadas seguiam cifradas. Outras quase não tinham conteúdo útil: “*Acerca do que mandámos dizer, nada mais se apurou.*” Era evidente o nervosismo que se instalara entre aqueles militares republicanos.

No dia 11, a delegação de Coimbra enviava à direcção da *Liga* uma comunicação em cifra, assinada por Belisário Pimenta, relatando factos que indiciavam a ligação do chefe de estado-maior do Quartel-General de Coimbra à conspiração monárquica: “*Absoluta certeza Paiva Couceiro enviou proclamação manuscrita chefe do estado-maior, que reproduziu exemplares máquina escrever e distribuiu carta fechada. Veja se no Porto aconteceria mesmo. Por ora segredo completo.*”²⁷¹

²⁶⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 222 e 223.

²⁶⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 207 a 209 e 217.

²⁷⁰ Carta escrita por Américo Olavo a Sá Cardoso, em Agosto (?) de 1912, *apud* Miguel Dias Santos, *in A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, p. 83.

²⁷¹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, p. 219.

A delegação da L.M.R. informou dos manejos do chefe de estado-maior do Quartel-General o Ministro da Guerra, que revelou o seu propósito de o substituir e de mandar uma sindicância à Divisão.

Persistindo os rumores de que estaria marcado um dia próximo para "*levantamentos perturbadores no norte do país*", os oficiais da delegação deram indicação à Carbonária para redobrar a vigilância sobre civis e militares suspeitos.

A aproximação da data de publicação da lei da separação da Igreja do Estado viria a constituir um novo factor de tensão, contribuindo para tornar ainda mais cerrado o ambiente.²⁷²

Em 19 de Maio, um novo alerta acerca das movimentações insurreccionais dos monárquicos foi enviado pela comissão executiva da L.M.R.: "*Informam que o Ministério da Guerra está prevendo que entre vinte e eleições rebentará revolução norte Mondego. O ponto de concentração é Caminha. Informes de outra origem dão como provável ataque a Valença por elementos vindos fronteira espanhola. Queira tomar precauções e informar urgentemente.*"

Belisário Pimenta, em nome da delegação de Coimbra, respondia assim: "*Agradecemos as informações. Algumas coisas sabíamos e por elas tomámos as necessárias precauções no regimento, no qual confiamos plenamente. Na cidade, os carbonários vigiam incessantemente; e com as prisões efectuadas há dias parece ter-se averiguado alguma coisa. O caso das baterias da Figueira é caso liquidado. A intervenção no movimento das mesmas residia apenas na fantasia do capitão Luís Augusto Ferreira, que a esta hora deve estar a seguro. [...]*"²⁷³

Entre os seus papéis da época, Belisário Pimenta encontrou cópia de um telegrama datado de 18 de Maio, enviado à agência noticiosa *Havas* por um remetente que não pôde identificar, que informava acerca da prisão de vários *conspirantes*: "*Auxiliados pela polícia, carbonários prenderam esta madrugada como conspirantes Dr. Fortunato Almeida, professor de liceu, Pompeu Moreira, farmacêutico, José Adelino Costa Pinto, comerciante, António Maria, cabo de polícia n.º 7, José Peixoto, polícia n.º 13, José Ramos, estudante, Aníbal Costa Alemão, sem profissão, alguns estudantes militares, Drs. Bettencourt e Vaz Serra. Reclusos estão incomunicáveis na Penitenciária. Carbonária andava-lhe já há dias no encalço e há mais de oito dias que a Penitenciária estava preparada para os receber. Continuam a efectuar-se prisões. Parece haver alguns padres envolvidos na conspirata. Foram apreendidos documentos. (a) Matos.*"

Belisário Pimenta, em 1959, não tinha já memória acerca dos detalhes relativos a este episódio e não pôde encontrar outros documentos que pudessem confirmar o teor do telegrama. Por isso – e também por temer que ele pudesse ser peça da campanha de descrédito do regime, organizada por sectores monárquicos e direccionada para os órgãos de comunicação estrangeiros –, exprimiu reservas quanto à sua fidedignidade. Lembra-se apenas que tinham

²⁷² *Idem, Ibidem*, pp. 219 e 220.

²⁷³ *Idem, Ibidem*, pp. 224 e 225. O Capitão Luís Augusto Ferreira, depois de sindicância dirigida pelo Coronel Rego Chagas, foi demitido do Exército (*Idem, Ibidem*, p. 271).

sido feitas, então, prisões, algumas delas “*escusadamente*”, mas não podia garantir que tivessem sido aquelas que o telegrama referia.²⁷⁴

Num dos primeiros dias de Abril, Álvaro de Castro, um dos mais proeminentes *jovens turcos*, teve uma longa conversa com Belisário Pimenta, em que procurou incentivá-lo a candidatar-se a deputado à Assembleia Constituinte. Argumentava com a necessidade de terem assento na Assembleia alguns militares “*que defendessem a política do Ministério da Guerra e mantivessem a [sua] linha avançada*”.²⁷⁵

Nos dias seguintes, recebeu idêntico incentivo de Miranda de Corvo, dos velhos republicanos Manuel Ferreira Batalhão e Calixto Mendes, que acabariam por *empurrá-lo* para a candidatura, fazendo publicar no *Diário Popular*, no *Diário de Notícias* e em *O Século* notas que davam como certa a sua *proposta* a deputado.

Os amigos de Miranda do Corvo diziam-lhe que, no concelho, a sua eleição era garantida. O administrador do concelho da Lousã, José Cardoso, prometeu falar no seu nome na reunião da comissão municipal. O Augusto Casimiro, mais entusiasmado com a candidatura de Belisário do que ele próprio, escreveu a João Pessoa, presidente da comissão de Cantanhede. Gente das comissões paroquiais de Coimbra manifestou-lhe apoio. O Francisco Fonseca, velho carbonário, antecipava a aprovação do seu nome em Santa Clara e dizia a Belisário: “*O Senhor há-de ser sempre o nosso homem!*”. Os oficiais republicanos do Regimento aplaudiram a ideia, disponibilizando-se alguns deles para trabalharem na candidatura. O Floro Henriques deu-lhe ânimo. O jornal *O Sargento* rejubilava com a *grata notícia*.

Dos cinco concelhos que compunham o círculo eleitoral – Miranda do Corvo, Cantanhede, Lousã, Mira e Coimbra – Belisário Pimenta só não obtivera, logo à partida, apoios em Mira.

Se já não tinha margem para hesitações, a carta que recebeu de Álvaro de Castro, a 27 de Abril, acabou-lhe com as últimas resistências: “[...] *É preciso que defendas a tua candidatura. Não é uma questão de vaidade (não te iludas), é uma questão de interesse político nacional. A abdicação, nesta altura, ou a renúncia, é um crime.*”

Belisário leu a carta e concluiu, com ironia: “*Que diabo! Um homem não é de ferro e eu comecei a ver que realmente as Constituintes, sem mim, seriam uma coisa banal, uma coisa quase morta...*”.²⁷⁶

A lei eleitoral de 14 de Março de 1911 abandonava a promessa do sufrágio universal do tempo da propaganda e mantinha o essencial da *ignóbil porcaria* de Hintze Ribeiro, incluindo os círculos plurinominais, que o P.R.P. havia outrora condenado. Os dirigentes republicanos temiam o peso das massas rurais e a influência dos caciques e dos padres.

²⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 226 a 228.

²⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 250.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 249 a 262.

A lei atribuiu capacidade eleitoral activa apenas aos cidadãos maiores de 21 anos e alfabetizados ou que, não o sendo, fossem chefes de família há mais de um ano.

Os militantes republicanos analfabetos foram surpreendidos e sentiram-se insultados. Por eles, falou Sampaio Bruno, que, imitando o que dissera Alexandre Herculano por ocasião da primeira lei eleitoral da Regeneração, lembrou que ninguém pedira o certificado da instrução primária aos “*que tinham ido morrer à Rua de Santo António e à Rotunda*”.

Alguns sectores do Partido Republicano receberam mal a lei eleitoral e a imprensa radical, incluindo, num primeiro tempo, *O Mundo*, deu-lhes voz na crítica a António José de Almeida, a quem cabia a responsabilidade daquela lei.²⁷⁷

Em Coimbra, onde não se temia a concorrência monárquica no terreno eleitoral, foram as próprias instâncias partidárias que reagiram, fazendo publicar, de imediato, um comunicado que manifestava o seu desagrado com a lei.²⁷⁸

No dia 1 de Maio, Álvaro de Castro, de passagem por Coimbra, aconselhou Belisário Pimenta a dar atenção à propaganda da sua candidatura, pois no Ministério do Interior tramava-se alguma coisa sobre a lista de candidatos por Coimbra.

Umhas horas depois, procurava-o Jaime Cortesão, que consigo queria entrar em *combinações políticas*. Apresentou-lhe um projecto, que preparara com Pires de Carvalho, de formação de listas independentes, compostas por *homens de carácter, dispostos a irem às Constituintes, trabalhando pelo radicalismo, contra o conservantismo*, tudo assente na “*união leal e forte de alguns bons republicanos radicais decididos à luta pela pureza da República e pela superioridade dos princípios*”. Concretizando: ele, Jaime Cortesão, concorreria pelo círculo da Figueira da Foz; Pires de Carvalho, Ramada Curto e Belisário, que traria o apoio de Miranda do Corvo, formariam uma lista *radical* em Coimbra, para se opor a uma lista provável em que entrasse Ângelo da Fonseca.

“*Maldito encontro!*” – escreveria Belisário Pimenta, com algum azedume, nos dias que se seguiram às eleições. “*Eu confesso que não percebi bem [o alcance da proposta de Jaime Cortesão]; percebo-o agora, depois de ter sido comido. [...] E eu, apesar dos meus 31 anos, lá fui, como um qualquer moço de vinte anos, arrastado na música bela que me ia tocando o poeta-anarquista, [...] que nessa altura me apareceu como os diabos de mágica, prontos a seduzir os incautos.*”²⁷⁹

Poucos dias depois, Ângelo da Fonseca convocou para sua casa os presidentes das comissões municipais eleitorais, os administradores dos concelhos do círculo (com exclusão do de Coimbra, que era Floro Henriques) e o Governador Civil. Dessa reunião, sairia uma lista candidata às

²⁷⁷ António José Telo, in *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, pp. 162 e 163; José Adelino Maltez, in *Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, vol. II, pp.183 e 184; Vasco Pulido Valente, in *O Poder e o Povo*, pp. 179 a 182.

²⁷⁸ O “Comunicado do Partido Republicano de Coimbra” foi publicado na edição de 15 de Março de 1911 de *O Mundo* (*apud* Vasco Pulido Valente, in *O Poder e o Povo*, p. 180 e nota 75.)

²⁷⁹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, pp. 262 a 267.

eleições, com uma composição surpreendente: Ângelo Rodrigues da Fonseca, António Cândido d'Almeida Leitão, Belisário Pimenta e Jaime Zuzarte Cortesão.

A notícia da existência de tal lista e do modo como nasceu causou indignação nos meios republicanos da cidade. Chamaram-lhe a "*lista dos conselheiros*" e a má vontade que suscitou não deixava de atingir, por nela estar incluído, Belisário Pimenta.

O procedimento usado por Ângelo da Fonseca desprezava as recomendações do Governo, segundo as quais os Governadores Cívicos e os Administradores de Concelho não deviam interferir com os actos eleitorais. E violara a lei eleitoral, porque, determinando esta que as comissões paroquiais escolheriam, por votação, os candidatos e levariam, depois, as suas propostas às comissões distritais, no caso, a lista fora elaborada, na reunião em casa de Ângelo da Fonseca, pela comissão distrital, que se limitou a ouvir os presidentes das comissões paroquiais.

Belisário Pimenta decidiu não aceitar a inclusão do seu nome naquela lista e ansiava por oportunidade para publicamente afirmar que era estranho à sua formação. "*Tudo serei, menos conselheiro*", dizia.²⁸⁰

Veio mais tarde a saber que Ângelo da Fonseca incluía o seu nome na lista por ter a convicção de que Belisário era *almeidista*. E, interpelando Jaime Cortesão, que antes lhe declarara que seria candidato pelo círculo da Figueira da Foz, acerca da sua surpreendente inclusão naquela lista de Coimbra, ficou a saber que a alteração se devera a diligências de Pires de Carvalho e do próprio Cortesão, que, numa nova avaliação, julgaram que este último teria assim mais facilmente garantida a eleição. Belisário Pimenta reagiu com aspereza, indignado pela quebra da combinação que entre eles existia. Feriu o "*orgulho intolerável*" que seria o de Jaime Cortesão e, com isso, comprometeu definitivamente o bom relacionamento entre ambos.²⁸¹

O acordo, feito em nome da *união leal e forte* dos que prezavam a *superioridade dos princípios*, parecia desfeito, tanto mais que também Ramada Curto mudara de ideias e rumara à Covilhã, por onde se candidataria.

Aquela sua última conversa com Jaime Cortesão ocorreu quando, no dia 8 de Maio, este procurou Belisário Pimenta no quartel, para lhe mostrar a cópia do telegrama que Ângelo da Fonseca acabara de enviar para todos os presidentes das comissões municipais e administradores de concelhos. Nele, começava por dizer-se: "*É indispensável alterar lista Coimbra, ficando Ângelo, Francisco Vilaça, Dr. Leão Azedo, António Leitão. Conveniências políticas exigem esta modificação*". E, mais adiante, referia-se que o nome de Belisário fora transferido para a lista do círculo de Arganil.

Só esta última parte surpreendeu Belisário Pimenta, que nunca fora ouvido em tais matérias. Quanto às alterações à lista de Coimbra, achava-as inevitáveis, porque a primeira versão dela lhe parecera nascida de um equívoco.²⁸²

²⁸⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 271 a 274.

²⁸¹ *Idem, Ibidem*, pp. 274, 275 e 278.

²⁸² *Idem, Ibidem*, pp. 277 e 278.

Ainda uma terceira versão da lista seria distribuída por Ângelo da Fonseca, uns dias depois. O Dr. Ricardo Paes Gomes substituíra Francisco Vilaça, mantendo-se os outros três nomes.²⁸³

Na noite de 8 de Maio, um grupo de republicanos, que não se conformava com as manobras do Dr. Ângelo da Fonseca, juntou-se no Centro Republicano de Santa Clara para decidir sobre a lista a apresentar às eleições. Estavam o Floro Henriques, o Major Bandeira, o Pires de Carvalho, o Júlio da Fonseca, o Costa Ramos, o Guilherme de Albuquerque, o Jaime Cortesão, o Soares Neves, o Joaquim Gandarez, além de Belisário Pimenta e alguns outros. Durante a sessão, ouviram-se sobretudo críticas a Ângelo da Fonseca, que todos ali desejavam ver fora da lista de candidatos. Foram sugeridos para integrar a lista os nomes de Júlio da Fonseca, de Pires de Carvalho e de Belisário Pimenta.²⁸⁴

No dia 11, as comissões paroquiais reuniram para votarem os candidatos. No apuramento geral do círculo, o nome mais votado foi o de Belisário Pimenta, seguindo-se os de Pires de Carvalho, Jaime Cortesão e Júlio da Fonseca. Da lista de Ângelo da Fonseca, nenhum dos nomes foi eleito. Mesmo no concelho de Coimbra, em que Belisário Pimenta foi também o mais votado, os candidatos da *lista dos conselheiros* só obtiveram o terceiro lugar (António Leitão) e o quinto (Ângelo da Fonseca).²⁸⁵

Os amigos de Ângelo da Fonseca – Nogueira Lobo, João Simões da Fonseca Barata, Cassiano Martins Ribeiro, Francisco Vilaça da Fonseca e mais alguns outros – não se conformaram com a rebeldia das comissões paroquiais. Para acabarem com o atrevimento dos membros das comissões – os “*demagogos*”, como lhes chamavam –, convocaram-nos para uma reunião, que se fez no dia 13, no Centro José Falcão. Apresentaram aí a seguinte proposta: a lista seria formada por Ângelo da Fonseca, António Leitão, Belisário Pimenta (por ter sido o mais votado e por ser bem aceite pelos dois lados) e por um outro, que seria escolhido pelas comissões. Tal proposta foi mal recebida e fez estalar uma violenta discussão, que acabou com invectivas e vivas que se ouviam na Calçada: “*Abaixo os conselheiros! Viva a República! Viva Júlio da Fonseca! Viva Belisário Pimenta!*”

Aquela gente das comissões, que se indignara até ao ponto de desautorar os *conselheiros*, saiu para a rua aos gritos e correu à Calçada, onde se lhe juntou uma pequena multidão, que, agressivamente, gritava *abaixos* a Ângelo da Fonseca e aos seus amigos.

Júlio da Fonseca, que, com Belisário, à passagem da manifestação, se refugiara no fundo de uma loja de retroseiro, gozava a alegria daquele momento: “*Já podemos perder as eleições. A nossa vitória está nisto, rapaz!*”²⁸⁶

Mas, no dia 18, Belisário Pimenta teve a notícia de que o Directório do P.R.P. não sancionara a sua candidatura. Sancionara apenas os nomes de Ângelo da Fonseca, António Leitão e Pires de Carvalho. Magoado e interpretando a decisão do Partido como o não reconhecimento da sua

²⁸³ *Idem, Ibidem*, pp. 287 e 288.

²⁸⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 281 a 287.

²⁸⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 290 e 291.

²⁸⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 291 a 294.

condição de republicano, Belisário escreveu a Eusébio Leão e a António José de Almeida. Respondeu-lhe Eusébio Leão, secretário do Directório, que não disse mais do que já dizia a nota oficiosa publicada nos jornais: "*Na sanção dos candidatos a deputados, o Directório e a Junta Consultiva obedeceram, como sempre, única e exclusivamente, às conveniências políticas do Partido.*"²⁸⁷

Desalentado, Belisário Pimenta escreveria, então, numa carta a um amigo: "*O Ângelo e companhia repudiam o meu nome tão estimado e considerado até há pouco e vão guerreá-lo; o Directório não me reconhece como republicano; e eu ... sabe bem o José Cardoso que sou incapaz de usar processos de política ... monárquica. E ainda bem! Talvez perca a eleição e isso é para mim um alívio. Eu, político! ... O que me passou pela cabeça! Vençam os Ângelos, os Leitões, e eu volto para aos meus livros. Desistir, não desisto, mas peço em orações ao S. : A. : do U. : que me faça perder a eleição...*"²⁸⁸

No dia seguinte, já se lhe levantava de novo o ânimo. O comício dos *deputados do povo*, feito na cidade, com a grande sala do Centro Fernandes Costa cheia, foi um desfile de censuras a Ângelo da Fonseca, ao Directório e a António José de Almeida. Belisário Pimenta, apesar de, no seu discurso, se distanciar desse tom geral, foi muito aplaudido.²⁸⁹

O grupo de Ângelo da Fonseca percorria, entretanto, os concelhos do círculo, apresentando a sua lista, de que constavam, então, três nomes: Ângelo da Fonseca, António d'Almeida Leitão e Luís Rosete. E, em todos as localidades, se serviram dos processos que, no passado, tinham dado boas provas: prometeram lugares, ofereceram promoções, afagaram *talassas*, apoiaram-se nos caciques.

No texto a que deu o título "*A minha candidatura às Constituintes de 1911 pelo círculo de Coimbra*", Belisário Pimenta quis que ficasse exarado, para "*que fique para a história*", que eles "*se serviram dos processos usados pela monarquia, nas eleições renhidas; que [...] se agarraram aos antigos caciques talassas autênticos; que o governador civil se meteu abertamente protegendo o acto eleitoral, contra a natural moralidade e as recomendações do Governo; que não recuaram perante qualquer meio para conseguir ... muitos votos.*"²⁹⁰

A dois dias das eleições, soube pelo presidente da comissão concelhia da Lousã que, ali, ninguém votaria nele. Pires de Carvalho teria transmitido que a combinação era essa, porque Belisário Pimenta tinha a eleição assegurada com os votos dos outros concelhos. Disseram-lhe o mesmo em Cantanhede.

E, na véspera das eleições, de todos os concelhos lhe pediam listas, porque, das que tinham o seu nome, poucas haviam sido distribuídas.

Tinham mandado fazer 12.000 listas e, como havia *desdobramento*, cada grupo de 3.000 listas não tinha um dos nomes dos candidatos. Face aos pedidos que lhe chegavam, quase sobre a

²⁸⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 301 e 303 a 306.

²⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 300.

²⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 306 a 309.

²⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 314.

hora, Belisário foi à casa onde as guardavam e, ao tentar separar as listas que tinham o seu nome, reparou que todas elas o tinham – o que significava que as 3.000 listas sem o seu nome tinham sido distribuídas em primeiro lugar.²⁹¹

Belisário Pimenta não foi eleito para a Assembleia Constituinte.

Praticamente, não foi votado na Lousã e em Cantanhede, como já previa depois das últimas notícias que lhe vieram desses concelhos. Nos outros concelhos, a sua votação ficou aquém do que esperaria. Nas freguesias urbanas de Coimbra, em que o seu nome foi o terceiro mais votado, recolheu quase metade dos 2.008 votos que teve em todo o círculo.

Os três candidatos da lista promovida por Ângelo da Fonseca foram eleitos: António Leitão, com 5.180 votos; Ângelo da Fonseca, com 4.478; e Luís Rosete, com 4.211. Pela minoria, foi eleito Pires de Carvalho, que teve 2.887 votos.²⁹²

“Enfim ... fez-se o que eu queria: tinha a eleição perdida.” – dizia para consigo Belisário Pimenta, que, todavia, não podia esconder a decepção que sofrera pelo que supunha ter sido uma *“traição dos amigos”*.

Uma semana depois, confessava, em carta para Hélder Ribeiro: *“[...] estes últimos tempos têm-me causado uma grande irritação, desde o directório me não reconhecer republicano para candidato às Constituintes, até a companheiros de trabalhos que me guerrearam a eleição com tal deslealdade e tal gana que a perdi ingloriamente.”*²⁹³

Ao concluir o relato sobre a sua candidatura, já com quase um mês passado sobre as eleições, Belisário Pimenta ainda não se libertara da ira que o tomara: *“Ah! que a minha vontade não foi rir ou chorar; a minha vontade foi poder espancar esses dois cavalheiros de indústria, que são o Pires de Carvalho e o Jaime Cortesão... Sim, espancá-los!”*²⁹⁴

Depois das eleições, Belisário Pimenta regressou à rotina do quartel de Infantaria 23. Trazia consigo o peso da desilusão.

As eleições haviam deixado um rasto de descontentamento e de desânimo entre os oficiais republicanos, tal como entre muitos dos militantes *históricos* do Partido.

Nem uns, nem outros se reconheciam nas opções estratégicas do Directório e do Ministro do Interior, António José de Almeida, cuja aplicação prática se revelava contraditória com o que fora defendido pelos dirigentes republicanos na fase de propaganda.

A *política de atracção*, promovida pelo Directório, enchera o Partido de *“adesivos”*, que, em muitos casos, tinham apenas o propósito de não perder as suas velhas posições. Caciques locais e outros influentes do tempo da monarquia aderiam ao P.R.P. e, não raras vezes,

²⁹¹ *Idem, Ibidem*, pp. 315 a 320.

²⁹² *Idem, Ibidem*, pp. 322 a 327.

²⁹³ *Idem, Ibidem*, p. 331.

²⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 333.

arrastavam consigo, quase completas, as estruturas locais dos velhos partidos do regime monárquico.²⁹⁵

Nas eleições para as Constituintes, tornara-se patente que o objectivo de assegurar boas votações conduzia à criação de clientelas políticas e à dependência, especialmente nos meios rurais, daqueles que, localmente, detinham nas suas mãos, já desde o tempo do constitucionalismo monárquico, os mecanismos eleitorais.

A selecção dos candidatos a deputados, por intervenção do Directório, de entre figuras do Partido ligadas por relacionamentos pessoais a alguns membros do Governo e com perfis políticos adequados a práticas de aproximação aos influentes locais, parecia-lhes inscrita nesse objectivo estratégico.

A isto, somavam ainda os militares republicanos o seu descontentamento com a lei da reorganização do Exército, publicada em 25 de Maio de 1911.

Pelo menos desde a viragem do século, uma forte corrente militar vinha defendendo uma remodelação profunda das instituições militares, que as *harmonizassem com as exigências da civilização moderna, subordinando-as ao poder civil e pondo-as ao serviço da Nação*. Essa corrente – que, no meio militar, era conhecida como o *grupo dos "modernos" ou "moços"* – defendia o recrutamento obrigatório, geral e pessoal, a reorganização dos exércitos metropolitano e colonial, a modernização tecnológica e a autonomização da organização militar e a sua subordinação ao poder civil. A direcção da *Revista Militar*, que aderira às posições dos *"modernos"*, publicou vários artigos que defendiam a *"constituição da nação armada, tomando para modelo os países em que o sistema militar vigente obedece ao tipo miliciano, isto é, de serviço efectivo e pessoal para todos os cidadãos válidos"*.

Nas suas teses da propaganda, o Partido Republicano aplaudia estas posições da *Revista Militar* e preconizava uma reforma das instituições militares de que resultasse a constituição de um exército miliciano, com um corpo profissional muito reduzido.²⁹⁶

Porém, a reforma publicada em 25 de Maio acabou por representar um compromisso entre a tese da força miliciano e as posições defendidas pelas revistas das Armas – *Revista de Infantaria* e *Revista de Artilharia* –, que, reproduzindo a pressão do corpo de oficiais, defendia que tal modelo, o modelo que vigorava na Suíça, não era aplicável no nosso País. Argumentavam que, em Portugal, não era dispensável um corpo de oficiais numeroso, porque a força militar era chamada a operar constantemente nas campanhas em África, a intervir na manutenção da ordem e na reposição dos abastecimentos durante as greves gerais ou as greves mais aguerridas (como vinha acontecendo nos primeiros meses da República) e ainda a intervir contra previsíveis incursões monárquicas lançadas de Espanha. Ora – continuavam –,

²⁹⁵ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, p. 2; Vasco Pulido Valente, in *O Poder e o Povo*, p. 170.

²⁹⁶ Major-General Augusto J. Monteiro Valente, "Os militares, o movimento republicano e a revolução de 5 de Outubro de 1910", in *Revista Altitude*, n.º 13 – IIIª Série – Dezembro de 2010, pp. 140 e 142; António José Telo, in *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, p. 361.

não podia decretar-se a mobilização de cada vez que o Exército fosse chamado a cumprir tais missões.

O Ministro da Guerra, Correia Barreto – apesar de rodeado pelos *jovens turcos*, entusiastas defensores do modelo miliciano²⁹⁷ – reconheceu que aquela argumentação não podia deixar de ser atendida. O decreto ficou-se por um meio-termo, em que o texto preambular tece encômios àqueles que se abalançam “*a enveredar afoitamente para o caminho da Nação Armada*” e declara como “*instituições liquidadas*” os exércitos permanentes, mas em que a sua parte dispositiva mantém, no essencial, o que estava e consagra a existência de um corpo profissional semelhante ao existente até aí.

As publicações militares, que *sabiam do que falavam*, acolheram a reforma com aplauso, deixando apenas discretas reservas para as matérias que, com acerto, previam que não sairiam do papel.²⁹⁸

O desgosto com que foi recebida em Coimbra, tanto entre os oficiais como entre os sargentos, a reforma do Exército, era comum à generalidade dos militares republicanos. Confirma-o a carta, datada de 18 de Junho, da *Liga Militar Republicana*: “*Quanto ao estado de descontentamento que, na guarnição dessa cidade, provocou a reorganização ultimamente decretada, é muito semelhante ao que em toda a parte existe. Somente a aplaudem aqueles que a fizeram e alguns, nem todos, cuja situação melhorou. Sendo tão geral o desgosto causado pela forma como o exército foi tratado – à antiga! – tudo leva a crer que a reforma sofrerá profundas alterações nas Constituintes.*”

Ao detectarem na correspondência dos oficiais de Coimbra sinais do seu mal-estar, os militares da Comissão Executiva da *Liga*, prosseguiram assim naquela sua carta: “*Este caso, porém, não pode justificar, de qualquer modo, o esfriamento da nossa fé republicana. Coloquemos os princípios, que são tudo, acima dos homens, minúsculas criaturas que a Revolução trouxe à superfície e que [...] hão-de desaparecer com todos os seus erros, quando entrarmos definitivamente na nossa vida normal.*” E, aludindo ao modo como decorreu a formação das listas de candidatos às eleições, acrescentaram ainda: “*Também por cá temos sofrido vários desgostos, mas isso não invalida que prossigamos na nossa marcha, até julgarmos que, sem prejuízo para o nosso ideal, possamos arrumar as armas e descansar.*”²⁹⁹

No seu relato, datado de fins de 1958 e dos primeiros meses de 1959, Belisário Pimenta recorda, com alguma indulgência, mas com um vivo sentido crítico, o estado de desânimo ou até de “*arrefecimento de entusiasmo ou de fé política*” que, nesse período, se instalou entre os oficiais republicanos da guarnição de Coimbra: “*Envolvidos como andávamos na barafunda, não víamos o trabalho reformador do Governo Provisório, as suas leis de renovação político-social, a*

²⁹⁷ Miguel Dias Santos, in *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, p. 77.

²⁹⁸ António José Telo, in *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, pp. 361 a 364.

²⁹⁹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, V, pp. 235 a 237.

ânsia de arejamento que havia em tudo; naturalmente só notávamos o que nos dizia respeito e daqui um grave erro de visão.”³⁰⁰

Na sua sessão de 18 de Setembro, a Comissão Executiva da *Liga Militar Republicana* aprovou uma moção que propunha a dissolução da organização e marcou data para a assembleia geral a que tal moção deveria ser submetida.

O desalento chegava também aos mais activos oficiais republicanos do Norte do País. O seu empenhamento, visando a defesa da República, parecia-lhes baldado, perante a sistemática falta de apoio das instâncias do poder oficial e do Directório do Partido Republicano, que ignoravam o seu trabalho e desprezavam as suas indicações e a sua disponibilidade para o cumprimento de missões no contexto da agitação reaccionária que alastrava pelo Norte do País. Os principais fundamentos invocados pelos seus dirigentes para concluírem pela decisão de extinguirem a *Liga* foram assim formulados no texto da moção: “*Considerando que a Liga M. Rep., não obstante ter sido fundada com os nobres e desinteressados intuitos de defesa da República, nunca encontrou nas estações oficiais, nem no alto corpo dirigente do partido republicano, o acolhimento e o apoio necessários para o fácil desempenho da sua patriótica missão; Considerando que, ao contrário do que seria de esperar, as indicações da Liga, sempre tendentes a valorizar aquelas unidades onde a falta de bons elementos republicanos mais se fazia sentir, eram sistematicamente postas de parte, quando não manifestamente contrariadas; Considerando que nunca à Liga foi reconhecida importância por quem tinha pleno conhecimento da sua existência, por isso que, durante o período de agitação que tem lavrado no Norte do país, nunca os seus serviços foram reclamados, nem para cargos de confiança, nem para missões de propaganda; [...]*”³⁰¹

A assembleia geral da *Liga*, prevista para o dia 2 de Outubro, não chegou a realizar-se. Os oficiais do Porto estavam retidos nos seus quartéis, em regime de prevenção. Foram os dias do *complot do Porto*.

A cidade do Porto era, então, a sede da conspiração monárquica-clerical. Para a madrugada de 29 para 30 de Setembro, estava marcada a deflagração da contra-revolução no Norte e nas Beiras, que, segundo o plano dos conjurados, deveria ser coroada pela marcha sobre Braga das tropas de Paiva Couceiro, vindas da Galiza.

O movimento dos conjurados reaccionários abortou, devido em grande parte à acção popular. Naquela madrugada, uma multidão saiu à rua e enquadrou patrulhas de carbonários, que, depois de, em várias rusgas, terem feito numerosas prisões, atacaram, secundados por forças da Guarda Republicana, o Palácio de Cristal, onde se concentravam centenas de conspiradores

³⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 238.

³⁰¹ O documento está inserido entre as páginas 238 e 239 de *Diário ao Correr da Pena, V.*

civis. Frustrou-se também a projectada sublevação dos quartéis de Cavalaria 6 e de Infantaria 9, onde foram presos oficiais e alguns sargentos e soldados.³⁰²

Os oficiais que dirigiam a *Liga* não marcaram nova data para a sua assembleia geral. Entenderam que os acontecimentos ocorridos no Porto tornavam inoportuna a discussão da moção. Em carta de 22 de Outubro, dirigida aos oficiais de Coimbra, diziam a este propósito: “[...] *Em serenando isto, convocaremos nova reunião. É possível que a marcha tortuosa que vai seguindo a política portuguesa, que constitui um perigo para a tranquilidade da República e talvez para a sua segurança, obrigue a comissão executiva a modificar os termos da moção apresentada.*”³⁰³

Foi, porém, esta a última comunicação entre a direcção da *Liga* e a sua delegação de Coimbra.



³⁰² Miguel Dias Santos, *in A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, pp. 118 a 126.

³⁰³ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, V*, p. 241.

Da primeira incursão monárquica até à entrada de Portugal na Grande Guerra

Muitos anos mais tarde, Belisário Pimenta recordaria assim os últimos meses daquele ano de 1911: "*Foram tempos maus, esses, em que o desânimo entrou em muitos republicanos, em que insensivelmente se começou a duvidar do triunfo do novo regime, e [...] o ambiente era mais carregado e incerto. [...] Foram tempos [...] de sobressaltos e incertezas, que me deixaram tristes recordações.*"³⁰⁴

Em Agosto, foi passar uma temporada à Quinta da Paz, perto de Mafra, onde se refugiavam, desde a proclamação da República, a sua sogra e a sua cunhada. Levou consigo inquietação e amarguras – "*amarguras, sim, amarguras! da triste quadra que atravessava*".³⁰⁵ Naquele isolamento, sempre apreensivo por não saber o que se passava, deixava-se assaltar pelas preocupações.

Numa manhã, viu ao largo da Ericeira uma esquadra que passava na direcção do Cabo da Roca. Os vasos de guerra pareceram-lhe espanhóis. Daí a umas horas, ouviu ao longe o ronco de tiros de canhão.

Já se sabia que a Espanha permitia que os núcleos de resistência monárquica chefiados por Paiva Couceiro operassem livremente na Galiza, que os jornais carlistas exaltavam os emigrados monárquicos, *pregando a guerra santa contra a República Portuguesa*, que o ministro espanhol em Lisboa agia como um provocador. Mas, daí até a uma intervenção armada espanhola, ia ainda um passo muito grande.

Passou todo o dia em sobressalto. Só na manhã seguinte, com a chegada dos jornais, soube que fora uma esquadra inglesa, que entrara no Tejo e saudara regulamentarmente a bandeira nacional.³⁰⁶

Regressou a Coimbra, nos primeiros dias de Setembro, para se apresentar no 5º Grupo de Metralhadoras, que, tal como o novo Regimento de Infantaria n.º 35, estava em fase de instalação no Convento de Santa Clara, transformado então em quartel.

Vinha com o espírito tão carregado como quando partira.

Nos meios militares de Coimbra, todos davam como certo que a incursão monárquica vinda da Galiza se daria em breves dias.

No dia 3 de Outubro, quando chegaram as primeiras notícias sobre a entrada no País das hostes de Paiva Couceiro, não havia ordens especiais no Regimento de Infantaria n.º 23. Ali, tudo corria normalmente, só com uma ligeira prevenção do piquete, que deveria estar pronto para intervir, se houvesse distúrbios na rua.³⁰⁷

As manifestações de regozijo nas ruas de Coimbra, em 13 de Setembro, quando houve notícia do reconhecimento da República Portuguesa por parte da Inglaterra, Alemanha, França,

³⁰⁴ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 16 e 20.

³⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p. 23.

³⁰⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 21 e 22.

³⁰⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 27 e 28.

Espanha, Itália e Áustria-Hungria, foram “*um fogacho de alegria e desafogo*”, que logo se extinguiu, para se voltar ao “*ambiente pesado de desconfianças, de incertezas e desânimo*” em que se celebrou o primeiro aniversário do regime.

Décadas passadas, Belisário Pimenta ainda recordava assim esse tempo em que se completava o primeiro ano da Revolução: “*Lembro-me bem da tristeza que me invadiu; a um ano de regime republicano parecia que a descrença abrangia todos os espíritos e o que se via era cada um procurar arranjar-se e criar clientela política para quando as Constituintes dessem por finda a sua missão ter certo peso em futuras eleições e manter embólias de influência.*”³⁰⁸

Quando se formou o *bloco*, com apoiantes de António José de Almeida e de Brito Camacho, para eleger Manuel de Arriaga Presidente da República, abriu-se uma larga fissura na unidade republicana.

Poucos dias depois da escolha do Presidente, constituiu-se, sob a liderança de Afonso Costa, o *Grupo Parlamentar Democrático*, que, logo no dia 4 de Setembro, divulgava o seu programa político. Afonso Costa, que defendia a unidade do P.R.P., impelia os seus opositores para a dissidência formal. Ainda em Outubro, António José de Almeida abandonou o velho Partido Republicano.

No Congresso do P.R.P., reunido de 27 a 30 de Outubro, as teses de Afonso Costa foram confirmadas por franca maioria e os delegados afectos a António José de Almeida e a Brito Camacho abandonaram a reunião. O Congresso elegeu um novo Directório, da confiança de Afonso Costa. O P.R.P. passou a ser conhecido por *Partido Democrático*.

Brito Camacho, logo depois do Congresso, saiu também do P.R.P. e, juntamente com António José de Almeida, criou a *União Nacional Republicana*, de vida efémera.

Em Fevereiro de 1912, cada um dos dirigentes dissidentes criou o seu partido: o *Partido Republicano Evolucionista*, de António José de Almeida; e o *Partido da União Republicana*, de Brito Camacho.³⁰⁹

A cisão não surpreendeu Belisário Pimenta, que, já desde os tempos da propaganda, identificava várias correntes no seio do movimento republicano e vinha assistindo à sua progressiva definição. Preocupava-o, porém, a atmosfera de agressividade em que decorrera a separação e a “*violência*” com que se digladiavam as facções republicanas, porque daí resultaria, no seu entender, a fragilização da República face aos seus inimigos.

Censurava, em especial, a “*intolerância dos que ficaram dentro do partido histórico [...], entre os quais havia adesivos da pior espécie, [incluindo] políticos e caciques monárquicos [...] do pior jaez.*”³¹⁰ E lamentava que ao partido de Brito Camacho, que “*reunia à sua volta grande*

³⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p. 28.

³⁰⁹ José Adelino Maltez, *in Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, vol. II, pp. 186 a 193.

³¹⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 19 e 20.

grupo de indivíduos de escol, sem dúvida e certamente o maior e melhor número de republicanos da propaganda – agrupamento político capaz de orientar bem o novo regime”, faltasse a força eleitoral: “A superioridade intelectual do partido parece que assustava a massa eleitoral, que só vibrava com o baixo palavreado do jornal de França Borges – órgão quase do velho partido histórico, de onde todas as insídias saíam e impropérios contra os outros partidos e seus representantes.”

Também em Coimbra, os agrupamentos em que se dividiram os republicanos se debatiam entre si “*com ímpetos pouco próprios para consolidar o regime*”.³¹¹

Em Março de 1912, o Partido Democrático elegeu, em Coimbra, as suas comissões distrital e municipal. Belisário Pimenta, sem ter sido para tal ouvido, foi incluído na comissão municipal. Os nomes que acompanhavam o seu não o envergonhavam – eram de velhos republicanos. Mas Belisário não estava disposto a ingressar naquela “*turba de intolerantes*”. Escreveu uma carta a Júlio da Fonseca, que então tinha papel de relevo na estrutura local do partido, esquivando-se à nomeação: “[...] *Ora, como eu há muito formei a tenção de não entrar na política, a não ser que se conservasse a velha unidade do Partido Republicano Histórico, rogo-te a fineza de declarares, em meu nome, que agradeço a honra que o Partido Democrático me queria dar, mas que a não posso aceitar. Não me interessa a política e como oficial do exército tenho largo campo para prestar serviços à República; por isso desejo antes viver fora de todas as lutas partidárias.* [...]”

Mas, pouco mais de um ano depois, *A Luta* noticiava *com regozijo* o seu pedido de adesão ao Partido Unionista, a que ficaria ligado até à dissolução do partido. O pretexto, que perante si próprio invocara, era a sua necessidade de protestar contra a “*insolência dos democráticos, [que] teimavam em querer ser uma espécie de partido único; [e que, por serem] intolerantes, sem compreenderem os perigos da teimosia, só pensavam em criar clientela e manterem permanente predomínio eleitoral.*”³¹²

O núcleo de Coimbra do Partido Unionista nasceu da iniciativa de um pequeno grupo de personalidades, cujo prestígio na cidade se devia fundamentalmente aos seus méritos profissionais. Nele, sobressaía o médico José Rodrigues de Oliveira, figura por todos respeitada e que foi o seu principal dirigente. Acompanhavam-no os médicos Carlos da Costa Mota, Júdice Formosinho e António da Rocha Manso, o comerciante José Sebastião de Almeida e o estudante de Ciências e explicador do ensino liceal Apolinário José Leal.

Este grupo, ainda em 1913, fundou o primeiro Centro Unionista em Coimbra, que foi instalado num acanhado primeiro andar do Largo Miguel Bombarda (designação que tinha, na época, o Largo da Portagem) e se mudou depois para a Rua do Quebra Costas, onde já dispunha de um amplo salão para reuniões.

³¹¹ *Idem, Ibidem*, pp. 16 a 19.

³¹² *Idem, Ibidem*, pp. 73 e 74.

Em Coimbra, o Partido Unionista nunca teve expressão eleitoral significativa. Organicamente, não cresceu muito, por não ser atraente para aqueles que aderiam aos grupos políticos por cálculo. Não tinha força política para mover influências e – segundo Belisário Pimenta – os dirigentes locais “*eram perfeitamente alérgicos às tentativas de favores ou interferências para benefício*”.³¹³ Só no final de 1917, com a subida ao poder de Sidónio Pais – cujo primeiro gabinete tinha três ministros unionistas: Moura Pinto, Santos Viegas e Aresta Branco – e a ligação de Brito Camacho, nessa primeira fase, ao sidonismo, houve, em Coimbra, uma avalanche de adesões ao partido. Mas os velhos unionistas, “*aturdidos e desgostosos com aquela inundação*” de gente que “*zumbia desagradavelmente à [sua] volta [...], com mira evidente no interesse*”, viram com alívio, findo o sidonismo, a organização local do seu partido regressar à sua reduzida dimensão habitual.³¹⁴

Alberto Moura Pinto era a figura política mais destacada do Partido Unionista no distrito de Coimbra. Não tinha, porém qualquer influência nos unionistas da cidade de Coimbra. Queixar-se-ia, por isso, de Belisário Pimenta, que “*lhe cortava sempre as vazas*”.

Belisário Pimenta admirava em Moura Pinto a inteligência muito viva de que era dotado e o seu espírito de complacência. Não escondia, porém, as reservas que lhe guardava, por entender que ele, em contraste com os dirigentes unionistas de Coimbra, era “*mestre de capelo e borla*” do manobrismo político. Também não lhe *caía bem* que Moura Pinto, sendo, nos últimos tempos da Monarquia, militante do Partido Progressista e Administrador de Concelho em Arganil, tivesse participado, sem abdicar dessas qualidades, na campanha republicana, estabelecendo relações revolucionárias com João Chagas e servindo de elemento de ligação entre este e os republicanos do alto-distrito.

Apesar disso, as relações entre ambos, ainda que sobressaltadas por contratempos bruscos, eram amistosas. Moura Pinto incomodava-se com a oposição que Belisário Pimenta lhe fazia quase sistematicamente, mas era inegável que nutria por ele simpatia pessoal. Quando Moura Pinto, nos seus últimos tempos de vida, se refugiara na Quinta dos Vales, em Arganil, doente e quase abandonado, trocavam amistosa correspondência.³¹⁵

Depois da segunda incursão couceirista, foram criados, em Braga, Coimbra e Lisboa, tribunais militares para julgamento dos conspiradores. Belisário Pimenta, juntamente com Augusto Casimiro e outros oficiais, foi, por sorteio, destacado para fazer parte do júri do tribunal marcial de Coimbra.

Se, em muitos casos, os acusados tinham participado em actos de rebelião, em outros casos, era evidente para os membros do júri que eles só ali estavam, sujeitos ao poder do tribunal especial, por motivos de vingança pessoal ou por razões de intolerância política.

³¹³ *Idem, Ibidem*, pp. 240 a 242.

³¹⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 252 e 253.

³¹⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 244 a 252.

Ultrapassando as dificuldades que o juiz auditor, um antigo cacique monárquico que se convertera ao Partido Democrático, lhes opunha, com o facciosismo próprio dos recém-convertidos, os membros do júri bateram-se pela aplicação das regras basilares do direito penal: não aceitavam as “*provas morais*”, que alguns quiseram impor, e respeitavam escrupulosamente o princípio do *in dubio pro reo*. Muitos dos acusados foram, por isso, absolvidos.

Publicadas nos jornais, as sentenças causavam indignação por todo o País e, dos murmúrios da rua contra a tolerância do tribunal, passou-se à censura e às ameaças sobre os jurados. Belisário Pimenta, cansado das pressões exteriores e das cartas que recebia e o interpelavam desagradavelmente, acabou por se libertar dos julgamentos. Augusto Casimiro, que presidia ao júri, manteve, até à extinção do tribunal, a mesma linha da aplicação das regras do Direito.³¹⁶

Pouco depois, houve grande comoção em Coimbra com a aprovação pelo Parlamento da lei que criou a Faculdade de Direito em Lisboa. A Câmara Municipal, reunida de emergência, deliberou demitir-se; houve manifestações de rua; o comércio fechou e as fábricas pararam; o brasão da cidade no monumento a Joaquim António de Aguiar foi coberto de crepes e as bandeiras foram colocadas a meia haste; centenas de operários, reunidos no Teatro Avenida, resolveram acompanhar o protesto.³¹⁷ Foi criada a *Grande Comissão de Defesa da Cidade de Coimbra*, em que se juntavam velhos republicanos e alguns monárquicos.

Inseridos no movimento, os monárquicos manobravam para agudizar o protesto, aproveitando a intransigência de Afonso Costa, então chefe do Governo, quanto à aplicação da lei de 30 de Junho. Por seu lado, os velhos republicanos procuravam soluções de compromisso.

Alguns maçons que pertenciam à *Grande Comissão de Defesa da Cidade* tomaram a iniciativa de reunirem no templo da Loja Portugal, de que era Venerável Belisário Pimenta. Decidiram aí fazer um apelo ao Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, para que exercesse a sua influência junto do Governo, com vista a encontrar-se uma “*solução airosa*” para o problema. Belisário Pimenta foi encarregado pelos maçons de Coimbra de ir a Lisboa falar com Álvaro de Castro, então Ministro da Justiça, e com o seu pai, o vice-Grão Mestre em exercício da Maçonaria.

Álvaro de Castro levou-o ao Ministério das Finanças, onde ia reunir, daí a pouco, o Conselho de Ministros. Afonso Costa, que lia uns papéis sentado à cabeceira de uma longa mesa, recebeu-o afavelmente e mandou-o sentar na primeira cadeira à sua direita, lugar que competia ao Ministro da Guerra. Reparando na hesitação de Belisário Pimenta, disse-lhe a sorrir: “*Sente-se, sente-se, meu caro Tenente. Já aí se têm sentado pessoas com menos direito.*” Afonso Costa tinha uma posição clara sobre a situação e sobre os protestos de Coimbra. Disse-lhe que entendia que a cidade não seria prejudicada com a criação da nova Faculdade de Direito, já que

³¹⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 54 a 61.

³¹⁷ Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, p. 42.

mantinha recursos para progredir e que os protestos sugeriam que as gentes de Coimbra desprezavam as questões da Instrução e as subordinavam aos seus interesses comerciais. Manifestou preocupação com o movimento de protesto, que, do seu ponto de vista, estaria a ser explorado pelos adversários, não só da República, como pelos do seu Governo, que era o primeiro gabinete mono-partidário do regime. Pediu-lhe que aconselhasse os velhos republicanos de influência a porem termo ao protesto, para que, depois, pudesse ele atentar nos interesses da cidade de Coimbra.

Apesar de confrontado com a irredutibilidade de Afonso Costa, Belisário Pimenta não quis deixar de cumprir o mandato que trazia de Coimbra. Pediu a Álvaro de Castro para solicitar a seu pai que o recebesse. Nessa noite, foi ao Grémio Lusitano, onde o esperava José de Castro, acompanhado por outros altos dignitários do G.O.L.U. Receberam-no com afectuosidade, mas exprimiram-lhe, sem rodeios e, nalguns passos, com discreta acrimónia, a sua discordância dos protestos de Coimbra. Entendiam que a criação da nova Faculdade era facto consumado e relevante para o interesse público da Instrução em Portugal.

Já sem margem de manobra, Belisário Pimenta formulou assim o pedido de que era portador: *"As lojas maçónica de Coimbra pediam ao Grão Mestre que servisse de árbitro na pendência e que, com o seu prestígio pessoal e lucidez de inteligência, procurasse encontrar solução airosa para as duas partes."*

Depois de uma breve discussão, José de Castro prometeu negociar com o Governo e sustentar em toda a parte os interesses de Coimbra, conquanto fosse suspenso o protesto. E declarou *"pela sua honra"* que, se porventura o Governo faltasse ao que se viesse a ajustar, passaria a hostilizá-lo, *"empenhando nisso o brio maçónico e o prestígio da Ordem"*.

À sua chegada a Coimbra, esperavam-no os maçons que o haviam mandatado. Ouviram o relato das diligências de Belisário Pimenta e concordaram apresentar à *Grande Comissão* uma proposta para que se desse por findo o protesto, por ter *sido suficiente para expor as causas de descontentamento da cidade*. Nesse dia, no Teatro Avenida, onde a *Grande Comissão* funcionava permanentemente, foi aprovado o fim do protesto e o regresso da cidade, a partir do dia seguinte, à sua vida normal.

Quando a sessão ainda estava em curso, Belisário Pimenta, no seu caminho para casa, passou em frente do Teatro Avenida. Soube depois que um operário que não conhecia, ao vê-lo passar, apontou para ele e disse: *"Vai ali o coveiro do movimento."*³¹⁸

No Verão de 1914, eclodia a Grande Guerra. Em Agosto e Setembro já se sentiam em Coimbra os seus efeitos. A falta de carvão fez suprimir 14 comboios que passavam na cidade e obrigou a Câmara Municipal a poupar no fabrico de gás e na produção de electricidade. A UGT reunia para decidir sobre a melhor forma de protestar contra a excessiva subida dos preços dos

³¹⁸ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 74 a 89.

produtos alimentares. As fábricas de bolachas suspenderam a laboração, porque era galopante a subida do preço do açúcar.³¹⁹

Belisário Pimenta, que passava o Verão em Coimbra, regressado de Mafra, do curso para promoção a Capitão, ouvia, entre os militares, desfiar argumentos a favor e contra a intervenção de Portugal na guerra.

Muitos germanófilos viam na vitória da Alemanha a queda da República e boa parte dos oficiais reprovavam a intervenção, não tanto por terem medo de ir para a guerra, mas porque previam que ela contribuísse para a consolidar as novas instituições.³²⁰

Em 28 de Novembro, de Coimbra, partiram para Angola militares dos Regimentos de Infantaria n.ºs 23 e 35. Acompanharam-nos à partida da Estação Velha cerca de duas mil pessoas.³²¹

Por essa altura, Belisário Pimenta partia para Castelo Branco, em cujo Regimento de Infantaria fora colocado depois de promovido a Capitão.

Em Castelo Branco, instalado no Hotel Central, preferia o relacionamento com os civis aí hospedados ou com os frequentadores da farmácia de João Mourato Grave, sede de uma tertúlia republicana, ao convívio com os oficiais do Regimento. No quartel, os republicanos eram poucos e sempre muito cautelosos nas suas manifestações de opinião. Os oficiais reaccionários, em muito maior número, dominavam o ambiente e não se escondiam para proferirem insultos a Manuel de Arriaga e às demais figuras do regime. O tom das suas críticas às instituições da República subiria ainda, depois de, no final do ano, se saber que tropas do Regimento formariam um Batalhão para a *Divisão Auxiliar Portuguesa*, que o Governo pró-intervencionista de Azevedo Coutinho projectava enviar para França, integrada no exército inglês.

No dia 11 de Janeiro, assumiu o comando do Batalhão em que Belisário Pimenta prestava serviço o Major João Carlos Craveiro Lopes, transferido compulsivamente do Regimento de Infantaria da Figueira da Foz. O seu discurso de apresentação, recheado de alusões políticas, deixou exultantes os oficiais reaccionários.

O Major, que, na Figueira da Foz, andaria de amores com a mulher de um sargento de Artilharia 2, tinha sido surpreendido em flagrante, em casa dela, pelo marido traído, que o espancou e pôs na rua em trajes menores. O caso deu escândalo na terra e obrigou à transferência do oficial para a vaga que existia em Castelo Branco. Esta era a versão que parecia a Belisário Pimenta mais próxima da verdade dos factos. Corria outra versão, cujas variantes pouco importavam – o marido ofendido tanto seria um sapateiro, como seria um sargento, mas, fosse ele quem fosse, acrescentavam sempre que era um carbonário –, porque o que nela relevava era a intervenção no caso da Carbonária, que teria exigido a transferência do Major para desagravo do marido.

³¹⁹ *Gazeta de Coimbra*, edições de 12 de Agosto a 30 de Setembro de 1914, *apud* Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, pp. 44 e 45.

³²⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 120 e 121.

³²¹ Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, p. 45.

Craveiro Lopes era um monárquico militante e rapidamente transformou o seu quarto no hotel e o seu gabinete no quartel em centros de reunião de monárquicos e de padres da terra.

No dia 20 de Janeiro, um grupo de oficiais dos quartéis da Calçada da Ajuda desceu a rua e dirigiu-se ao Palácio de Belém, pretendendo entregar as suas espadas ao Presidente da República, em protesto contra a transferência do Major Craveiro Lopes. Foram presos e enviados para bordo da fragata *D. Fernando e Glória*.

Ainda na tarde desse dia, Machado Santos foi ao Palácio Presidencial entregar a sua *espada da Rotunda*.

De começo, a solidariedade dada à manifestação da Calçada da Ajuda estava longe de ser unânime, tanto em Castelo Branco, como no Regimento de Infantaria da Figueira da Foz, de onde viera o Major. Neste, o Comando limitou-se a um telegrama que afirmava lealdade às instituições e negava a cooperação com o movimento. Craveiro Lopes quase desanimava.

Mas, poucos dias passados, o Ministro da Guerra, Joaquim de Albuquerque e Castro, denunciando a sua tibieza política, enviou a todas as unidades militares uma circular, questionando-as sobre a sua posição quanto à manifestação do dia 20.

O Major Craveiro Lopes reuniu, então, os oficiais no seu gabinete, leu-lhes e comentou a circular e, depois de adiantar que já afirmara ao Comandante Militar de Castelo Branco a sua concordância com a manifestação, mandou que cada um, começando pelo mais novo, lhe respondesse se o acompanhava ou se o não acompanhava. Com maior ou menor convicção, todos disseram que o acompanhavam. Belisário Pimenta, que foi o último a falar, declarou que não daria a sua adesão à manifestação do dia 20 e que nunca poderia concordar com ela, por ter tido à sua frente oficiais que eram adversários do regime e que lhe deram o carácter de um pronunciamento monárquico. Craveiro Lopes respondeu-lhe com insolência: "*Está bem! Eu já sabia que o senhor era da 'formiga branca'.*" E, de seguida, aconselhou todos os oficiais a cortarem relações com o discordante.

João Chagas, no seu *Diário*, chamou ao *movimento das espadas* "*uma saldanhada sem Saldanha*". Ele foi um pronunciamento militar sem derramamento de sangue. Com êxito, para alguns dos sectores políticos intervenientes, que visavam derrubar o Governo *democrático* de Vítor Hugo Azevedo Coutinho, que Manuel de Arriaga, logo no dia 25, substituiu por Pimenta de Castro; com menos êxito, para os que visando mais longe, pretendiam a restauração monárquica.

Com efeito, o *movimento das espadas* teve o concurso de um grupo de militares monárquicos, que, em diferentes guarnições, preparara um pronunciamento militar com o objectivo de derrubar o regime; de um grupo de oficiais republicanos, com preocupações de carácter corporativo e que invocavam o desprestígio em que se afundava o exército; e de um terceiro

grupo de oficiais, especialmente da guarnição de Lisboa, apoiado por Brito Camacho e Machado Santos, que desejava um governo composto por republicanos moderados.³²²

Belisário Pimenta conta que Brito Camacho, anos mais tarde, confirmou, na sua presença, que deu “*certo ânimo à onda manifestante, [porque queria ele], com tal procedimento, que a reacção contra o Governo Democrático de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho não caísse nas mãos dos monárquicos e tivesse, mais ou menos, cor republicana.*” Mas Belisário Pimenta – que, à data dos factos, era membro do Partido de Brito de Camacho – não deixou de sublinhar que não subscreveria tal opção do chefe do seu Partido: “*É possível que fosse boa política, não digo que não, mas era perigosa, porque, ao mesmo tempo, dava apoio aos monárquicos, que dele se aproveitaram com certa inteligência e, diga-se, com eficácia.*”³²³

E, com a autoridade de quem ouviu dizê-lo “*a alguns oficiais, novos nesse tempo, a quem hoje [Agosto de 1961, mês em que escreveu este trecho] a idade avançada não deixa mentir e a quem a actual situação política dá certa e boa conformidade*”, Belisário Pimenta assegura que “*nos arraiais reaccionários do exército*” havia a resolução de aproveitar o momento para derrubar a República.³²⁴

No dia 25, Manuel de Arriaga deu posse ao gabinete de iniciativa presidencial chefiado por José Joaquim Pimenta de Castro. Este Governo, que nunca obteve sanção do Congresso da República, contou com dois ministros unionistas e foi apoiado, até 2 de Maio seguinte, por Brito Camacho.

Uma semana depois, o Major Craveiro Lopes foi nomeado chefe da polícia de Macau. E, em 7 de Fevereiro, Belisário Pimenta, punido com cinco dias de prisão disciplinar, que nunca cumpriu, foi transferido para o quartel de Lagos. Reconfortou-o o artigo publicado na edição de 15 de Fevereiro de *A Luta*, assinado por Brito Camacho, que exaltava o seu carácter, a sua honorabilidade de oficial e o seu republicanismo de sempre.

“*Não se pode pedir mais*” – concluía Belisário Pimenta, que observava ainda: “*Posso eu dizer mal do Brito Camacho, nessa altura apodado de traidor à República?*”³²⁵⁻³²⁶

Derrubado o governo de Pimenta de Castro pela revolução de 14 de Maio, Belisário Pimenta, por intervenção de Álvaro de Castro, foi transferido para a sua velha unidade, o Regimento de Infantaria n.º 23. Antes do fim de Maio, estava de novo em Coimbra.

Aproximavam-se as eleições para o Congresso da República, marcadas para 13 de Junho. Belisário Pimenta, de novo mergulhado no ambiente político da cidade, pouco pôde resistir às solicitações dos seus correligionários unionistas e acabou por aceitar ser candidato a Senador

³²² Douglas L. Wheeler, in *História de Portugal 1910-1926*, pp. 133 e 134, apud Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, p. 300.

³²³ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, VI*, p. 150.

³²⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 150 e 151.

³²⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 184 a 187.

³²⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 137 a 176; José Adelino Maltez, in *Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, vol. II, pp. 213 a 217.

pelos círculos de Coimbra, Figueira da Foz e Arganil, apesar de ter ainda muito presente a sua má experiência nas constituintes.

A má experiência, porém, repetiu-se. Quando já era dada como certa a eleição de Belisário Pimenta, Moura Pinto, que via a sua própria eleição em risco, convocou uma reunião, em que propôs que os unionistas se coligassem com um certo candidato democrático, para beneficiarem da sua influência em Góis. Belisário Pimenta discordou da proposta: não queria ver o seu nome associado a tal candidato, que fora um antigo cacique monárquico e era um típico *adesivo*; e entendia que ela contrariava o que Brito Camacho vinha escrevendo em *A Luta* sobre as candidaturas “*sem alianças ou cambalachos*” do Partido Unionista. Moura Pinto, sem que a discussão se concluísse, abandonou a reunião e não voltou a dar notícias. Soube-se depois que percorreu o círculo a anunciar a desistência de Belisário a seu favor.

Moura Pinto foi eleito. Belisário Pimenta teve um escassíssimo número de votos.³²⁷

Quando, em 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, Belisário Pimenta era ajudante do Regimento de Infantaria n.º 23, comandado então pelo seu velho amigo Coronel José da Silva Bandeira.

A política intervencionista, conduzida pelo Partido Democrático, fora confirmada pelo Congresso da República, na sua sessão extraordinária de 10 de Março. Aí, Afonso Costa propusera a criação de um governo de unidade nacional. Brito Camacho defendia, então, que tal governo só seria viável, se nele tivessem participação monárquicos, católicos e socialistas. Os monárquicos, impulsionados de Londres por D. Manuel, disponibilizavam-se para integrarem um governo dessa natureza. Mas foi o Governo da *União Sagrada*, chefiado por António José de Almeida, só com ministros democráticos e evolucionistas, que se constituiu.³²⁸

A partir dos exercícios de Tancos e do arranque do trabalho para constituição do *Corpo Expedicionário Português*, intensificou-se a acção de propaganda contra a mobilização e a intervenção na guerra.

Em torno de uma plataforma comum, que era a política de anti-beligerância, uniam-se sectores da vida política e social em tudo mais divergentes e que almejavam atingir objectivos diversos. Se uns – os republicanos do Partido Unionista e do grupo de Machado Santos, os socialistas e os sindicalistas – queriam afastar do poder o Partido Democrático, derrubar o Governo da *União Sagrada* e refundar o regime, outros – os monárquicos – visavam restaurar a Monarquia.

A campanha anti-intervencionista teve forte impacto junto dos quartéis. Os murmúrios alastravam pelas salas de oficiais. Em algumas unidades militares conspirava-se ostensivamente e estava em curso a preparação duma intervenção militar.³²⁹

Machado Santos – que aceitou personificar a convergência de sensibilidades e interesses políticos tão diversos – saiu para a rua, em 13 de Dezembro, dirigindo-se a Lisboa, à frente das

³²⁷ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 228 a 239.

³²⁸ Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, pp. 320 a 322.

³²⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 323 a 347; Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 256 e 257.

tropas de Tomar. Os sublevados contavam com os militares das guarnições da Figueira da Foz e de Castelo Branco, que não chegaram a sair dos quartéis. Machado Santos foi travado logo em Abrantes.

Sufocado o levantamento, Machado Santos foi enviado para o palácio do Fontelo, em Viseu, onde ficou detido. Os oficiais da Figueira da Foz foram levados para a Penitenciária de Coimbra. No Regimento de Infantaria n.º 23, onde não se tinha tido conhecimento prévio do golpe, os oficiais estavam de prevenção. Do quartel, que já era então em Santana, fronteiro à Penitenciária, assistiram à chegada dos militares presos. Aquele *espectáculo de vencidos* impressionou-os. Entre si, e sem oposição de nenhum, decidiram atravessar a rua, ir à Penitenciária cumprimentá-los e, apesar da recepção que tiveram não ter sido amistosa, encomendar num restaurante próximo jantar para todos eles.

Quando o Coronel Bandeira, velho republicano e acrisolado adepto do Partido Democrático, que todo o dia se mostrara furioso com os golpistas, soube que os oficiais sob o seu comando tinham ido apresentar cumprimentos aos “*traidores*”, tomou tal conduta como “*um acto de insubordinação*”. Reuniu os oficiais do regimento e, quando, ao confrontá-los sobre o seu gesto, viu o seu antigo companheiro dos tempos da conspiração republicana, Belisário Pimenta, defender a *diligência amigável junto dos presos*, sentiu-se desrespeitado.

“*Estou a ver que me não querem cá; pois, vou-me embora.*” – disse, surpreendendo os seus oficiais. Saiu para o Quartel-General e abandonou definitivamente o comando do Regimento.

Passado este episódio, tratou-se, no Regimento, da mobilização para França. No fim de Janeiro de 1917, partia o primeiro contingente para o *Corpo Expedicionário*. Vencendo más vontades e inúmeras resistências, outras levas se seguiram.³³⁰

•

³³⁰ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 258 a 264 e 268.

O Sidonismo, as Juntas Militares e a Monarquia do Norte

Com a queda do Governo da *União Sagrada* e a formação, em fins de Abril, de um gabinete exclusivamente democrático, presidido por Afonso Costa, os ódios políticos exacerbaram-se. De França, vinham más notícias. Em Lisboa, ao surto grevista juntavam-se os assaltos aos armazéns de víveres (a "*revolta da batata*"), de que resultaram dezenas de mortos e feridos. Também em Coimbra, em Outubro e em Dezembro, ocasionados pela crise de subsistência, se registaram graves distúrbios, com pilhagens de estabelecimentos comerciais e de depósitos de produtos alimentares, rebentamentos de explosivos, cargas da G.N.R. e tiros.³³¹

Depois de um período passado na Quinta da Paz, em Mafra, Belisário Pimenta regressou a Coimbra em Novembro.

Numa das noites seguintes, foi procurado em casa por *um indivíduo com ar distinto*, que lhe entregou um bilhete de apresentação escrito por Brito Camacho. Era o Engenheiro Nogueira Soares, que se declarou parente próximo de Sidónio Pais, por quem teria sido enviado.

Embora um pouco contrariado, porque facilmente intuía que a visita se relacionaria com alguma conspiração em curso, Belisário Pimenta sentia-se obrigado pelo bilhete de Brito Camacho a ouvir o mensageiro de Sidónio.

Nogueira Soares disse-lhe que "*estava em marcha uma conjura chefiada por Sidónio Pais, mais ou menos à sombra do Partido Unionista, com a finalidade de expulsar os democráticos do poder e fazer entrar o regime em caminho diferente.*" Segundo ele, o êxito estaria assegurado pelos importantes apoios militares e civis com que se contava, se bem que fosse previsível que Norton de Matos – que, na ausência do País de Afonso Costa e do Ministro dos Estrangeiros, Augusto Soares, chefiava interinamente o Governo – opusesse à revolta uma dura resistência. Depois de afiançar que várias guarnições militares estavam comprometidas, revelou que, no plano geral do movimento, não havia representação alguma de Coimbra, o que era motivo de estranheza para Sidónio.

Nogueira Soares pretendia levar a Sidónio Pais informação segura sobre as possibilidades de apoio ao movimento por parte dos militares da guarnição de Coimbra.

Belisário Pimenta fez-lhe uma exposição desanimadora. Disse-lhe que, apesar de na guarnição não haver "*grandes simpatias pelos democráticos*", aos "*bons elementos*" que não tinham sido mobilizados faltavam características para participarem no movimento. Acabou por lhe sugerir apenas o nome de um oficial.³³²

A Belisário Pimenta sempre se ofereceram algumas reservas sobre Sidónio Pais. Também tinha desconfianças acerca da natureza do movimento que ele agora encabeçava. Sidónio fora sempre republicano, mas também fora sempre um homem "*cauteloso e receoso*", pouco

³³¹ Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, pp. 50 a 54.

³³² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, pp. 270 a 273.

talhado para assumir grandes responsabilidades. Esta súbita “*transformação*”, em ocasião tão perigosa, fazia-o temer que a conjura fosse maquinada por reaccionários, movimentando-se à sombra do prestígio que Sidónio adquirira.

Nogueira Soares partiu e Belisário Pimenta passou a noite a reflectir sobre a inesperada visita: “[Eu] *não gostava dos democráticos; mas deitá-los abaixo com ajuda dos reaccionários é que não fazia. Além disso, eu não sabia quem eram os promotores da sublevação, além do Sidónio Pais, que também, não sei porquê, me não merecia uma confiança por aí além. E depois ... vinha da Alemanha, com tendências militaristas, segundo se dizia – ele que foi sempre um paisano às claras.*”³³³

No dia 5 de Dezembro, quando estalou a revolta sidonista, os quartéis de Coimbra ficaram em regime de prevenção rigorosa. Aparentemente, na guarnição, não havia militares ligados ao golpe. As notícias só chegavam pelos canais oficiais e, como habitualmente nestas circunstâncias, eram contraditórias.

No dia 6, soube-se que Machado Santos, acompanhado pelos outros oficiais presos em Viseu desde a revolta do ano anterior, insurreccionara a guarnição local e tencionava marchar sobre Coimbra, para assumir o comando da Divisão Militar.

No dia seguinte, o General João Pinto de Magalhães, Comandante da Divisão, chamou Belisário Pimenta ao Quartel-General. Disse-lhe que Machado Santos estava no Luso, com as tropas do quartel de Viseu e com um esquadrão de Cavalaria de Nelas, e queria tomar a cidade de Coimbra. O General tinha já trocado telegramas com Machado Santos, sem resultado algum e em tom áspero, sobretudo porque este queria ser tratado por Almirante, posto a que se achava com direito.

Preocupado com a vitória de Sidónio, “*que considerava vitória reaccionária*”, Pinto de Magalhães confiou a Belisário Pimenta a missão de ir ao Luso, como delegado seu, falar com Machado Santos. Queria que “*as tropas regressassem a quartéis e se deixassem de bazólias de conquistadores; [...] que o Machado Santos seguisse para Lisboa com os seus oficiais e compreendesse que o não podia tratar por Almirante, porque o não era [...]*”.

O General deu um abraço a Belisário e pediu-lhe que partisse imediatamente.

O objectivo essencial da missão era levar Machado Santos a desistir da *entrada triunfal* em Coimbra.³³⁴

A povoação do Luso estava transformada num acampamento militar. Por entre grupos de soldados, que se espalhavam desordenadamente por todo o lado, Belisário Pimenta dirigiu-se à estação do caminho-de-ferro e foi levado a casa do chefe ferroviário, onde se recolhia Machado Santos, acompanhado por Lobo Pimental, oficial de Cavalaria e “*uma das almas danadas de Sidónio*”.

³³³ *Idem, Ibidem*, pp. 273 a 275.

³³⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 275 a 282.

Machado Santos recebeu-o sorridente e com um abraço e, depois de o ouvir, agradeceu a boa vontade do General Pinto de Magalhães e concordou com a pretensão que lhe era exposta. Mandaria regressar as tropas aos seus quartéis, *“visto que em Coimbra se aceitara o triunfo da revolução”*.

Subsistia, porém, uma dificuldade: exigia tratamento de Almirante. Belisário Pimenta explicou que o General Magalhães era um oficial formalista e cumpridor e que, na sua condição de Comandante da Divisão, não podia infringir as normas regulamentares, pelo que aguardava só pela publicação em folha oficial da promoção de Machado Santos a Almirante, para lhe dar tal tratamento. E – *“sentindo escorrer o suor, apesar do tempo frio”* – sugeriu uma forma de se ultrapassar a questão: *“Mas, Senhor Almirante: há maneira de solucionar, talvez, estes problemas delicados; é que [...] V. Exa. é ministro do Governo Provisório e, como tal, está acima de qualquer posto militar; assim se o Senhor General se dirigir a V. Exa. como Ministro, desaparecem as dúvidas e também os melindres.”*

Machado Santos aceitou a sugestão e abraçou-o, pedindo-lhe para dizer ao General que gostaria de o ver na Estação, no dia seguinte, à sua passagem para Lisboa, para lhe confirmar pessoalmente as suas resoluções.³³⁵

No dia 14 de Dezembro, Belisário Pimenta foi surpreendido por um telegrama que lhe enviara um *fidalgote* de Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira do Hospital, amigo de Moura Pinto e influente local unionista, cujo teor era o seguinte: *“Ilustríssimo e Excelentíssimo Capitão Belisário Pimenta, meritíssimo Governador Civil: Felicito V. Exa. pelo cargo que lhe foi confiado. Felicito o Distrito por ter V. Exa. como chefe. (a) António Pegado.”*³³⁶

Belisário Pimenta não gostou de receber assim a notícia, que, para si, constituía completa novidade, pois ninguém o ouvira sobre tal assunto. A própria ideia lhe desagradava. Não gostava de Sidónio e gostava ainda menos dos seus cadetes, *“rapaziada brava e sem escrúpulos que o cercava [...]”*. Para além disso, estando Moura Pinto no ministério, teria certamente complicações no exercício do cargo de Governador Civil, pois era previsível que discordasse da sua política para o Distrito.

Mas, nesse dia ou no seguinte, a incomodidade de Belisário Pimenta ficou resolvida. O Capitão Solano de Almeida, que comandara a Cavalaria que fora com Machado Santos até ao Luso, entrou solenemente em Coimbra pela Rua da Sofia, à frente do seu Esquadrão. Subiu a Avenida Sá da Bandeira e a Rua Alexandre Herculano até aos Arcos do Jardim e, na Rua Larga, deixando o Esquadrão à espera, apeou-se e foi tomar posse do cargo de Governador Civil.³³⁷

Mais tarde, Belisário Pimenta viu a folha de papel almaço que continha a lista dos Governadores Civis que Brito Camacho aconselhara a Sidónio Pais. Moura Pinto guardara-a. Lá estava, escrito

³³⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 284 a 289.

³³⁶ *Idem, Ibidem*, p. 290.

³³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 292.

com a letra de Brito Camacho, o nome de Belisário Pimenta. Sobre ele, Sidónio fizera um traço e emendara com o nome do oficial monárquico Solano de Almeida.³³⁸

Em Janeiro, Belisário Pimenta foi colocado na Inspeção de Infantaria da 5ª Divisão, o que o afastou do Regimento e da vida política da cidade. Mas sentia que a opressão se acentuava e que os desmandos dos cadetes de Sidónio eram cada vez maiores. Com o correr dos meses, tornavam-se nítidos os sinais de que se preparavam movimentos de revolta contra o sidonismo, tanto por iniciativa de republicanos, que viam em Sidónio o caminho para a Monarquia, como por iniciativa de monárquicos, que o consideravam um entrave para os seus projectos restauracionistas.

No dia 12 de Outubro, Belisário Pimenta acordou, ouvindo tiros. As balas assobiavam por cima do telhado da sua casa. O tiroteio manteve-se constante por algumas horas. Só à noite, voltou o silêncio.

O R.I. n.º 35 e o 2º Grupo de Administração Militar tinham-se sublevado. O Quartel-General, o Governo Civil, a estação de telégrafo e esquadras de polícia foram tomados pelos revoltosos, que também entraram no quartel das baterias de Artilharia e se apoderaram das peças.

O movimento revoltoso acabou por se frustrar, porque foi abortado à nascença em Lisboa e no Porto. Só em Coimbra e em Évora saiu para a rua.

No dia 13, foi decretado o estado de sítio. O Coronel Alexandre Mourão, comandante do R.I. n.º 35 e das forças sublevadas em Coimbra, foi preso no dia 15.

Belisário Pimenta haveria de qualificar este episódio como "*uma carrapata sem valor, que só agravou a situação e levou os monárquicos a exigirem mais e mais severas repressões.*"³³⁹

Ainda grassava em Coimbra a gripe pneumónica – que, embora levemente, também atingiu e reteve no leito por uns dias Belisário Pimenta –, quando, em Novembro, acabou a I Grande Guerra.

Belisário Pimenta, promovido a Major, fora colocado no Regimento de Infantaria n.º 35, aquartelado em Santa Clara.

Numa noite desse mês de Novembro, em que estava de serviço e era o oficial mais graduado presente, o Regimento teve a visita inesperada de uma comitiva da guarnição do Porto, composta por quatro ou cinco oficiais e encabeçada pelo Tenente-Coronel de Cavalaria Jaime Carvalho da Silva.

Recebeu os visitantes ao cimo da escadaria que partia da Porta de Armas e conduziu-os para o gabinete do comando.

Jaime Carvalho da Silva era um dos signatários das proclamações da *Junta Militar do Porto*.

³³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 289.

³³⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 301 e 302; José Adelino Maltez, *in Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, vol. II, p. 245; Lia Ribeiro e António Ribeiro, *in Coimbra - Roteiros Republicanos*, pp. 56 e 57.

As Juntas Militares surgiram, no Porto e em Lisboa, nessa fase final do sidonismo, num contexto de aguda crise social e política. O custo de vida elevado e a crise das subsistências agravava-se ainda com a crise de saúde pública trazida pela pneumónica. A agitação social intensificava-se pela acção do movimento operário, marcada pela escalada das greves sectoriais e pelo apelo dos sectores anarco-sindicalistas à greve geral. No terreno político, a confrontação fundamental travava-se entre monárquicos – cuja força crescera significativamente sob o sidonismo – e os republicanos, isolando o Poder instituído, que dava progressivos sinais de fragilidade.

As intenções programáticas das Juntas, prevendo um atentado bem sucedido contra a vida de Sidónio Pais – como viria a ocorrer – ou o seu afastamento do Poder por qualquer outro meio, passavam pela formação de um governo militar, capaz de erradicar os focos de conspiração e revolta, e, assim, garantir a ordem pública e impedir as “*facções demagógicas*” de conquistarem o poder. Contemplavam ainda – após cessarem “*as circunstâncias que determinam o apoio do exército à actual situação*” – o recurso à consulta plebiscitária sobre o regime, o que correspondia a uma aspiração adoptada pelos monárquicos a partir do período final da guerra.³⁴⁰

As Juntas visavam, pois, impedir, no plano imediato, o regresso do Partido Democrático ao poder, mas não descartavam a eventualidade de a sua acção conduzir à restauração da Monarquia.

O programa das Juntas foi subscrito pelo Comandante da Divisão Militar de Lisboa, General Jaime Leitão de Castro e obteve a adesão de todos os Comandantes das unidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Estava destinada ao General Tamagnini de Abreu, Comandante da Divisão Militar de Coimbra, a responsabilidade de ser o Comandante-Chefe das tropas do movimento. Tamagnini de Abreu, que teve sempre uma atitude dúbia em relação às Juntas, acabou por dar-lhes a sua adesão, quando o Tenente-Coronel Jaime Carvalho da Silva lhe afirmou, “*sob palavra de honra*”, que a Junta não tinha a intenção de restaurar a Monarquia.

Belisário Pimenta pôde confirmá-lo, ao ler, anos mais tarde, os cadernos respeitantes a este período das *memórias* de Tamagnini de Abreu.³⁴¹ Mas, dessa leitura e de uma longa conversa que, muito posteriormente, teve em Caldelas, com o Major Reformado Borges – que era então gerente da Empresa das Termas, mas que, nos finais de 1919, estivera ligado à Junta e fora, depois, um dos signatários do decreto que proclamou a Monarquia do Norte – retirou a convicção de que os militares da Junta visavam apelar Sidónio Pais e restaurar a Monarquia: “[...] *a palavra dada pelo Carvalho da Silva não seria muito séria; por debaixo de afirmações pomposas de salvação da Pátria e de moralidade na administração pública, as intenções dos*

³⁴⁰ Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, pp. 393 a 395.

³⁴¹ Teve acesso a tais cadernos das *memórias* de Tamagnini de Abreu por amabilidade de um sobrinho do autor, o Coronel Salvador Pinto da França, já que elas estavam, então, “*depositadas e seladas* [...] no Arquivo Histórico Militar” - Cfr. Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, VI*, p. 314 e 315.

homens da Junta eram a imposição ao Sidónio Pais para abandonar o poder e proclamar-se a Monarquia.”³⁴²

No gabinete do comando do R.I. n.º 35, o Tenente-Coronel Carvalho da Silva – muito empertigado na sua pequena estatura, de monóculo e fardado com uma elegância quase impertinente –, manteve-se de pé e fez uma rápida exposição, em que, sem preâmbulos, argumentou com “*a necessidade de o exército impor a sua vontade para acabar com as contendas políticas*”. Depois de reproduzir algumas frases das proclamações da Junta, pediu a expressa adesão dos oficiais do Regimento aos propósitos da *Junta Militar do Porto*.

Belisário Pimenta, na presença dos oficiais que consigo estavam de serviço naquela noite, negou tal adesão e afirmou a sua falta de simpatia pelo movimento que Carvalho da Silva ali representava, por fazer perigar a subsistência do regime republicano.

O oficial da Junta quase cortou o discurso de Belisário Pimenta, disse qualquer coisa a roçar a grosseria e despediu-se bruscamente.

Pouco mais de meia hora depois, Belisário Pimenta foi chamado ao telefone. Era o Comandante da Unidade, Tenente-Coronel Gomes de Sousa, que, visitado em casa por Jaime Carvalho da Silva e por este informado do que acabara de se passar, se insurgia contra o seu oficial por ter “*colocado mal*” o Regimento perante os homens da Junta.³⁴³

Quando a notícia da morte de Sidónio Pais chegou a Coimbra, o General Tamagnini de Abreu ordenou que os quartéis da guarnição observassem um regime de prevenção muito rigoroso, “*para evitar graves levantamentos no país*”, que se prolongou de 15 de Dezembro até 4 de Janeiro.³⁴⁴

Todos esperavam que as Juntas Militares impusessem a constituição de um governo militar, tanto mais que Álvaro César de Mendonça, Secretário de Estado da Guerra, logo na madrugada do dia 15, poucas horas depois da morte de Sidónio, propunha tal solução, por entender que essa era a “*posição dominante no exército e nos meios conservadores que haviam apoiado o Dr. Sidónio Pais e a sua política*.”³⁴⁵

Em 16 de Dezembro, o Parlamento sidonista elegeu Canto e Castro como Presidente da República, e, no dia 23, tomou posse o Governo de Tamagnini Barbosa.

As tensões entre o novo Governo, composto com os restos do sidonismo, e as Juntas Militares cresceram. A *Junta Militar do Porto* fazia proclamações como se exercesse poderes soberanos e exercia autoridade efectiva na administração pública.³⁴⁶

³⁴² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, p. 323 e 324.

³⁴³ *Idem, Ibidem*, pp. 319 a 323.

³⁴⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 326 e 327; Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, p. 402.

³⁴⁵ Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, p. 401.

³⁴⁶ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, p. 337.

Nos quartéis de Coimbra cumpriam-se ainda as velhas ordens de Álvaro César de Mendonça, e faziam-se transferências de material militar para o Porto, para reforço das tropas da Junta.³⁴⁷ Em 19 de Janeiro, um pronunciamento militar dirigido por oficiais ligados à Junta³⁴⁸, com Paiva Couceiro à frente, proclamou no Porto a Monarquia.

Na noite de 21 de Janeiro, os republicanos de Coimbra, inquietos com as notícias que corriam, organizaram uma manifestação na Baixa, que subiu ao Quartel-General com dois objectivos principais: solicitar ao comando a libertação dos militares presos em 12 de Outubro e reclamar a boa escolha dos oficiais que haveriam de comandar as tropas que iam ser mandadas para Aveiro.

Nos seus discursos, os manifestantes pediram mesmo a nomeação de Belisário Pimenta para cumprir essa missão. Este pedido era, porém, inútil, porque, à hora em que corria a manifestação, já Belisário Pimenta estava na Estação Velha, a aguardar a partida para Aveiro. O Coronel Francisco Gomes, que, na ausência por doença do General Tamagnini, comandava interinamente a Divisão, dera-lhe ordens para comandar um comboio de tropas que ia reforçar a guarnição de Aveiro e tentar deter a coluna realista que constava estar a descer para Albergaria.³⁴⁹

Nas semanas seguintes, o Major Belisário Pimenta esteve no comando de tropas na *frente do Vouga*. Participou, comandando um dos sectores dessa frente, na batalha decisiva de Angeja, que durou desde a manhã até à noite do dia 29 de Janeiro, e que obrigou as tropas monárquicas, até aí estacionadas em Estarreja, a recuarem e, dias volvidos, a dispersarem.³⁵⁰

Em 16 de Fevereiro, entrou, com as tropas vitoriosas, à frente de um Batalhão, na cidade do Porto. A *Monarquia do Norte* tinha caído.

Durante meses, Belisário Pimenta foi saudado como o "*heróico defensor da ponte de Angeja*", epíteto que sempre atribuiu apenas à fantasia de um jornalista do diário republicano de Lisboa, *A Manhã*, reproduzida, depois, em outros jornais.³⁵¹

Manteve-se no Porto, a comandar um Batalhão *de ocupação*, até 10 de Abril, dia em que o seu Batalhão foi dissolvido e as Companhias regressaram aos quartéis.

Nos dois meses do Porto, Belisário Pimenta teve tempo para reflectir sobre os últimos episódios da vida política do País. Escreveu: "[...] *eu encabeçava todos os meus incómodos, contratempos e desgostos nos erros dos republicanos que levaram àquele descalabro político, auxiliados, aliás, por toda a malandragem monárquica que, ardendo em fé republicana, veio para o novo regime com o único intuito de se governar.*"³⁵²

³⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 336.

³⁴⁸ A *Junta Militar do Porto*, formalmente, tinha sido dissolvida.

³⁴⁹ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VII, pp. 9 a 11.

³⁵⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 32 a 55.

³⁵¹ *Idem, Ibidem*, pp. 50 a 54.

³⁵² *Idem, Ibidem*, p. 139.

Em tal estado de espírito, respondeu ao ofício do Governo Civil que o nomeava para Vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito, nestes termos: “[...] *não posso aceitar o cargo para que fui nomeado, porque não reconheço no antecessor de V. Exa. (de quem aliás sou amigo pessoal) as qualidades de republicano necessárias para fazer nomeações como esta [...].*” No mesmo dia, escreveu ao Dr. José Rodrigues de Oliveira, chefe dos unionistas de Coimbra, uma carta, em que comunicava o seu afastamento do partido: “[O Partido Unionista] *não tem seguido o caminho verdadeiramente e superiormente republicano que o momento [...] exige. [...] Vi como foram grandes os erros dos republicanos que entregaram aos monárquicos a República. Não quero, por isso, ter mais um momento de cumplicidade.*”

Mas, um mês depois, receberia de Coimbra um telegrama do Dr. Rocha Manso, que, em nome do Partido Unionista, o classificava como “*individualidade indispensável na cooperação do Partido para o engrandecimento da República*” e o informava da sua eleição, por unanimidade, para Vice-Presidente da Comissão Distrital respectiva.³⁵³

Proposto, depois, pelos unionistas para candidato a Senador nas eleições de Maio de 1919, recusou em carta dirigida a Moura Pinto.³⁵⁴

No final de 1920, Belisário aceitou ser contemplado com o grau de Comendador da Ordem Militar de Aviz. Mas recusou, no ano seguinte, a Comenda da Ordem de Cristo que, sob proposta do Ministro da Guerra, o Presidente da República, então António José de Almeida, lhe concedera.³⁵⁵

•

³⁵³ *Idem, Ibidem*, pp. 133 a 141.

³⁵⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 155 e 156.

³⁵⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 185 e 203 e 204.

O percurso maçónico de Belisário Pimenta

A Loja *Academia Livre*, em que Belisário Pimenta foi iniciado em 11 de Novembro de 1899, era composta por *rapazes novos*. Salvo três ou quatro dos seus membros – um tipógrafo anarquista, um inspector de incêndios que também era correspondente de *O Primeiro de Janeiro*, um bacharel em Direito à espera de emprego – todos os outros eram estudantes. Quase todos se reclamavam herdeiros do espírito revolucionário do 31 de Janeiro.

Recordando esses primeiros tempos da sua experiência maçónica, Belisário Pimenta descreve-os, em Março de 1907, como uma “*fase de romantismo*”, dominada pela convicção de se trabalhar pela regeneração da Humanidade. Em Portugal – acrescentava ele, reportando-se ainda à atmosfera que fora encontrar entre os jovens maçons de Coimbra –, “*esse sonho grandioso reduzia-se às exíguas proporções da proclamação de uma República*”.³⁵⁶

O cerimonial litúrgico, “*metódico e rigoroso*”, agradava ao seu “*feitio ordenado*”. Os trabalhos da Loja pareciam-lhe inserir-se com utilidade no movimento geral de “*oposição aos desígnios ultramontanos*”.³⁵⁷

Da Loja *Perseverança*, que reerguera colunas em 1887, irradiavam para o universo maçónico de Coimbra, não só a boa observância das práticas litúrgicas, mas sobretudo as tradições republicanas.

A Loja *Perseverança*, sempre dirigida por Abílio Roque de Sá Barreto, até à morte deste em 1898, tivera – e tinha ainda – influência marcante na actividade maçónica em Coimbra. Na década de Setenta do século XIX, pertenceram ao seu quadro, para além do velho maçom e carbonário Abílio Roque, figuras como Manuel Emídio Garcia, introdutor do Positivismo em Portugal e doutrinador do republicanismo, Olímpio Nicolau Rui Fernandes, Feio Terenas, António Zeferino Cândido e os futuros Grão-Mestres Bernardino Machado e Sebastião de Magalhães Lima, que nela terão sido iniciados. Logo então, na primeira fase da sua vida – que vai até cerca de 1878, ano em que terá abatido colunas – a *Perseverança* distinguir-se-ia pelo seu vanguardismo ideológico, penhor da opção filosófica pelo Positivismo dos seus mais destacados obreiros, que, em oposição ao conservadorismo das tendências então dominantes no Grande Oriente Lusitano Unido, transportaria o maçonismo coimbrão da simples defesa dos princípios basilares do liberalismo e da vigilância sobre as forças do ultramontanismo para uma nova politização, traduzida na aspiração republicana, que se adoptava como única via para enfrentar o surto congreganista e regenerar a Pátria.³⁵⁸

Passado um ano sobre a sua iniciação, Belisário Pimenta foi para Lisboa, para a Escola do Exército. Não podia, então, frequentar com assiduidade as sessões da Loja, mas visitava

³⁵⁶ Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. I, pp. 250 a 252.

³⁵⁷ *Idem*, *Memórias*, vol. II, pp. 339 a 341.

³⁵⁸ Cfr. Fernando Catroga, *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*, pp. 14, 17 a 39 e 42 a 58; Manuel Borges Grainha, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, p. 132.

amiúde o Palácio Maçónico, como representante da sua Oficina na *Grande Loja Simbólica* (designação que, na época, tinha o parlamento maçónico).

Nesse período da sua ausência, houve uma dissidência na Loja *Academia Livre*.

Discutia-se na Loja um texto escrito por José Maria Dias Ferrão, destinado a ser enviado à Câmara dos Deputados, pedindo a execução das leis de Pombal e de Joaquim António de Aguiar contra os jesuítas, quando se soube que D. António Barroso, Bispo do Porto, iria a Coimbra para ser *padrinho de capelo* de alguém. Constando que alguns reaccionários tencionavam fazer uma manifestação de apoio ao Bispo, os estudantes da Loja decidiram adiantar-se-lhes e promoveram uma manifestação de desagrado. Houve tumulto na Sala dos Capelos e, na Universidade, foi aberto um inquérito. Na Loja, levantou-se a suspeita de que alguns obreiros não tinham ido à Sala dos Capelos e tinham, assim, faltado aos seus deveres de solidariedade. Instalado o mal-estar, o José Ferrão e o Mário Duque – os dois amigos de Belisário Pimenta que tinham proposto a sua iniciação – saíram da Loja, arrastando consigo Belisário e mais alguns dos seus membros.³⁵⁹

Os dissidentes rapidamente formaram um novo quadro – que, passado pouco mais de um ano, já contava com 39 obreiros – e fundaram a Loja *Liberdade*, que aderiu ao Grande Oriente de Portugal.³⁶⁰⁻³⁶¹

O crescimento rápido do quadro da nova Loja tinha como contrapartida uma descuidada selecção dos seus novos membros. Esse factor, somado à juventude da maioria dos obreiros, desencadeou atritos e divergências, que, pelos finais do ano seguinte levaram alguns deles a saírem da Loja. Logrando obter autorização das instâncias superiores do Grande Oriente de Portugal³⁶², os dissidentes fundaram, no seio dessa Obediência, uma nova Oficina, a que deram a designação de *Pro-Veritate*. Meses depois, era o próprio Venerável da Loja *Liberdade*, António Aurélio da Costa Ferreira, cunhado de Belisário Pimenta, que a abandonava. Belisário, então a tirocinar em Mafra e que vinha acompanhando com mágoa as notícias que lhe chegavam de Coimbra, acabou por segui-lo. Passaram ambos para a nova Loja, a *Pro-Veritate*.³⁶³

Em 1902, quando ainda era obreiro da Loja *Liberdade*, Belisário Pimenta foi autorizado a iniciar, *por comunicação*, Hélder Ribeiro – então seu condiscípulo na Escola do Exército e futuro “*jovem turco*”, Ministro da Guerra, Ministro da Instrução, Ministro do Comércio, deputado e Coronel do Estado-Maior –, que anteriormente ele próprio tinha proposto para ingressar na Loja. Em 1958, Belisário Pimenta deixou-nos testemunho deste episódio: “[...] *lembro-me bem de que uma*

³⁵⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 341 a 347.

³⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 347; [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. I, p. 126; Carta de 21 de Maio de 1901, de José Ferrão e Mário Duque, *in Ob. cit.*, pp. 38 a 41.

³⁶¹ O Grande Oriente de Portugal era uma Obediência maçónica, constituída em Maio de 1897, por cisão do G.O.L.U., e por acção de uma fracção conservadora contra o Grão-Mestre Bernardino Machado. O seu primeiro Grão-Mestre foi (até 1902) o Par do Reino Joaquim Peito de Carvalho. Dissolveu-se em 1905. (Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *in Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, cols. 686 e 687; Manuel Borges Grainha, *in História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, pp. 130 e 131.)

³⁶² Cfr. documento emitido pelo Grande Secretário-Geral do G.O.P., em 4 de Janeiro de 1903, *in* Belisário Pimenta, [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. I, pp. 131 e 132.

³⁶³ Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. II, pp. 361 a 364.

noite, passeando no corredor largo que ao tempo ligava os três edifícios do internato, eu iniciei nos 'nossos augustos mistérios' o rapaz vivo e inteligente que depois, com o tempo, veio a ser figura predominante no regime republicano [...]. Para um lado e para o outro, ao longo do corredor, eu expus miudamente os fins da Maçonaria, a sua razão de ser, a forma dos trabalhos, como se fazia uma iniciação, etc.; e assim o Hélder Ribeiro, o futuro 'jovem turco', foi admitido na Loja Liberdade e tomou o nome simbólico de Febo Moniz.³⁶⁴

Em Janeiro de 1904, os dignitários da Loja *Pro-Veritate* solicitaram a regularização da sua Loja no Grande Oriente Lusitano Unido, em requerimento redigido pelo estudante de Medicina Martins Grilo: "[...] Desejando a R.: Loj.: Cap.: Pro-Veritate, com o fim de unir o seu insignificante esforço ao esforço daqueles que lutam pelos sagrados ideais da Liberdade, colocar-se sob os auspícios do Gr.: Or.: Lusitano Unido, vem pedir-vos a sua filiação na obediência desse Gr.: Or.:, certa de que saberá sempre cumprir com os deveres que à Maç.: importam."³⁶⁵

Autorizada a sua regularização por decreto do Grão-Mestre do G.O.L.U., o General Luís Augusto Ferreira de Castro, a Loja Capitular *Pro-Veritate* foi solenemente instalada em 8 de Maio de 1904 pelos Veneráveis das três Lojas de Coimbra daquela Obediência – Manuel António da Costa, da Loja Perseverança; Francisco José Fernandes Costa, da Loja Portugal; e Fausto de Quadros, da Loja Pátria.

A Loja, cujas sessões decorriam no número 10 da Rua das Esteirinhas, tinha um quadro composto por 22 obreiros, na sua maioria estudantes. Todos mantiveram os graus em que tinham sido investidos pelo Grande Oriente de Portugal. Belisário Pimenta tinha, então, o grau 18º, *Cavaleiro Rosa Cruz*, que lhe fora concedido ainda quando era obreiro da Loja *Liberdade*. Continuou a usar o nome simbólico que escolhera no dia da sua iniciação – Nun'álvares, o nome da figura histórica que, desde a adolescência, adoptara como modelo.³⁶⁶

Por decreto do Grão-Mestre Ferreira de Castro, datado de 25 de Abril de 1905, foi atribuído a Belisário Pimenta o grau 20º do Rito Escocês Antigo e Aceite³⁶⁷. Foi nele investido pelo velho republicano Manuel António da Costa, sem cerimonial mas com solenidade, na sobreloja do seu estabelecimento comercial, sito na Calçada. Manuel António da Costa inspirava a Belisário Pimenta admiração e respeito. Era, então, o Venerável da Loja *Perseverança*; fora amigo de Abílio Roque de Sá Barreto e convivera com "homens que intervieram nas primeiras andanças

³⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 358. A. H. de Oliveira Marques (*in Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, col. 1230) refere que Hélder Ribeiro foi iniciado em 1911, na Loja *Justiça*, em Lisboa, com o nome simbólico de Febo Moniz. A discrepância, quanto à data da iniciação e à Loja que o iniciou – que não, quanto ao nome simbólico que adoptou – poderá dever-se à circunstância de cada uma das Lojas (a Loja *Justiça* e a Loja *Liberdade*, sob cuja autoridade Belisário Pimenta o iniciou) pertencerem a Obediências diferentes, o G.O.L.U. e o G.O.P., respectivamente.

³⁶⁵ Belisário Pimenta, [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. I, p. 157.

³⁶⁶ Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. I I, pp. 365 a 367; *Idem*, [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, pp. 147, 148 e 157 a 164.

³⁶⁷ O documento pelo qual lhe foi atribuído este grau está copiado a fls. 183 do vol. I de [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*.

do Partido Republicano e outros que ainda vinham da *Patuleia*.³⁶⁸ Era ele quem representava as “boas tradições” maçónicas da mais antiga Loja da cidade, a *Perseverança*.

Porém, Belisário Pimenta já então se lamentava com o ambiente da Loja: “[...] a doença *ingénita das lojas de rapazes, agora agravada com a presença de um grupo razoável de futricas, começava a mostrar os mesmos sintomas e por dá cá aquela palha as questiúnculas surgiam.*”

E acrescentava que “os elementos não estudantes não davam boa ligação com os académicos; [...] a boa intenção de reunir estes elementos, para poder influir no ambiente conimbricense, no sentido de evitar a desarmonia sempre latente entre as duas populações [...] não deu resultado, porque os escolhidos não eram pessoas para tão alto propósito.”³⁶⁹

As dificuldades de identificação entre estudantes e não estudantes, tal como a brevidade da passagem por Coimbra e as ausências sazonais dos primeiros, tornavam precária a vida das lojas maçónicas que os incluíam e sujeitava-as a frequentes cisões.

Cansado dos costumados desentendimentos, Belisário Pimenta acabou por abandonar a *Pro-Veritate* e pedir o *quite*, que lhe foi concedido em Novembro de 1905.³⁷⁰

Nos três anos seguintes, em que esteve organicamente desligado da Maçonaria, participou em projectos, que não se concretizaram, visando ora a constituição de uma nova loja, ora o ingresso, acompanhando o grupo dos dissidentes da *Pro-Veritate*, na Loja *Pátria*. Nesse período, o Dr. Fernandes Costa sugeriu-lhe que entrasse na Loja *Portugal*, de que era o Venerável. Propendia para aceitar o convite, porque a Loja era “*composta por gente categorizada, na maioria republicana e já sem verduras de mocidade.*” Mas, passaram-se meses sem que Fernandes Costa lhe voltasse a falar do assunto.³⁷¹

Sentia a falta do trabalho em loja maçónica, nessa época em que crescia a agitação política, avançava a propaganda republicana e as esperanças de uma próxima mudança de regime eram cada vez maiores. Para Belisário Pimenta, “a Maçonaria era sem dúvida um *cadinho excelente para abrigar essas esperanças.*”³⁷²

A aproximação entre o Partido Republicano e o Grande Oriente Lusitano Unido, que se vinha forjando já desde a viragem do século, era, já então, patente. Monárquicos maçons, como o antigo Grão-Mestre Bernardino Machado, aderiam ao Partido Republicano. Dirigentes republicanos eram iniciados na Maçonaria, como Afonso Costa, em 1905, e, depois, em 1907, António José de Almeida. As temáticas discutidas nos Congressos maçónicos de 1903, em Coimbra, de 1905, em Lisboa, e de 1906, na Figueira da Foz, relevando matérias relacionadas com os valores da igualdade social, da laicidade, do livre pensamento, convergiam com os temas da propaganda republicana. A deriva autoritária de João Franco, apoiada e estimulada

³⁶⁸ Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. I I, p. 370.

³⁶⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 365 a 367.

³⁷⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 368, 369, 371 e 372; os documentos relativos ao *quite* concedido a Belisário Pimenta estão a fls. 194 e 195 de [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. I.

³⁷¹ Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. I I, pp. 374 a 379.

³⁷² *Idem, Ibidem*, p. 373.

pelo Rei, pôs termo às hesitações de muitos maçons, que viam postergados os valores maçónicos.

A confirmação definitiva dessa decidida aproximação ficou representada pela eleição, em 21 de Março de 1907, com uma votação inequívoca, de Sebastião de Magalhães Lima como Grão-Mestre do G.O.L.U.

A Maçonaria, tal como em 1820, quando abraçou os ideais da revolução, adoptava, nos primeiros anos do século XX, a causa política de vanguarda.³⁷³

Em Maio de 1907, a Loja *Pátria* desmembrava-se. Fausto de Quadros, seu fundador e seu Venerável desde sempre, deixara Coimbra e desempenhava então o cargo de Grande Secretário-Geral no Conselho da Ordem do G.O.L.U. Os crónicos conflitos entre estudantes e *futricas*, que Fausto de Quadros vinha contendo no seio da Loja, atingiram, na sua ausência, proporções bastantes para que o Conselho da Ordem mandasse suspender os seus trabalhos.³⁷⁴

Um grupo de obreiros, não estudantes, tendo à cabeça o velho maçom e republicano José Augusto Pereira de Vasconcelos, abandonou a Loja *Pátria* e decidiu unir esforços para formar uma nova Oficina, a que seria dado o nome de *Redenção*. Propuseram eles a Belisário Pimenta que se *regularizasse* na Loja a constituir e que aí aceitasse o malhete de Venerável.

Belisário, entre Coimbra e Valença – em cujo quartel fora entretanto colocado, em consequência do seu activismo durante a greve académica de 1907 –, seguiu todo o processo de formação da projectada Loja, que foi recheado de incidentes e se prolongou até ao mês de Agosto do ano seguinte, em cujos primeiros dias ela foi instalada.

Na fase de constituição da Loja *Redenção*, Belisário Pimenta chegou a autorizar, em carta de 15 de Novembro de 1907, que o seu nome fosse incluído no quadro da Oficina e que fosse posto a votos para o cargo, que lhe era oferecido, de Venerável. Mas, no mês seguinte, apesar de removida a oposição, até então firme, das altas instâncias do G.O.L.U., à constituição da nova Loja, ele retirou tal autorização. Justificaria a mudança de atitude em cartas que dirigiu ao Sargento reformado António Pinto dos Santos, que, em ligação com o Grande Secretário-Geral Fausto de Quadros, conduzia o processo de formação da Loja: “[...] *As coisas não seguiram os seus termos como deviam seguir; as coisas não foram reguladas como deviam ser reguladas [...] Houve divergências, mal entendidos, houve o tal pouco cuidado, houve cisão. [...] Em vista disto, [...] eu não devo aceitar o encargo que, muito honrosamente para mim, me quiseram confiar.*”³⁷⁵

Belisário Pimenta apercebera-se de que a formação da Loja seguia um percurso conturbado, com desentendimentos e defecções sucessivas, a que não seria alheia a intervenção, pouco

³⁷³ António Reis, “Maçonaria e República”, in *A Maçonaria e a Implantação da República*, pp. 10 e 11; A. H. de Oliveira Marques, in *Ensaio de Maçonaria*, pp. 61 e 62.

³⁷⁴ Belisário Pimenta, *Memórias, II*, p. 380; [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 26, 48 e 49.

³⁷⁵ Belisário Pimenta, *Memórias, II*, pp. 381 a 383; [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 61 a 67 e 79 a 87.

rectilínea, de Fausto de Quadros – “*as mesmas intrujices do costume*” do Fausto de Quadros, anotaria nos seus cadernos de apontamentos da época. Conhecia, desde a infância, Fausto de Quadros. Não depositava confiança nele e considerava-o homem “*de feitio esquinado como todos os diabos*”, que “*complicava sempre tudo*”.³⁷⁶

Ainda em Julho de 1908, nas vésperas da instalação da Loja *Redenção*, Belisário Pimenta, procurado por António de Oliveira, Alferes *prático* do Regimento de Leiria, que vinha tendo papel activo nos trabalhos de constituição da nova Oficina e que era membro recente do Conselho da Ordem, voltou a rejeitar o ingresso no quadro da Loja e o Veneralato que insistiam em oferecer-lhe.³⁷⁷

As reservas quanto à constituição da nova Loja acabaram por se estender à generalidade dos obreiros das três Lojas de Coimbra que trabalhavam sob os auspícios do G.O.L.U. As Lojas *Perseverança*, *Portugal* e *Pro-Veritate* opunham-se, em bloco, ao levantamento das colunas da nova Loja, e os seus Veneráveis estiveram ausentes da cerimónia de instalação da Loja *Redenção*.³⁷⁸

Em Setembro ou Outubro, essas três Lojas saíram do G.O.L.U., “*por causa da questão com a Loja Redenção*”, e formaram um grupo maçónico independente em Coimbra, que se constituiria nos meses seguintes em Obediência autónoma, designada *Grande Oriente Português*, e que teve como Grão-Mestre o Dr. Francisco José Fernandes Costa. A Loja *A Revolta*, fundada em 1909, juntou-se àquelas três Lojas na nova Obediência.

Esta Obediência maçónica coimbrã só se dissolveria em 3 de Maio de 1911. As Lojas que a integravam ingressaram todas no G.O.L.U.³⁷⁹

Em 9 de Dezembro de 1908, Belisário Pimenta foi recebido na Loja *Portugal*. No seu discurso de apresentação, saudado com agrado, quis deixar vincado o seu republicanismo: “[...] *devo dizer que, sendo a principal linha de conduta da Maçonaria o combate contra a reacção, nesse combate encontrar-me-ão sempre ao vosso lado de braços bem abertos; mas [...] dentro das nossas fronteiras esse combate tem de tomar um caminho de política avançada, porque na política monárquica está uma das bases da reacção religiosa; e se [...] esta Respeitável Loja entender que deve seguir por esse caminho, eu, com o maior prazer vos declaro, meus Irmãos, que irei para ele de braços ainda mais abertos.*”³⁸⁰

³⁷⁶ Belisário Pimenta, *Memórias*, II, p. 382; [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, p. 91. Segundo A. H. de Oliveira Marques, Fausto de Quadros, não muito depois, em 14 de Agosto de 1909, seria irradiado do G.O.L.U., sob a acusação de desvio de fundos e apropriação de documentos – in *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, cols. 1175 e 1176.

³⁷⁷ Belisário Pimenta, *Memórias*, II, pp. 381 e 384; [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 103 a 105.

³⁷⁸ Belisário Pimenta, [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 99, 100 e 110.

³⁷⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 113, 133 e 134; A. H. de Oliveira Marques, in *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, col. 689. A dissolução do *Grande Oriente Português* e o regresso das suas Lojas ao G.O.L.U. já eram matéria de discussão, naquela Obediência, pelo menos desde Fevereiro de 1910.

³⁸⁰ Belisário Pimenta, *Memórias*, II, pp. 384 e 385; [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 119 a 122.

Nas eleições seguintes, por proposta de Fernandes Costa e do Dr. Augusto da Costa Pereira, que então dirigia a Loja, foi escolhido para Venerável da Loja *Portugal*.

Sob o seu malhete, a Loja prosseguiu na sua clara orientação republicana e, depois da implantação da República, distinguiu-se no movimento, que se seguiu à Pastoral Colectiva dos Bispos, para a rápida promulgação da Lei de Separação do Estado e da Igreja, e nas diligências para a sua aplicação prática na cidade de Coimbra.³⁸¹

Logo em Dezembro de 1911, poucos meses volvidos sobre o reencontro das Lojas de Coimbra no seio do G.O.L.U., Belisário Pimenta aproveitou a cerimónia de sagração do novo templo das Lojas *Redenção* e *Estrela de Alva*, para, na sua condição de Venerável da Loja *Portugal*, saudar na pessoa do velho maçom Eduardo Pereira – um dos principais responsáveis pelo reatamento das relações entre as Lojas da cidade – o “*início de uma nova era na Maçonaria*” coimbrã, fundada nos laços de solidariedade e de união, que então se retomavam.³⁸²

Mantendo sempre o seu empenhamento na defesa da coesão e da unidade da Maçonaria, a Loja *Portugal*, sob a direcção de Belisário Pimenta, esteve, em Janeiro de 1913, na primeira linha dos protestos contra o movimento que, em rebelião contra os órgãos de soberania do G.O.L.U., assumira o poder na Maçonaria.

No dia 20 de Janeiro desse ano, um grupo de maçons tomou de assalto o Palácio Maçónico, destituiu o Grão-Mestre Adjunto em exercício e o Conselho da Ordem. Esses maçons, constituídos em “*Poder Governamental Provisório*”, reconstituíram a Constituição maçónica de 31 de Dezembro de 1907 e, mantendo incólume a figura do Grão-Mestre Magalhães Lima, ausente em Lausanne, nomearam um novo Conselho da Ordem e entregaram o cargo de Grão-Mestre Adjunto a António Xavier Correia Barreto.

Tal movimento terá tido origem nas divergências que se afirmavam em alguns sectores da Maçonaria a pretexto da intimidade política que se verificava entre os dirigentes do G.O.L.U. e o Governo da República. Governava, então, o País o primeiro Gabinete monopartidário de Afonso Costa, que contava com a oposição frontal do Partido Evolucionista.

Na sua mensagem de 21 de Janeiro às Lojas da Obediência, o *Poder Governamental Provisório* declarava-se “*estranho a toda a política do mundo profano*” e garantia que os novos dignitários eram filiados em diversos partidos políticos. Proclamava que a sua “*única política [seria] a política maçónica, isto é, o respeito e a tolerância para com todos [...]*”.³⁸³

O escasso apoio das Lojas condenou à derrota o movimento rebelde e, passados poucos dias, com a eleição de um novo Conselho da Ordem, foi reposta a legitimidade dos corpos dirigentes do G.O.L.U.

³⁸¹ Belisário Pimenta, [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 138, 139 e 148 a 150.

³⁸² Cfr. o discurso então proferido por Belisário Pimenta, por ele transcrito nas pp. 169 a 172 do vol. II de [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, das pp. 136 a 140 do *Anuário* dos trabalhos de 1910 e 1911 do *Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias*.

³⁸³ António Carlos Carvalho, in “1912-1913: Dois Anos Agitados”, texto que prefacia a *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, de Manuel Borges Grainha, p. 17. A cópia da mensagem dirigida, em 21.01.1913, pelo *Poder Governamental Provisório* do G.O.L.U. às Lojas da Obediência está nas pp. 206 a 209 do vol. II de [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos*.

O *Relatório Anual da Loja Portugal* relativo ao ano de 1913, elaborado por Belisário Pimenta, na qualidade de Venerável da Loja, refere-se àquilo que designa como “o lamentável caso de 20 de Janeiro” nestes termos: “[...] o movimentos sedicioso, [...] por muita razão que tivesse, não podia por forma alguma ser aceite por bons maçons; a Loja Portugal protestou contra ele e repeliu os pedidos de solidariedade que lhe foram dirigidos e [...] definiu logo a sua linha de conduta.”³⁸⁴

A aproximação entre a Maçonaria e o Partido Republicano veio a ter como reflexo a intromissão no seio da Maçonaria das dissensões que, desde a divisão do partido histórico em três organizações partidárias diversas, se acentuavam entre os republicanos.

A identificação entre o Partido Democrático e o G.O.L.U., após a cisão no P.R.P., era cada vez mais nítida. O Grão-Mestre Magalhães Lima era amigo e admirador de Afonso Costa; o Grão-Mestre Adjunto, José de Castro era figura proeminente no Partido Democrático. As Lojas – a que tinham ocorrido, após o 5 de Outubro, muitos republicanos de convicções recentes, que encaravam a Maçonaria como qualquer coisa de útil e que pragmaticamente se filiavam nos *democráticos* – seguiam, na sua maioria, a política do partido de Afonso Costa.³⁸⁵

A politização da Maçonaria trouxera consigo os perigos do sectarismo e renunciava, já então, em 1913, a divisão do G.O.L.U.

A cisão ocorreu no ano de 1914. Entre a maioria do Supremo Conselho do Grau 33, a Câmara Litúrgica da Maçonaria, por um lado, e os poderes executivo – Grão-Mestrado e Conselho da Ordem – e legislativo – Grande Dieta –, por outro, cavou-se um conflito, de que resultou a cisão. O Supremo Conselho do Grau 33, dirigido pelo General Ferreira de Castro, separou-se do Grande Oriente e constituiu uma nova Obediência, que ficou profanamente conhecida por *Grémio Luso-Escocês*. Cerca de 1.500 obreiros, mais de um terço dos maçons activos na época, seguiram a dissidência.

Para sustentar a separação, invocaram-se, formalmente, razões de ordem litúrgica. Porém, não podia ocultar-se que ela se ficara a dever à intrusão na Maçonaria das divergências partidárias entre radicais e conservadores.³⁸⁶

Também nas Lojas de Coimbra cresciam as tensões partidárias entre republicanos.

As conclusões de uma sindicância, de que foi relator Belisário Pimenta, feita por iniciativa da Loja *Portugal*, aos incidentes ocorridos em 31 de Janeiro de 1914, por ocasião de uma manifestação que saíra do Centro Evolucionista de Coimbra para comemorar o aniversário da revolta republicana do Porto, dão disso abundantes notas.

³⁸⁴ Este *Relatório Anual da Loja Portugal* foi transcrito para o vol. II de [*Maçonaria*]: *Documentos; Caderno de apontamentos* (Cfr. pp. 136 a 141).

³⁸⁵ António Arnaut, in *Introdução à Maçonaria*, pp. 58 e 59; A. H. de Oliveira Marques, “A Maçonaria e a 1ª República Portuguesa (1910-1926)”, in *Ensaios de Maçonaria*, pp. 62 e 63.

³⁸⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 61 a 65.

Durante o seu percurso, na Rua Ferreira Borges, alguns manifestantes envolveram-se em disputas e em trocas de “vivas” e “morrás” com pessoas que assistiam à passagem do cortejo. No Largo 8 de Maio, formou-se uma contramanifestação de adeptos de Afonso Costa e os gritos de hostilidade tornaram-se mais intensos.

Alguns dos que assim se agravavam reciprocamente eram obreiros das Lojas de Coimbra, que, segundo o relatório da sindicância, não só não cumpriram o seu dever de se esforçarem para evitar que aquela manifestação de carácter comemorativo tomasse o caminho das paixões partidárias, como intervieram nas increpações, dirigindo-as até, em alguns casos, contra *irmãos* seus. Ao concluir, o relator não deixou de atribuir também responsabilidades aos maçons que tinham cargos de relevo no G.O.L.U. e também àqueles que os tinham na vida política: “*Além disto tudo, devemos lembrar que o exemplo dos Irmãos que ocupam os postos superiores da Ordem e os que ocupam os postos superiores da política não tem sido digno de imitação – o que inconscientemente provoca uma certa brandura na disciplina do povo maçónico e a falta de coesão que nele se observa constantemente.*”³⁸⁷

A radicalização política na Maçonaria causava desconforto em muitos obreiros das Lojas, que acabavam por optar pelo afastamento.³⁸⁸

Também Belisário Pimenta seguiu esse caminho. Pediu o *atestado de quite* em 8 de Dezembro de 1914. A carta, que, para o efeito, dirigiu à sua Loja, caiu como uma bomba. Ninguém esperava que tomasse tal decisão. A Loja criou uma comissão encarregada de lhe solicitar a retirada do pedido de *quite*. Argumentando sempre com “*a influência bem visível [...] da política profana nos nossos trabalhos*”, não se deixou demover.³⁸⁹

A causa próxima da sua decisão foi a nomeação pelo Conselho da Ordem de Luís José da Mota, então Venerável da Loja *Redenção*, como membro honorário desse Conselho, o que lhe atribuía funções de representação em Coimbra do Grande Oriente e certos poderes sobre as Lojas da cidade.

Belisário Pimenta discordava dessa nomeação. Considerava Luís Mota *um recém-chegado*, que viera na “*aluvião de adesivos*” que, depois da implantação da República, ingressara na Maçonaria. Tinha também a convicção de que o Conselho da Ordem o escolhera por “*sectarismo político*”, dada a sua filiação nos *democráticos*.

Reuniu o Capítulo da sua Loja, onde expôs estas suas opiniões e manifestou a vontade de oficiar ao Conselho da Ordem, pedindo que reconsiderasse a nomeação de Luís Mota para aquele cargo tão prestigioso, por ela representar a preterição de velhos maçons da cidade, particularmente os da Loja *Perseverança*, que “*pela sua idade, serviços prestados [à Maçonaria] e dedicação à República, deviam merecer mais a honra conferida*”. A maioria dos presentes,

³⁸⁷ A cópia do relatório desta sindicância está nas pp. 241 a 246 do vol. II de [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*.

³⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, “A Maçonaria e a 1ª República Portuguesa (1910-1926)”, in *Ensaios de Maçonaria*, p. 65.

³⁸⁹ Belisário Pimenta, [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vol. II, pp. 265, 279, 283 e 284.

"constituída por filiados no Partido Democrático, onde o Mota, há algum tempo, já era pessoa graduada", foi de parecer que se acatasse a nomeação.

Belisário Pimenta conclui assim o seu relato deste episódio: "É claro que me calei. Encerrei a sessão e resolvi não acatar a determinação do Conselho da Ordem e abandonar a Loja e por consequência a Maçonaria. Há certo tempo que andava aborrecido com o caminhar dos trabalhos onde a política democrática dominava [...]."³⁹⁰

Desde então, Belisário Pimenta não mais frequentou os templos maçónicos.

Um dia, cedeu à tentação de imitar Alexandre Herculano – a quem, pela influência que teve sempre no seu espírito, chamava, desde a juventude, o seu "deus tutelar"³⁹¹ – repetindo-lhe a conhecida frase do volume I das *Cartas*: "Uma das minhas rapaziadas foi ser pedreiro livre".³⁹²

Mas, apesar disso, no seu íntimo, nunca deixou de se considerar maçom. No fim da vida, com 86 anos, depois de ter ouvido com agrado, na Academia Portuguesa de História, uma intervenção do padre jesuíta Domingos Maurício e de ter conversado com ele durante uns breves minutos, deixou assim registada a sua impressão dessa conversa: "Tive de concluir intimamente que um velho Pedreiro Livre não está isento de ter de considerar um padre da Companhia com benévola e simpática atenção."³⁹³

•

³⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 255, 256 e 266 e ss.; *Idem, Diário ao Correr da Pena, VI*, pp. 129 a 136.

³⁹¹ Belisário Pimenta, *Memórias, I*, p. 99.

³⁹² *Idem, Memórias, II*, p. 387.

³⁹³ *Idem, Diário ao Correr da Pena, VII*, pp. 298.

Belisário Pimenta, Historiador
Da *história positiva* à *história das ideias*

Foi na infância, na casa da Praça Velha, no convívio com os tipógrafos, com os clientes da *Tipografia Auxiliar de Escritório* e com os amigos do Tio Albino, entre revolucionários e homens de letras, que a Belisário Pimenta nasceram os grandes sonhos que haviam de lhe marcar os passos de toda sua vida – a República e o estudo da História.

Situa ele o despertar do seu gosto pelos estudos históricos no dia em que leu, com treze anos de idade, a *Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão*, obra do Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

O Tio Albino Caetano da Silva, que o ensinara a gravar em madeira, deu-lhe a tarefa de gravar, a partir de um desenho do Mestre António Augusto Gonçalves, a capa da obra de António de Vasconcelos, que estava em impressão na tipografia.

António de Vasconcelos era já lente de Teologia e o jovem Belisário via-o como uma figura imponente, que se lhe dirigia “*com grande ar de superioridade, com tom professoral*”, mas que lhe falava amavelmente e lhe explicava tudo com clareza e precisão.

Saída a obra do prelo, ofereceu-lhe, com simpática dedicatória, um exemplar. Ao lê-la, Belisário Pimenta ficou impressionado. “*Eu senti, pobre rapazote de 13 anos, quase uma revelação – para não dizer deslumbramento*” – diria, mais de setenta anos depois, no seu discurso de apresentação na Academia Portuguesa de História.

Aquela maneira de tratar a História, “*com espírito de investigação minucioso*”, “*com abundante e escolhida documentação, com a clareza e meticulosidade nos pormenores, a argumentação tão perfeita em passos duvidosos [...]*”, marcou-o indelevelmente e não a esqueceu, mesmo quando, muito mais tarde, optou por outros rumos metodológicos.

Belisário Pimenta beneficiou sempre dos conselhos, do estímulo e até, apesar da militância de cada um em campos que ideologicamente se opunham, da amizade do Doutor António de Vasconcelos. Foi fiel à sua influência, nos trabalhos de investigação e de escrita de História que produziu nas três décadas seguintes.³⁹⁴

Já a viver na Rua de Tomar, depois de 1893, havia de descobrir Alexandre Herculano, que, desde aí, “*ficou sendo sempre [o seu] verdadeiro deus tutelar*” e que, representado em retrato, tomou o lugar de honra nos seus gabinetes de trabalho, até ao fim da vida.

As leituras de Herculano e as de autores como Cunha e Sá, escritor de romances históricos, consolidaram e fizeram crescer a sua curiosidade pela História.

Ficou a dever-se à leitura de *O Último Cavaleiro*, romance de A. M. da Cunha e Sá, a descoberta do Infante D. Pedro e o gosto entusiástico pela Dinastia de Avis, que o levou, na sua juvenil fantasia, a gizar planos de estudos, que, naturalmente, se haveriam de gorar.³⁹⁵ Sobrou deles,

³⁹⁴ Belisário Pimenta, *Memórias, I*, pp. 64 a 66, 102 e 245; *Idem, Diário ao Correr da Pena, VII*, pp. 304 e 305.

³⁹⁵ Belisário Pimenta, *Memórias, I*, pp. 99 e 100.

acicatado por uma antiga leitura de uma biografia no *Arquivo Pitoresco* e pela leitura posterior dos *Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins, o projecto de trabalho sobre a “*figura estranha de cavaleiro e de político, de idealista e homem prático*”, que foi o Duque de Coimbra. O estudo não passou de vagos começos, mas o interesse de Belisário Pimenta por aquela personagem seria bastante, ainda em 1921, para ele aceitar o pedido do Doutor Joaquim de Carvalho, director da Imprensa da Universidade, para fazer a leitura e organizar as suas 73 *cartas originais*, que estavam arrumadas em dois maços na Biblioteca Municipal de Coimbra. As *Cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)* foram publicadas em 1924.³⁹⁶

Nas suas leituras da adolescência, cabiam, indiscriminadamente, as crónicas sobre a epopeia de Quinhentos e sobre os *façanhudos heróis* da nossa História de além-mar. Deixava-se embalar pela “*prosa sonora de Jacinto Freire, pelas historietas patrioteiras de Pinheiro Chagas ou pelos rasgos oratórios de Latino Coelho*”. Recorda, quase a desculpar-se, que “*ainda não tinha aparecido um António Sérgio que dissesse à Mocidade um «Alto lá!... O caminho não é esse!»*”.³⁹⁷

Quem apareceu, a apontar-lhe caminho, foi o Capitão Homem Cristo. Belisário Pimenta foi encontrá-lo no Regimento de Infantaria de Coimbra, em 1903, na sua primeira colocação como Alferes do Exército.

Homem Cristo, sempre rude e impetuoso, quase lhe impôs que requisitasse na biblioteca regimental, de que era director, uns livros modernos, franceses, de que a tinha dotado, sobre história militar e diplomática. A leitura desses novos autores provocou em Belisário Pimenta a impressão de “*uma baforada varredoira*”, que, sem destruir por completo a influência deixada por António de Vasconcelos, lhe trouxe uma nova “*compreensão dos grandes homens e da evolução dos conhecimentos militares*”.

Mesmo depois de Homem Cristo ter cortado relações consigo, Belisário Pimenta não deixaria de o homenagear, registando que era a ele, por lhe ter indicado aquelas leituras, que devia, em grande parte, a evolução da sua “*maneira de escrever história*”. E acrescentava: “[A partir de então], *comecei lentamente e vagamente a preocupar-me com o problema das ideias, que só mais tarde se concretizaria com alguma nitidez*”.³⁹⁸

Nesse ano de 1903, operou-se a reconversão da sua actividade intelectual: “*passaram-me os pruridos de poeta [...]; o meu afã de escrevinhador voltou-se para a História*”.³⁹⁹

O seu primeiro trabalho historiográfico publicado, *Morte de Almeida Garrett*, foi um artigo destinado à edição de 10 de Dezembro de 1903 do *Jornal Torrejano*, semanário de Torres Novas dirigido pelo seu amigo Mário Duque, que Belisário Pimenta assinou sob o pseudónimo de *Nun'Alvares*, que iria usar, ao longo da vida, em múltiplas circunstâncias.

³⁹⁶ Belisário Pimenta, na nota que precede “As cartas do Infante à Câmara de Coimbra (1429-1448)”, na sua edição de 1958, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, 1958, pp. 453 a 457.

³⁹⁷ Belisário Pimenta, *Memórias, I*, pp. 105 e 106.

³⁹⁸ Belisário Pimenta, *Memórias, II*, pp. 51 a 53.

³⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 79.

Até meados de 1907, antes de ser transferido compulsivamente para Valença, faria publicar, em jornais regionais, mais de centena e meia de artigos de temática histórica.⁴⁰⁰

Regressado a Coimbra e ao Regimento de Infantaria 23, onde, nesta fase, se manteve desde Março de 1908 até Julho de 1910, retomou os seus “*artigos históricos*”, que eram publicados nos jornais republicanos de Coimbra, *Resistência* e *Revolta*. Entremeava-os com a colaboração que prestava ao jornal *O Sargento* e com os trabalhos para a *Coimbra Pitoresca*, de que era director⁴⁰¹. A *Alma Nacional*, dirigida por António José de Almeida, acolheu também, nos seus números 8 a 25, de Março a Julho de 1910, artigos de Belisário Pimenta, que aí dispunha da secção intitulada “*Portugal Revolucionário – A caminho da Liberdade*”. Nesse período, a revista *Folhas Novas*, de Floro Henriques e Tomás da Fonseca, no seu número 5, publicou-lhe um escrito, *Homenagem a Alexandre Herculano*, por ocasião do centenário do nascimento do historiador.⁴⁰²

Mas a sua primeira obra original com valor historiográfico só viria a público a partir de 1913.⁴⁰³ Em Janeiro desse ano, a *Revista Militar* iniciou a publicação, que se estenderia até 1918, de *O combate de 24 de Junho de 1828 na Cruz dos Morouços*.

No ano anterior, mitigando o desalento que os rumos da vida política lhe traziam, refugiara-se, durante meses, na biblioteca pessoal do General reformado Francisco Martins de Carvalho, onde, trabalhando numa mesa colocada em frente da secretária do seu anfitrião, recolheu elementos para esse estudo.

Ainda amargurado pela maneira como decorreram em Coimbra as eleições para a Constituinte, Belisário Pimenta deixava-se abater pelas divisões entre os republicanos e pelos perigos da ameaça monárquica, que, apesar de a incursão de Outubro de Paiva Couceiro ter sido facilmente dominada, continuava a avolumar-se. “*Voltei-me para os trabalhos de História como evasão de tantas preocupações e desilusões*” – escreveria, referindo-se a esse período.⁴⁰⁴

A partir de então, dedicou-se à investigação histórica sobre Miranda do Corvo, projectando uma monografia do concelho de onde era originária a sua família materna. Por mais de duas décadas, este trabalho absorveu-o historiograficamente. Os elementos recolhidos cresceram a um ponto desmesurado e Belisário Pimenta, cansado e desapontado pelas dificuldades

⁴⁰⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 78 a 80; *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 11 a 29 e 79.

⁴⁰¹ A revista *Coimbra Pitoresca* era o órgão de divulgação das coisas de Coimbra da *Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra* (em que pontificavam os Doutores Daniel de Matos, Dias da Silva e Costa Alemão), que tinha também uma outra publicação, de carácter científico, dedicada à Arqueologia e à História, *Conimbriga*, que era dirigida por António Augusto Gonçalves, José Nazareth e pelo Doutor António Ribeiro de Vasconcelos, e de que Belisário Pimenta era secretário da redacção. A participação nestas revistas de Belisário Pimenta ficara a dever-se à intervenção do seu tio Albino Caetano da Silva, que lha solicitou, para que elas não fossem cair “*nas mãos dos bons amigos reaccionários*”. – Cfr. Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, III*, pp. 161, 181, 202, 205, 206 e 209 a 211; *Idem, Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 146 a 150.

⁴⁰² Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, II*, p. 204; *Idem, Diário ao Correr da Pena, IV*, pp. 132 a 138; *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 29 a 33.

⁴⁰³ António de Oliveira, in *Belisário Pimenta, Historiador*, p. 22.

⁴⁰⁴ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 37; *Idem, Diário ao Correr da Pena, VI*, pp. 29 a 32 e 39.

encontradas e de que não suspeitara, pôs termo à investigação e decidiu entregar a documentação sobre a história de Miranda de Corvo ao Arquivo da Universidade.⁴⁰⁵

Dos artigos dados à estampa enquanto procedia à investigação sobre Miranda, um deles, *A Campanha de Massena em Portugal (capítulos de uma monografia local)*, foi publicado, em 1931, na *Revista Militar*.

Este trabalho e o outro, também ali publicado, sobre a acção da Cruz dos Morouços, deram pretexto ao General Teixeira Botelho para, em 1932, na sessão em que Belisário Pimenta foi admitido como societário da empresa proprietária da *Revista Militar*, proferir palavras que revigoraram o seu autor: "O sr. Major Belisário Pimenta é um caso novo e único na nossa historiografia militar."⁴⁰⁶

Por essa altura, em 1932, já Belisário Pimenta dedicava preferencialmente o seu trabalho de investigação à história militar e trilhava novos caminhos metodológicos.

Libertara-se da influência do cultor exemplar da *história positiva* que foi o Doutor António de Vasconcelos, e dirigia afoitamente o seu trabalho "no sentido das ideias e da sua evolução".⁴⁰⁷

Em Abril de 1932, é a prestigiosa *Revista Militar* que lhe publica as *Considerações sobre o estudo da História*. Nesse estudo, Belisário Pimenta defende a aplicação de uma nova teoria da História, que permita explicar o encadeamento dos factos. Escreve aí: "A História que se deve estudar não é a que nos aparece sob a forma do conhecimento cronológico dos factos e da enumeração das peripécias sucedidas, de que abundantemente se tem abusado – mas sim a que seja adquirida com uma orientação moderna, livre dos prejuízos antigos e dos erros acumulados através de inúmeras gerações."⁴⁰⁸ E sublinha a importância que o estudo da História, e nomeadamente da história militar, deveria ter na formação do oficial do Exército, sobretudo daquele que exerce responsabilidades de comando. Mas – logo diz – tal estudo deveria ser feito, "exercendo sobre os factos uma crítica sem intenção preconcebida e sugerida apenas pela nossa razão", afastando o estudioso dos "erros e preconceitos, tantas vezes insinuados sob formas literárias sedutoras, [que] dão uma instrução falsa [e], por consequência, noções erradas". Advoga a eliminação do recurso às palavras "heroísmo, audácia, fé, patriotismo, génio da raça" e aos conceitos de fatalidade e acaso, como formas de explicar as vitórias militares, e o abandono de velhas e erradas convicções, como aquela que afirma que "Nunalvares, num instante de revelação, inventou o quadrado na acção minúscula dos Atoleiros", que se arreigou, porque se tem preferido vê-lo "na cela do Carmo, em loas ao divino", em vez de se apreciar o seu esforço "na adaptação de métodos novos estrangeirados à nossa atrasada arte de combater".⁴⁰⁹

⁴⁰⁵ António de Oliveira, in *Belisário Pimenta, Historiador*, pp. 22 a 26.

⁴⁰⁶ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VI, p. 33.

⁴⁰⁷ *Idem*, *Memórias*, I, p. 245.

⁴⁰⁸ *Idem*, "Considerações sobre o estudo da História", in *Revista Militar*, vol. 84 (n.º 5-6), 1932, p. 293.

⁴⁰⁹ *Idem*, *Ibidem*, pp. 294 a 298.

Na mesma linha metodológica e defendendo os mesmo princípios, no mês seguinte, no dia 18 de Maio de 1932, no âmbito dos trabalhos da Universidade Livre de Coimbra⁴¹⁰, na Torre de Almedina, proferiu uma conferência, que intitulou *Nun'Alvares, Chefe Militar. A Revista Militar* publicou extractos dela, no seu número de Agosto desse ano. O texto, impresso e publicado em volume por iniciativa do Instituto de Estudos Livres, em Março de 1933, foi apreendido pela polícia.⁴¹¹

Depois do *28 de Maio*, Belisário Pimenta foi marginalizado no Exército. Retirado da efectividade de funções em Novembro de 1928⁴¹², veio depois a desempenhar cargos militares que o afastavam dos quartéis (Tribunais Militares de Viseu e do Porto, Distrito de Recrutamento e Reserva de Abrantes), salvo numa efémera passagem pelo Regimento de Penafiel e no comando, em 1937-1939, do Regimento de Infantaria n.º 7, em Leiria. Durante alguns anos, a partir de 1934, foi-lhe atribuída a missão de catalogar os documentos de carácter militar existentes na Biblioteca da Universidade de Coimbra.⁴¹³

Apresentou-se no exame para o generalato sem esperar muito mais do que aquilo que se dizia nos meios católicos de Coimbra e de Leiria acerca da probabilidade do seu êxito. Apesar de ter merecido boas informações no curso preparatório, foi reprovado por uma votação tangencial dos membros do júri e mandado passar à reserva.

Os seus conceitos sobre história das ideias militares e a sua defesa da cultura histórica do chefe militar sobrepondo-se às rotinas dos regulamentos táticos e estratégicos, terão sido decisivos para o resultado do exame. Belisário Pimenta, porém, nunca deixou de ter a convicção de que ele foi determinado por um telefonema que interrompeu a reunião deliberativa dos generais do júri. Atribuía tal telefonema a Santos Costa, o poderoso Subsecretário de Estado da Guerra que, quase vinte anos antes, ainda Alferes, fora seu subordinado no Grupo de Metralhadoras de Coimbra e que nunca teria esquecido um incidente que entre eles então ocorrera.⁴¹⁴

A reprovação causou-lhe uma mágoa que nunca se apagou⁴¹⁵, mas impôs-lhe maior exigência de afirmação e ânimo para continuar a trabalhar.⁴¹⁶ Nos trinta anos que correram entre a sua passagem à reserva, em 1939, e a sua morte, em 1969, produziu mais de dois terços dos 937 títulos que constituem a sua bibliografia de obras impressas.

Proseguiu nos seus estudos históricos sobre os comandos militares: logo no ano seguinte, deu a público o seu *Esboço da Evolução das Ideias Militares em Portugal*; e, em 1948, tinha pronto

⁴¹⁰ A Universidade Livre de Coimbra, de orientação democrática e de inspiração republicana e laica, foi fundada em 1925 e dissolvida pelas autoridades do Estado Novo, em 1933. Belisário Pimenta foi um dos seus presidentes.

⁴¹¹ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, p. 48.

⁴¹² Também nessa época, em 21 de Janeiro de 1929, o Director Geral das Belas Artes mandou destituir Belisário Pimenta do cargo de Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, com sede em Coimbra, que exercia, por eleição unânime dos membros do Conselho. (Cfr. Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VII, pp. 210 a 281.)

⁴¹³ *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 50 e ss.

⁴¹⁴ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, VII, pp. 170 a 174; *Idem*, *Diário ao Correr da Pena*, X, pp. 200 e ss.

⁴¹⁵ Cfr. Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena*, XII, pp. 121, 122 e 324; XIII, 228, 229, 238 e 239; XV, 225, 246 e 249.

⁴¹⁶ António de Oliveira, in *Belisário Pimenta, Historiador*, p. 33.

o seu *Marechal Saldanha*, o trabalho de maior fôlego com que abordou a temática das ideias militares.⁴¹⁷

Em Janeiro de 1966, Belisário Pimenta terminava o seu discurso de apresentação na Academia Portuguesa de História com estas palavras: "*Fui (e ainda sou) homem do Século XIX; veio comigo, desse século tão malquistado, grande dose de inconformismo – eivado porém de grande dose de tolerância, ligada a calma e consciente dedicação pelos Princípios. [...] também veio comigo o maior respeito pela busca de Verdade Histórica, quer essa busca se faça como «escrivão da verdade», à maneira de Fernão Lopes, quer como psicólogo, segundo ainda não há muito tempo preconizava o infeliz Marc Bloch.*"⁴¹⁸

•

⁴¹⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 33 a 35; *Bibliografia de Belisário Pimenta*, pp. 55 e 65. O estudo sobre o Marechal Saldanha só seria publicado em 1957.

⁴¹⁸ Belisário Pimenta, *Diário ao Correr da Pena, VII*, pp. 311 e 312.

Fontes e Bibliografia

Obras de Belisário Pimenta

Manuscritas:

- *Memórias – Diário ao Correr da Pena*, vols. I a XV;
- *Memórias – 1879-1908*, vols. I e II;
- *A Questão Académica de 1907*;
- [Maçonaria]: *Documentos; Caderno de apontamentos*, vols. I e II;
- *Passeios e Viajatas – Notas Ligeiras*;
- *Novo Anno Histórico ou Novo Diário Portuguez – Notícia abreviada de pessoas grandes e cousas notáveis de Portugal*;
- *Peccados velhos*.

Impressas:

- "Considerações sobre o estudo da História", in *Revista Militar*, vol. 84 (n.º 5-6), 1932, pp. 291 a 300;
- "As Cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, 1958, pp. 453 a 532.

Outras Fontes

- Anónimo – "A Carbonária de Coimbra", artigo datado de 1911 e assinado por D., in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, edição do jornal "O Reclamo";
- Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, acessível em <http://www.cm-coimbra.pt>;
- CABRAL, Tenente C. A. Costa – "O 28 de Janeiro – Complot Militar de Coimbra", in *Almanach da Republica – Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, edição do jornal "O Reclamo";
- LIMA, Maria Helena da Silva Pimenta de Sousa – *Bibliografia de Belisário Pimenta*, Separata do "Boletim da Biblioteca da Universidade Coimbra", vol. XXXI, Coimbra, 1974;
- LOUREIRO, J. Pinto – *Anais do Município de Coimbra: 1904-1919*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1952.

Bibliografia

- AA. VV. – *A Maçonaria e a Implantação da República*, Grémio Lusitano e Fundação Mário Soares, 2009;
- AA. VV. (Coordenação de Ana Leonor Pereira e João Rui Pita), *Miguel Bombarda e as singularidades de uma época*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;
- ABREU, Jorge de – *O 5 de Outubro - A Revolução Portuguesa*, Alfarrábio, 2010;
- *Almanach da República, Districto de Coimbra*, 1º Anno, 1913, Edição do Jornal *O Reclamo*;
- ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, 4 vols., J. Rodrigues & C.ª, Lisboa, 1933 e 1934;

- ARNAUT, António - *Introdução à Maçonaria*, Coimbra Editora, 6ª edição, 2009;
- BEBIANO, Rui - "Coimbra: A luta estudantil e o património identitário da cidade", in *Um Século de Lutas Académicas*, Editorial Moura Pinto, Maio 2007;
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Monarquia Constitucional, 1807-1910*, Texto, 2010;
- BRAGA, Teófilo - *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Vega, 2ª edição, 2010;
- BRANDÃO, Raul – *Memórias*, Volume I, Livrarias Aillaud e Bertrand, 5ª edição, 1925;
- BRANDÃO, Raul – *Memórias*, Volume II, Livrarias Aillaud e Bertrand, 4ª edição, 1925;
- BRANDÃO, Raul – *Vale de Josafat – Memórias*, Volume III, Projecto Vercial, 2002, disponível em <http://www.ipn.pt/literatura>;
- CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1979;
- CATROGA, Fernando, *Os Inícios do Positivismo em Portugal – O seu significado político-social*, (impresso em offset), Coimbra, 1976;
- CATROGA, Fernando – *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1990;
- CATROGA, Fernando – "As maçonarias liberais e a política", in *História de Portugal* (Dir. de J. Mattoso), Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 204 a 211;
- CATROGA, Fernando – "Cientismo, política e anticlericalismo", in *História de Portugal* (Dir. de J. Mattoso), Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 583 a 593;
- CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Editorial Notícias, 2ª edição, [2000];
- CATROGA, Fernando – "Republicanismos", in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume VIII (2ª Série), 2010, pp. 11 a 71;
- CRUZ, Manuel Braga da – *O CADC - Um Século de História*, acessível em http://www.cadc.pt/site/I_CENTENARIO.html;
- *Dicionário de História de Portugal* (coord. de Joel Serrão), Porto, Livraria Figueirinhas, 2000-2003, vol. 5º (imp. 2002), pp. 285 a 303 (entradas "Republicanismo" e "Republicanismo português");
- FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa*, I Volume (1910-1915), II Parte, Lisboa, Livros Horizonte, 1973;
- FERREIRA, José Gomes, *Uma Inútil Nota Preambular* (Prefácio a *Um Escritor Confessa-se*, de Aquilino Ribeiro), Bertrand, 1974;
- GRAINHA, Manuel Borges – *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, Lisboa, Editorial Veja, [1976];
- HOMEM, Amadeu Carvalho – *Ideologia e Indústria – A Exposição Industrial de Coimbra em 1884*, Separata da "Revista de História das Ideias", vol. 6, Faculdade de Letras, Coimbra, 1984;

- HOMEM, Amadeu Carvalho – *Conciliação e Confronto no Discurso Republicano (1870-1890)*, Separata da "Revista de História das Ideias", vol. 7, Faculdade de Letras, Coimbra, 1985;
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Algumas Notas sobre o Positivismo Religioso e Social*, in Revista de História das Ideias, vol. 9, 1987;
- HOMEM, Amadeu Carvalho – *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, 1990;
- HOMEM, Amadeu Carvalho – "O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional", in *História de Portugal* (Dir. de J. Mattoso), Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 131 a 145;
- HOMEM, Amadeu Carvalho – "Para a história do Republicanismo Portuense no período anterior ao Ultimato", in Revista *Ler História*, n.º 38/2000, pp. 165 a 173;
- HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia à República*, Palimage Editores, 2001;
- HOMEM, Amadeu Carvalho – "A Crise Académica de 1907 e o Franquismo", in *Um Século de Lutas Académicas*, Editorial Moura Pinto, Maio 2007, pp. 9 a 84;
- LIMA, Sebastião de Magalhães – *Episódios da Minha Vida*, (2 vols.), Lisboa, Perspectivas & Realidades, [1985];
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009;
- MALTEZ, José Adelino – *Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, (2 vols.), Lisboa, Tribuna da História, 2004 e 2005;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, (2 vols.), Lisboa, Editorial Delta, 1986;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Maçonaria*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988;
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, Texto Editores, 2010;
- MEDINA, João – "A Carbonária Portuguesa e o Derrube da Monarquia", in *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias* – Dir. por João Medina, Amadora, Clube Internacional do Livro, D.L. (Vol. X, pp. 11 a 27);
- MELO, João Augusto de Fontes Pereira de – *A Revolução de 4 de Outubro (Subsídios para a História). A Comissão Militar Revolucionária*, obra incluída na antologia organizada pelo Prof. António Ventura, intitulada "O 5 de Outubro por quem o viveu – Reportagens, Depoimentos e Relatórios", Lisboa, Livros Horizonte, 2010;
- NETO, Vítor – "O Estado e a Igreja" in *História de Portugal* (Dir. de J. Mattoso), Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 265-283.
- NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998;
- OLIVEIRA, António – *Belisário Pimenta, historiador*, in "Revista Portuguesa de História", t. XXXV (2001-2002);
- REGO, Raul – *História da República*, vols. I e II, Círculo de Leitores, 1986;

- RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se – Memórias*, Bertrand, 1974;
- RIBEIRO, Lia e RIBEIRO, António – *Coimbra – Roteiros Republicanos*, Quid Novi e Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010;
- RODRIGUES, António Simões (Coord.) – *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Temas e Debates, 4ª edição, 2007;
- ROQUE, João Lourenço – *Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX – Imagens de sociabilidade urbana*, Separata da “Revista de História das Ideias”, vol. 12, Faculdade de Letras, Coimbra, 1990;
- SANTOS, Machado – *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Lisboa, Sextante Editora, 2007;
- SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução na I República, 1910-1919*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010;
- SERRÃO, Joel – “Dois Momentos da ‘Aspiração Republicana’ ”, in *Temas Oitocentistas II*, Lisboa, Portugalia, 1962;
- SERRÃO, Joel – *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo – Antologia de pensamento político português*, Livros Horizonte, 2ª edição, 1979;
- SERRÃO, Joel – “Introdução ao Estudo do Pensamento Político Português na Época Contemporânea (1820-1920)”, in *Portugueses Somos*, Livros Horizonte, s/d, pp. 127 a 165;
- SERRÃO, Joel – “O Anticlericalismo na Literatura Portuguesa”, in *Portugueses Somos*, Livros Horizonte, s/d, pp. 167 a 210;
- TELO, António José – *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2010;
- VALENTE, Augusto J. Monteiro – “Os militares, o movimento republicano e a revolução de 5 de Outubro de 1910”, in *Revista Altitude*, n.º 13 – IIIª Série – Dezembro de 2010, pp. 135 a 153;
- VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo – A Revolução de 1910*, Aletheia Editores, 6ª edição, 2010;
- VENTURA, António – *A Carbonária em Portugal – 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª edição, 2008;
- XAVIER, Alberto – *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1962.

Índice

Introdução.....	1
Da tipografia da Praça do Comércio ao Regimento de Infantaria n.º 23.....	8
A questão académica de 1907. Belisário Pimenta <i>intransigente</i>	19
O regresso à carreira militar. O <i>28 de Janeiro</i> , o Regicídio e os tempos de " <i>paz makavenka</i> ".....	34
A conspiração em Coimbra. A Carbonária Autónoma "Portugália". A visita de Cândido dos Reis.....	44
Os primeiros meses da República em Coimbra. A proclamação. O encerramento dos conventos. A Universidade e a revolta da <i>Falange Demagógica</i>	56
A conspiração restauracionista. A Liga Militar Republicana. As eleições em Coimbra para a Assembleia Constituinte.....	70
Da primeira incursão monárquica até à entrada de Portugal na Grande Guerra.....	87
O Sidonismo, as Juntas Militares e a Monarquia do Norte.....	98
O percurso maçónico de Belisário Pimenta.....	106
Belisário Pimenta, historiador. Da <i>história positiva</i> à <i>história das ideias</i>	116
Fontes e Bibliografia.....	122